

**UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS UNIDADE
ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NÍVEL
MESTRADO**

JULIA DREHER PACHECO DA SILVA

**Internet como Dispositivo de Vigilância:
Um estudo sobre Geração Y e suas adequações.**

SÃO LEOPOLDO

2017

JULIA DREHER PACHECO DA SILVA

**Internet como Dispositivo de Vigilância:
Um estudo sobre Geração Y e suas adequações.**

Dissertação apresentada como requisito parcial
para a obtenção do título de Mestre, pelo Programa
de Pós-Graduação em Comunicação da
Universidade do Vale do Rio dos Sinos –
UNISINOS

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Adriana Amaral

São Leopoldo

2018

S586i Silva, Julia Dreher Pacheco da
Internet como dispositivo de vigilância : um estudo sobre
Geração Y e suas adequações / por Julia Dreher Pacheco da
Silva. – 2018.
112 f. : il., 30 cm.

Dissertação (mestrado) — Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-
Graduação em Comunicação, 2017.

Orientação: Profa. Dra. Adriana Amaral.

1. Geração Y. 2. Panóptico. 3. Tecnologia da informação e
comunicação. 4. Vigilância. I. Título.

Catálogo na Fonte:
Bibliotecária Vanessa Borges Nunes - CRB 10/1556

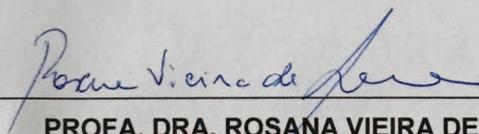
JULIA DREHER PACHECO DA SILVA

**INTERNET COMO DISPOSITIVO DE VIGILÂNCIA NA ERA DA INTERNET DAS
COISAS: UM ESTUDO SOBRE GERAÇÃO Y E SUAS ADEQUAÇÕES.**

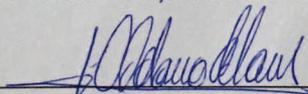
Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS.

APROVADA EM 22 DE MARÇO DE 2018.

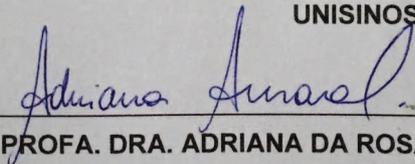
BANCA EXAMINADORA



PROFA. DRA. ROSANA VIEIRA DE SOUZA – FEEVALE



**PROF. DR. ALBERTO EFENDY MALDONADO GÓMEZ DE LA TORRE –
UNISINOS**



PROFA. DRA. ADRIANA DA ROSA AMARAL – UNISINOS

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Paulo e Ana, e ao meu irmão Gabriel, meu infinito agradecimento. Sempre acreditaram em minha capacidade e me acharam A MELHOR de todas, mesmo não sendo. Isso só me fortaleceu e me fez tentar não ser A MELHOR, mas sim fazer o melhor de mim. Obrigada pelo amor incondicional!

Ao Vitor, por me trazer de volta à terra quando eu precisava e por sempre comprar minhas brigas.

Aos meus cachorros, companheiros fiéis e psicólogos de plantão para me acalmar.

Aos meus familiares e amigos, desde a aprovação, sempre fizeram “propaganda” positiva a meu respeito. Obrigada pela força!

Ao grande amigo Leandro Coletti, que sempre me apoiou e incentivou a fazer o mestrado.

Aos meus amigos do mestrado e professores, pelos momentos divididos juntos, especialmente ao Francisco Eboli, que dividiu comigo as angústias e alegrias, e me ajudou no momento que eu mais precisava.

À minha orientadora e à banca, por me ajudarem a crescer e evoluir.

À coordenação do curso por me instruir e direcionar para o caminho.

A todos os colegas da RBS, pelo suporte e apoio incondicional. Por causa deles é que esta dissertação se concretizou. Vocês merecem meu eterno agradecimento!

Ninguém vence sozinho... OBRIGADA A TODOS!

RESUMO

Esta pesquisa, tem como objetivo investigar de que forma os usuários das tecnologias da informação e comunicação se relacionam com os diferentes níveis de vigilância propiciada pelos ambientes corporativos. Para delimitação dos sujeitos foram escolhidas as pessoas que nasceram entre 1985 e 1995, conhecidos como geração Y. Em sua fundamentação teórica, foram trabalhados quatro conceitos: gerações, tecnologias da informação e comunicação, e vigilância. A pesquisa empírica foi realizada em diferentes movimentos, partindo de acercamento através de pesquisa exploratória, que forneceu elementos para que fosse possível planejar os movimentos de ação/intervenção no campo de estudo. Após a realização do aporte teórico, foi realizado entrevistas de profundidade com usuários da geração Y, que se enquadrassem em preceitos de vigilância cibernética, com o intuito alcançar os objetivos propostos pelo trabalho. Os movimentos de interpretação dos fenômenos foram realizados de maneira a complementar uns aos outros, problematizados e pensados de acordo com as especificidades da realidade investigada e dos sujeitos inseridos nas dinâmicas e processos de vigilância. Os resultados apontam que os sujeitos da geração Y, escolhidos para estudos apresentam comportamentos homogêneos perante ambientes corporativos vigiados ciberneticamente, enquadrando-se em comportamentos exigidos por causa da constante vigilância. podendo-se fazer-se de comparação com o conceito de vigilância do autor Jeremy Benthan (2000): o dispositivo panóptico.

Palavras-chave: geração y, panóptico, tecnologia da informação e comunicação, vigilância

ABSTRACT

The purpose of this research is to investigate how information and communication technology users are related to the different levels of surveillance provided by corporate environments. For the delimitation of the subjects, were chosen people who were born between 1985 and 1995, known as generation Y. In its theoretical foundation, four concepts were worked out: generations, information and communication technologies, and surveillance. The empirical research was carried out in different movements, starting from an approach through exploratory research, which provided elements so that it was possible to plan the action / intervention movements in the field of study. After the theoretical, interviews were carried out with users of generation Y, who were in accordance with cybernetic surveillance precepts, in order to reach the objectives proposed by the work. The movements of interpretation of the phenomena were carried out in a way to complement each other, problematized and thought according to the specificities of the investigated reality and of the subjects inserted in the dynamics and processes of surveillance. The results indicate that the subjects of the generation Y, chosen for studies, presented homogeneous behaviors in the cybernetically monitored corporate environment, being in accordance with the behaviors demanded by the constant vigilance, which one can be compared with the theory of surveillance: the Panópticon , by Bentham (2000).

Keywords: generation, information and communication technology, Panópticon, surveillance.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	6
1.1 PESQUISA CIENTÍFICA	8
1.2 OBJETIVOS DO ESTUDO	9
2 GERAÇÕES.....	11
3 GERAÇÃO Y.....	18
4 FERRAMENTAS COMUNICACIONAIS E SUAS TECNOLOGIAS.....	22
4.1 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	22
4.2 COMPUTADOR	25
4.3 INTERNET.....	27
4.4. INTERNET DAS COISAS	35
5 VIGILÂNCIA AO PANÓPTICO	38
5.1 VIGILÂNCIA NO SÉCULO XXI	48
6 PRIVACIDADE.....	51
7 METODOLOGIA.....	58
7.1 CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO	58
7.2 PESQUISA DA PESQUISA	60
7.3 PESQUISA EXPLORATÓRIA	60
7.4 PESQUISA METODOLÓGICA.....	63
7.5 PLANEJAMENTO DE AÇÕES	67
8 ANÁLISE DOS RESULTADOS	71
8.1 GERAÇÕES	71
8.2 VIGILÂNCIA.....	78
9 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	84
REFERÊNCIAS	89
APÊNDICE A – PANORAMA DE TRABALHOS ACADÊMICOS	95
APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO 1.....	100
APÊNDICE C - QUESTIONÁRIO 2	103
APÊNDICE D	105
APÊNDICE E.....	107

1 INTRODUÇÃO

“Você se comporta melhor ou pior quando é observada?” – Bailay
“Melhor, sem dúvida. Segredos são mentiras: Quando algo é mantido em segredo, acontecem duas coisas. Uma é que isso torna os crimes possíveis. Nós nos comportamos pior quando não somos responsabilizados. Isso nem se discute. E em segundo lugar, os segredos inspiram especulação. Quando não sabemos o que está sendo escondido, tentamos adivinhar, inventamos respostas.” (EGGERS, 2014)

Este diálogo foi retirado do romance *O Círculo*, de Dave Eggers, publicado em 2014. Encenado num futuro próximo indefinido, o livro conta a história de Mae Holland, uma jovem profissional contratada para trabalhar na empresa de internet mais poderosa do mundo: O Círculo. Sediada num campus idílico na Califórnia, a companhia incorporou todas as empresas de tecnologia que conhecemos, conectando e-mail, mídias sociais, operações bancárias e sistemas de compras de cada usuário em um sistema operacional universal, que cria uma identidade online única em derivada disso, uma nova era de civilidade e transparência.

No romance, Mae é confrontada com os danos do uso indiscriminado da tecnologia. A partir do uso de câmeras, ela tem o cotidiano exposto para qualquer pessoa, em qualquer parte do mundo. A jovem vê sua rotina ser vasculhada, os desejos ponderados e sua vida em discussão por desconhecidos, que falam sobre sua alimentação, suas escolhas, seus amores. Mae vive sob constante vigilância. E não compartilhar informações – como a prática de um esporte ou uma visita aos pais – torna-se tão grave quanto cometer um crime. Três máximas regem a filosofia do Círculo e asseguram a livre circulação de dados: 1. segredos são mentiras; 2. compartilhar é cuidar; 3. privacidade é roubo.

Dave Eggers constrói uma distopia que parece já ter chegado até nós. A necessidade de estar online permanentemente, a ansiedade ao ficar sem o telefone celular, a imposição de ter perfis em várias redes sociais e a constante vigilância de um anônimo sobre as pessoas.

O romance de Eggers, por diversas vezes, nos faz lembrar de outro livro, intitulado *1984* e escrito pelo jornalista e romancista George Orwell. No romance *1984*, são abordadas questões como consequências, medos, vigilância, controle e o poder absoluto nas mãos de poucas pessoas. O livro traz à tona a discussão a respeito da seguinte máxima: ter informação é ter controle.

Para começar a trazer as histórias fictícias de Orwell e Eggers aos dias hoje, precisamos voltar alguns anos, para entendermos em que ponto as linhas se cruzam. No ano de 1948, o matemático americano Norbert Wiener publicou o artigo “Cybernetics or Control and Communication in the Animal and the Machine”. Em seu trabalho, ele defende que a soma da

informação, em um sistema matemático, é medida pelo seu grau de organização e que a entropia, ao inverso, é medida pela sua desorganização.

O risco da entropia é o fator anti-homeostático, que consiste, no caso, no aumento do controle dos meios de comunicação. Segundo Mattelart, “esse sistema, que deveria contribuir para a homeostases social, caiu diretamente nas mãos daqueles que se preocupam acima de tudo com poder e dinheiro” (MATTELART,1997, p.66).

Com os avanços das tecnologias cibernéticas no nosso dia a dia, causado principalmente pelo aprimoramento dos instrumentos da internet, a problemática levantada por autores como Wiener, Orwell e Eggers, seja na pesquisa acadêmica, seja na ficção, é colocada em evidência. Ela revolucionou as formas de comunicação, trazendo amplitude na troca de informações e com uma relação híbrida entre pessoas e dispositivos de tecnologia (LEMOS, 2008). Além disso, com seu aperfeiçoamento, foi possível criar uma comunicação autônoma entre objetos, o que é apontado com o conceito de Internet das Coisas, que tem como proposta fundamental conectar todos os itens que são usados no dia a dia à rede mundial de computadores.

Para os autores Ashton (2009), Atzori (2010), Lemos (2008) e Kranenburg (2011), a Internet das Coisas permite que diversos objetos se comuniquem entre si e funcionem em rede, enviando e recebendo dados de informação. Os mundos digital e físico serão intimamente conectados, e terão influência mútua. Contudo, com a enorme quantidade de comunicação, com informações qualificadas, a privacidade dos usuários poderá ser esquecida e as pessoas poderão se sentir ameaçadas e controladas por quem obtém esses dados.

Voltando às obras de Orwell e Eggers, é válido lembrar que ambos autores apontavam a problemática do excesso de informação e vigilância constante como fatores essenciais de controle, transformando as pessoas, as notícias, as verdades. E, nos dias de hoje, já é possível analisar que as diversas tecnologias que nos envolvem e auxiliam em casa, no trabalho e em múltiplos ambientes, podem estar coletando informações e fazendo cruzamentos sobre nossos dados.

Porém ainda não temos a perspectiva dos usuários, se os mesmos estão cientes de que talvez estejam sendo vigiados por anônimos. E, justamente, é essa vigilância de informações em uma sociedade cada vez mais conectada que poderá atrair a vontade de controlar e moldar as pessoas de acordo com os preceitos de quem tem essas informações e conseqüentemente o poder. De que forma os usuários das tecnologias da informação e comunicação se relacionam com os diferentes níveis de vigilância propiciada pelos ambientes corporativos?

Para uma delimitação dos sujeitos da pesquisa, foi aplicada uma coleta de dados¹, em que foram selecionadas pessoas que se enquadravam em uma série de requisitos, sendo que a diretriz maior de inserção foi fazer parte da geração Y, que, entre tantas características a serem adentradas ao longo desta pesquisa, está o nascimento entre os anos 1980 e 1995.

1.1 PESQUISA CIENTÍFICA

Para fins de pesquisa, foram escolhidos para o aprofundamento deste estudo os sujeitos que nasceram entre 1980 e 1995. Os sujeitos que se enquadram nesse cenário são denominados geração Y ou *Millennials*, segundo o autor Sidnei Nascimento (2010). De acordo com David Stillman (2014), a geração Y, desenvolveu-se em uma época marcada pelo avanço da tecnologia e prosperidade econômica. As crianças da geração Y cresceram com tecnologia ao seu redor, como TV a cabo, videogames, computadores, etc. Os sujeitos desta geração têm como hábito ser multitarefas, podendo ao mesmo tempo trabalhar em mais de um projeto, responder e-mails, acompanhar as notícias através de algum site, conversar com os amigos online, ouvir música e dar atenção às redes sociais. Trata-se da primeira geração que cresceu com a tecnologia e a usa desde a primeira infância (STILLMAN, 2014).

A tecnologia e os dispositivos móveis por sua vez, evoluíram para uma comunicação entre si como nunca havia acontecido anteriormente, permitindo a geração Y partilhar experiências, trocar impressões, comparar, aconselhar, criar e divulgar conteúdos, que são o fundamento das redes sociais (Nascimento, 2010). De acordo com Stillman (2014), são algumas características dos sujeitos da geração Y: estão sempre conectados; procuram informação fácil e imediata; digitam ao invés de escrever; compartilham tudo o que é seu: dados, fotos, hábitos, etc.; estão sempre em busca de novas tecnologias; têm um grande fluxo de informações diariamente.

Observamos, a partir do exposto, e da escolha dos sujeitos a serem estudados e aprofundados neste trabalho, que existe em andamento um complexo tensionamento entre vigilância e internet, e o comportamento dos usuários provenientes da geração Y perante essa vigilância anônima.

Diante disso, usuários e vigilância seguem como elementos centrais para a reflexão sobre o futuro. No ambiente dos ecossistemas digitais destacamos os dispositivos de vigilância,

¹ No capítulo “Pesquisa exploratória”, será explicada a metodologia para a coleta de dados e a delimitação dos sujeitos da pesquisa.

utilizando o conceito de Panóptico² como um novo *locus* de tensionamento entre vigiado e vigia. Neste cenário, os usuários da internet, perfazendo o vigiado, vêm modificando seu comportamento no ambiente da internet por causa de seu vigia anônimo, influenciador na configuração de poderes. A partir disso, alguns questionamentos foram delineados:

1. Como os usuários (geração y) se relacionam com a problemática, em um ambiente vigiado?
2. Quais características e afetações influenciaram a geração Y perante a vigilância cibernética?
3. A geração Y pode considerar a internet como um dispositivo Panóptico?

1.2 OBJETIVOS DO ESTUDO

O objetivo geral deste estudo é compreender de que forma a geração Y articula com a vigilância cibernética, na era da Internet das Coisas.

Para uma melhor delimitação do objetivo, serão usados objetivos específicos, que irão auxiliar na compreensão do objetivo geral. Entre eles estão:

- Estabelecer qual o relacionamento entre a geração Y brasileira e Internet das Coisas.
- Mapear possíveis sensações e tensionamentos da geração Y brasileira, em um ambiente de vigilância cibernética.
- Compreender quais acontecimentos históricos agregaram aos possíveis comportamentos da geração Y brasileira em relação à vigilância na internet.
- Articular possíveis relações entre a teoria do Panóptico e o comportamento da geração Y na internet.

A escolha do tema de pesquisa esteve, desde o seu início, delineada pela preocupação em abordar a vigilância na internet a partir do seu potencial de modificações nos ambientes digitais. Esta proposta de pesquisa procura problematizar a interface vigilância e internet voltada à reflexão da sociedade, que muitas vezes não recebe a devida atenção. As relações entre a comunicação e a abordagem da pesquisa aqui trabalhadas são pensadas desde as

² O conceito de Panóptico será desenvolvido e aprofundado no capítulo 03.

condições que uma oferece à outra, utilizando de instrumentos tecnológicos, até as alterações da sociedade devido a sua apropriação.

Pensamos que pesquisar e problematizar o tema de maneira a que permaneça em intercâmbio com os sujeitos escolhidos para estudo é essencial para a abrangência dos fenômenos que podem estar ocorrendo ao seu redor. É interessante ressaltar que o Brasil, localização na qual se situa essa pesquisa, possui leis sobre internet e privacidade, que são utilizadas como exemplos mundiais, como o Marco Civil³. Este engajamento entre pesquisa, sociedade e localização foi um dos fatores determinantes para delimitação do tema da pesquisa a ser realizada neste mestrado.

Partindo do ponto de vista pessoal sobre fazer pesquisa e seus possíveis subsídios para a ciência, sempre esteve presente a motivação de produzir conhecimento de forma socialmente engajada. A busca por essa construção serviu como estímulo e persistência por um trabalho empenhado com a realidade que nos envolve e que necessita de um olhar crítico e atento às suas discussões. Desta forma, a pesquisa busca colaborar, dentro de seus limites, também para o incentivo da produção científica a partir de um viés voltado à sociedade. Como motivação pessoal, também se encontra como causa a grande influência da vigilância na internet na carreira profissional da pesquisadora, que a construiu participando de startups de tecnologia e grupos de estudo sobre vigilância na internet.

Considerando a contribuição científica da pesquisa, foi realizado um levantamento de pesquisas já empreendidas no Brasil e em outros países do mundo que possuíam viés similar ao que esta investigação se compromete. O levantamento foi realizado em bancos de dados e em bibliotecas com acervo de teses e dissertações, em revistas da área da Comunicação e Tecnologia (Apêndice C).

O que se pôde perceber, tendo em vista as pesquisas às quais se teve acesso, é que, embora muitas trabalhem com a questão de vigilância e internet, o envolvimento do pesquisador e a coleta de dados relativa ao fenômeno investigado acaba se dando através do tecnológico e não do usuário. Desta forma, pensamos que esta pesquisa pode trazer contribuições para o campo da comunicação e tecnologia, também, a partir de reflexões e metodologias a serem aplicadas para uma compreensão dos sujeitos.

³ Lei de Marco Civil será apresentada e analisada no capítulo 04.

2 GERAÇÕES

O conceito de geração, que traz a metáfora para a construção social do tempo, tem sido uma das categorias mais influentes não só no debate teórico, mas também no impacto das pesquisas sobre juventude. O conceito de geração pode ser delimitado em termos sociológicos pelas referências a Comte (1998) e Dilthey (1989), dois autores do século XIX que, apesar das diferenças entre suas abordagens teóricas, lançam as bases para reflexões subsequentes no século XX e XXI.

Na sociologia, uma das primeiras concepções sobre as gerações foi apresentada pelo filósofo francês Auguste Comte em 1800. A sua teoria tinha como base esforçar-se para identificar um tempo quantitativo e objetivamente mensurável como critério para o progresso linear das gerações.

Com base no progresso e sucessão das gerações, Comte (1998) afirmou que o ritmo pode ser calculado pela medição do tempo médio necessário para que uma geração seja substituída por uma nova. Para o filósofo, este tempo seria o necessário para uma nova geração entrar na política ou na vida pública (cerca de 30 anos). Comte (1998) ainda defendia que o progresso linear das gerações também é o resultado do entrelaçamento equilibrado entre as mudanças produzidas pela nova geração e a estabilidade mantida pelas gerações mais velhas.

Neste quadro o progresso é identificado com as novas gerações, o que não significa desvalorização do passado, que coincide com as gerações mais velhas. O tempo social é definido pela biologia. De modo semelhante ao organismo humano, também o organismo social é sujeito ao desgaste. Mas, para este, as partes podem ser facilmente substituídas pelas novas gerações (COMTE, 1998).

A visão matemática e quantitativa do tempo das gerações tal como apresentada pela teoria de Comte foi radicalmente recusada pela abordagem histórico-romântica, que tem sua abordagem focada no indivíduo. Esta ressaltou a conexão obtida, em termos qualitativos, entre os ritmos da história e os ritmos das gerações. Nesta perspectiva, o que mais importa é a qualidade dos vínculos que os indivíduos das gerações mantêm em conjunto. Em consonância com esta abordagem, em 1850, o filósofo alemão Wilhelm Dilthey argumentou que a questão das gerações exigiu a análise do tempo da experiência medido exclusivamente em termos qualitativos.

Para o autor, ao contrário do que defendia Comte, a sucessão das gerações não é importante. As gerações são definidas em termos de relações de contemporaneidade e consistem num conjunto de pessoas sujeitas em seus anos de maleabilidade máxima a

influências históricas comuns (intelectuais, sociais e políticas). Em outras palavras: consiste de pessoas que partilham o mesmo conjunto de experiências, o mesmo tempo qualitativo. A formação das gerações é conseqüentemente baseada em uma temporalidade concreta, constituída de acontecimentos e experiências compartilhadas (DILTHEY, 1989).

Em termos gerais, para Dilthey (1998) as experiências históricas balizam o pertencimento a uma geração, porque se estabelecem na existência humana. Esta visão só é acessível se tivermos a interpretação ampla que Dilthey atribuiu à temporalidade. Ele opôs o tempo humano (biológico, concreto e contínuo) ao tempo abstrato e descontínuo da natureza.

Para o filósofo alemão, a vida humana é uma temporalidade. A conexão entre o tempo humano e o tempo histórico provém principalmente da capacidade de adaptar, padronizar o tempo pessoal e interpretá-lo num todo expressivo. Mas ela também está intimamente associada à historicidade decorrente de um ponto de vista adicional. De acordo com Dilthey (1989), o tempo é formado por uma série de eventos descontínuos de valor igual, destituído de uma estrutura de passado, presente e futuro.

A análise de Karl Mannheim sobre gerações (1952) foi um divisor de águas na história sociológica do conceito. Quando Mannheim desenvolveu sua teoria das gerações, ele também a comparou com os amplos movimentos coletivos do século XX, com um duplo objetivo: distanciar-se do positivismo – a abordagem biológica das gerações de Comte (1998) –, bem como da perspectiva romântico-histórica. Além disso, seu maior interesse foi o de incluir as gerações em bases sociais e existenciais do conhecimento em relação ao processo histórico-social.

Mannheim considerou as gerações como dimensão analítica para o estudo da dinâmica das mudanças sociais, de estilos de pensamento de uma época e da ação. De acordo com este autor, a discussão sobre geração deve perpassar a experiência de uma situação social comum que expõe seus membros a uma fase do processo coletivo. Ou seja, que existe uma situação social geral, um fenômeno comum a vários indivíduos dentro de um todo social.

Essa similaridade de situação é definida através da especificação da estrutura na qual os grupos surgem na realidade histórico-social. Assim, os membros de uma geração compartilham experiências comuns e que por isso usufruem, juntos e contemporaneamente, dos mesmos benefícios e opressões prefigurados pelo modo de inserção na vida social (FORACCHI, 1972).

Porém, não significa uma experiência igual a todos, ao contrário, a similaridade de locação se traduz pela ‘estratificação da experiência’ (MANNHEIM, 1983). Para Mannheim, a situação geracional está baseada na existência de um ritmo biológico da vida humana –

nascimento e morte – que faz com que indivíduos de uma mesma geração que nasceram no mesmo ano sejam dotados de uma situação comum na dimensão histórica do processo social.

Embora, a situação de geração esteja baseada no ritmo biológico, ela não se reduz a isto, já que existe uma interação social entre seres humanos, uma estrutura social definida e uma história que faz da geração um fenômeno de localização social. Assim, pertencer à mesma classe, grupo etário ou geração tem em comum o fato de que estas características proporcionam aos indivíduos participantes uma situação coletiva no processo histórico e social, que os restringe a determinadas experiências e os predispõe a um modo característico de pensamento, experiência e ação.

Para Mannheim, os fatos fundamentais relativos às gerações são:

- a) Toda geração é seguida por outra. Significa que a cultura de uma sociedade não é desenvolvida pelos mesmos indivíduos, mas por indivíduos que entram em contato, de maneira diferente, com a cultura acumulada. Isso acaba por resultar, por um lado, na perda dos processos culturais acumulados, em função de uma avaliação e seleção do inventário cultural, e, de outro, na continuidade dos valores e normas construídos coletivamente ao longo da história.
- b) Há o contínuo desaparecimento dos participantes no processo da cultura, fazendo com que haja tanto o esquecimento daquilo que não é mais útil, como a recordação do que foi realizado ou almejado. Contudo, para o autor, as experiências passadas só têm relevância quando são incorporadas concretamente no presente. Assim, a transmissão constante da herança cultural faz com que as gerações estejam em constante interação. Neste ponto está um elemento importante a ser considerado nas trajetórias juvenis, em especial na comparação com as trajetórias familiares, pois na medida em que são transmitidas as experiências realizadas ou não, cria-se uma espécie de “compromisso entre as gerações” (MARTINS, 2010).
- c) Os membros de uma geração participam apenas de uma seção temporalmente limitada do processo histórico e, com isso, estão expostos à mesma fase do processo coletivo (similaridade de situação).
- d) A participação no destino comum da unidade histórica e social vai condicionar o debate em torno dos conceitos de geração enquanto realidade (geração real) e a unidade de geração. A geração real só é constituída quando se cria um vínculo concreto entre os membros de uma geração, através da exposição aos mesmos sintomas sociais e intelectuais. Com isso, jovens que vivem em um mesmo período não constituem, por si só, uma geração real. Pode-se dizer que os jovens que experimentam os mesmos

problemas históricos concretos fazem parte da mesma geração real; enquanto aqueles grupos dentro da mesma geração real que elaboram o material de suas experiências comuns através de diferentes modos específicos constituem unidades de geração separadas (MANNHEIM, 1982, p. 87).

Desta forma, a constituição de uma geração depende de um acontecimento, ou uma série de acontecimentos que têm caráter único e que estruturam uma época, dando aos que nela vivem uma representação mental e determinando comportamentos, práticas sociais, políticas e culturais específicas.

O autor divide o conceito de geração e sua especificação progressiva em torno de três noções, que representam o aprofundamento do termo:

Posição geracional → geração em si
 Conexão geracional → geração para si
 Unidade geracional → geração em si e para si

O que define a posição geracional não é um estoque de experiências comuns que um grupo de indivíduos tenha acumulado de fato, mas a possibilidade ou “potencialidade” de que possam vir a adquiri-las. Ou seja: está implícita a ideia de que as condições para a vivência de um conjunto de experiências comuns estão dadas. Se os indivíduos irão ‘despertar’ essa potencialidade imanente é um aspecto que dependerá, por sua vez, de outros fatores sociais.

Com isso, os fundamentos elencados por Mannheim indicam alguns pressupostos que permitem construir a unidade sujeito-tempo-espaço. O primeiro é que a partir do conceito de geração é possível refletir sobre as universalidades e particularidades. As idades da vida (cronológica) são retomadas, pois se tornam demarcadoras de um período que não é estático e muito menos homogêneo. As idades permitem fazer um recorte, construir quadros, que olhados de perto se mostram animados, em constante e intenso movimento. Estes quadros permitem vislumbrar e analisar não apenas as situações comuns àqueles neles inseridos, mas também as particularidades dos movimentos. Sob os atravessamentos do tempo e do espaço, existe um indivíduo que movimenta estes quadros a partir de suas relações, seja com os outros sujeitos, seja com a natureza.

No entanto, a simples presença em um momento histórico-social não é suficiente para o desenvolvimento de uma perspectiva ou visão de mundo comum entre indivíduos de idades próximas. Segundo Mannheim, é preciso existir uma conexão geracional entre os mesmos, ou seja, um tipo de participação em uma prática coletiva, seja ela concreta ou virtual, que produz

um vínculo geracional a partir da vivência e da reflexão coletiva em torno dos mesmos acontecimentos. O autor chama ainda a atenção para o fato de que em uma mesma conexão geracional existem distintas unidades geracionais que correspondem a diferentes perspectivas ou posições em relação a um mesmo acontecimento.

Já a conexão geracional pressupõe um vínculo concreto, que Mannheim define como uma participação no destino comum dessa unidade histórico-social. Para a conexão geracional não basta participar apenas potencialmente de uma comunidade que partilha de experiências comuns: é preciso estabelecer um vínculo de participação em uma prática coletiva, seja ela concreta ou virtual.

Mannheim afirma que a mesma juventude que está orientada pela mesma problemática histórico-atual vive em uma conexão geracional; aqueles grupos que dentro dessa mesma conexão geracional processam essas experiências de forma distinta constituem distintas "unidades geracionais" no âmbito da mesma conexão geracional.

O autor utiliza o termo de unidade de geração para designar a potencialidade – ou não – de formação de grupos concretos em que se fracionariam as gerações. Ele utiliza a brilhante formulação de Pinder (*apud* MANNHEIM, 1928) sobre a não contemporaneidade do contemporâneo: “Todas as pessoas convivem com pessoas da mesma e de diferentes idades. Mas para cada uma o mesmo tempo é um tempo diferente” (MANNHEIM, 1928, p.124).

Dentro de uma mesma unidade geracional, pode existir diversidade de opiniões, reações e estilos de vida, mesmo vivendo no mesmo meio social. Ela é pautada pela livre participação de diferentes indivíduos em vivência coletiva, em uma reação homogênea. E ela é uma adesão mais concreta em relação aos laços estabelecidos pela conexão geracional.

As unidades de geração desenvolvem perspectivas, reações e posições políticas diferentes em relação a um mesmo problema que lhes foi dado praticamente a partir do nascimento em um contexto social idêntico assim como em um período específico. Têm ainda como característica a adoção ou criação de estilos de vida distintos, mesmo que estejam vivendo em um mesmo meio social. Em outras palavras: a unidade geracional constitui uma adesão mais concreta do que aquela estabelecida pela conexão geracional, mais a forma como grupos de uma mesma conexão geracional lidam com os fatos históricos vividos por sua geração.

Isso permite compreender que de fato não existe uma juventude, mas juventudes, pois a forma como se passa por este período está condicionada ao tempo, ao espaço e aos sujeitos. Ao tempo porque, apesar de a mera contemporaneidade cronológica não produzir, por si só, uma situação de geração, faz com que os indivíduos estejam expostos ao mesmo momento do processo coletivo, sujeitos a uma situação comum. Porém, para que estes indivíduos vivenciem

uma situação comum, é necessário que estejam numa posição para experimentarem os mesmos acontecimentos, como um grupo integrado, mas a situação será absorvida de forma diferenciada. A forma como estas experiências são vivenciadas e apropriadas pelos sujeitos é estratificada, possibilitando a formação de unidades de geração.

O sociólogo inglês Philip Abrams (1982) ampliou a perspectiva lançada por Mannheim em circunstâncias diferentes. Cinquenta anos depois da teoria original de Mannheim, Abrams aprofundou e expandiu a noção histórico-social de geração ao relacioná-la à identidade. Sua intenção foi lançar luzes sobre a íntima relação entre o tempo individual e o tempo social, enfatizando sua filiação com registros históricos. O ponto de partida de Abrams foi sua convicção de que a individualidade e a sociedade são construções históricas. É, portanto, necessário analisar suas interconexões e, simultaneamente, suas mudanças ao longo do tempo. Identidades – considerado o elo entre as duas dimensões individual e social – devem, por seu turno, ser investigadas dentro de um modelo de referência histórico-social. Após rejeitar a definição de identidade, amparada tanto em termos psicológicos como "sociolinguísticos" – ou seja, associada mecanicamente à execução de papéis –, Abrams (1982) definiu-a como consciência do entrelaçamento da história individual e da história social.

A relação entre estas duas dimensões da história emerge claramente se for feita referência ao tempo social. É dentro deste último, de fato, que a sociedade e a identidade geram-se reciprocamente. Mas de que forma esta conexão entre identidade e geração é realizada? Para Abrams uma geração, no sentido sociológico, é o período de tempo durante o qual a identidade é construída a partir de recursos e significados que estão socialmente e historicamente disponíveis. Assim, novas gerações criam novas identidades e novas possibilidades para a ação.

Sociologicamente, portanto, as gerações não surgem da cadência temporal estabelecida por uma sucessão de gerações biológicas. Em outras palavras: não há padronização do tempo para medir ou prognosticar seu ritmo. Do ponto de vista sociológico, uma geração pode ter dez anos ou, como aconteceu nas sociedades pré-modernas, vários séculos. Pode incluir uma pluralidade de gerações biográficas ou, como na história de muitas sociedades tradicionais, apresentar apenas uma geração sociológica. Elas cessam quando novos e grandes eventos históricos – ou, mais frequentemente, quando lentos e não catastróficos processos econômicos, políticos e de natureza cultural – tornam o sistema anterior e as experiências sociais a ele relacionadas sem significado. Consequentemente, para Abrams (1982) ou para Mannheim (1952), o início de uma geração é marcado por discontinuidades importantes até então dominantes em determinada época histórica e institucional. Novamente, o tempo histórico-

social e seus ritmos é visto como central para a definição das novas gerações e identidades sociais. Mais precisamente: é o processo de mudança que produz o anterior e o posterior.

Nesta perspectiva, gerações são o lugar em que dois tempos diferentes – o do curso da vida e o da experiência histórica – são sincronizados. O tempo biográfico e o tempo histórico fundem-se e transformam-se criando desse modo uma geração social.

Ketter e Taylor (2009) sugerem que as diferenças de gerações podem ser o produto de três processos que apesar de diferentes, se sobrepõem, dificultando a diferenciação das gerações.

O primeiro é o efeito dos ciclos de vida – “*Life Circle Effect*”. O impacto biológico do envelhecimento e as mudanças de papéis que as pessoas desempenham conforme vão amadurecendo produzem mudanças em suas atitudes e comportamentos com o passar do tempo. Ou seja, os jovens podem ser diferentes das pessoas mais velhas hoje, mas podem muito bem se tornar mais como elas amanhã, quando eles próprios envelhecerem.

O segundo é o efeito de grupo – “*Cohort Effect*”. As diferenças de gerações podem ser o subproduto das circunstâncias históricas únicas que os membros de um grupo de mesma idade vivem durante a adolescência e início de vida adulta, quando a consciência do resto do mundo se aprofunda e identidades pessoais e sistemas de valores estão sendo fortemente moldados. A natureza única do tempo imprime impressões em cada faixa etária, produzindo diferenças que persistem até mesmo conforme os grupos envelhecem e atravessam o ciclo de vida.

Além do efeito do Ciclo de Vida e de Grupo, existe também o efeito do Tempo, da época em que se vive – “*Period Effect*”. Este reflete os principais eventos (guerras, movimentos sociais, os avanços científicos ou tecnológicos) que são capazes de impactar simultaneamente grupos de todas as faixas etárias, embora o seu impacto seja maior entre os jovens, muitas vezes porque os seus valores e hábitos são menos fixos que os de outros grupos etários.

Para Noble (2003), levando em consideração os conceitos anteriores, pensar em geração é preciso discorrer em *coortes* históricas e lembranças coletivas. No conceito de *coorte* histórica, se constitui que os indivíduos que vivem um mesmo momento histórico, formam e constroem valores semelhantes. A imagem de lembranças coletivas coloca que pessoas com idades próximas, em fase de amadurecimento (dos 8 aos 12 anos), tenham memórias semelhantes quanto aos acontecimentos do período. Com isso, os valores que se indicam nos atos e preferências, conservar-se ao longo da vida (NOBLE, 2003). Grandes acontecimentos (guerras, crises econômicas, transformações políticas, etc.) demarcam o surgimento de uma *coorte*, que se sustenta até o aparecimento de um novo evento marcante (PEUGOT, 2010).

3 GERAÇÃO Y

Segundo Strauss e Howe (1992) as gerações do século XX são classificadas como: Geração G.I., Geração Silenciosa, Geração *Baby-Boomer*, Geração X e Geração Y (ou *Millennials*).

De uma forma sucinta, os nascidos até 1945 ficaram conhecidos como a Geração Silenciosa. É a geração que passou pela Grande Depressão e enfrentou a Guerra Mundial. Com os países arrasados, precisaram reconstruir o mundo e sobreviver. Por isso são práticos, dedicados, gostam de hierarquias rígidas, ficam bastante tempo na mesma empresa e sacrificam-se para alcançar seus objetivos. Os primeiros nascidos desta geração foram chamados de Geração G.I. (*GI Generation*) em referência ao boneco soldado G.I. Joe (entre 1901 e 1924). Os seguintes (nascidos entre 1925 e 1945) passaram a ser chamados de Geração Silenciosa quando seu conformismo, apatia política e instinto cívico começaram a contrastar com os nativos da geração seguinte.

A geração seguinte é a Geração *Baby-Boomers* (nascidos entre 1946 e 1964). Receberam este nome pelo salto populacional que se iniciou em 1946 com o fim da guerra e o retorno dos soldados para suas famílias. São os filhos do pós-guerra, que romperam padrões e lutaram pela paz. Foi a primeira geração que cresceu em frente à televisão. Já não conheceram o mundo destruído e, mais otimistas, puderam pensar em valores pessoais e na boa educação dos filhos. Tem uma relação de amor e ódio com a ideia de hierarquia e preferem agir em consenso com os outros.

A Geração X abrange os nascidos entre 1965 e 1984. Nesse período, as condições materiais do planeta permitem que se pense em qualidade de vida, liberdade no trabalho e nas relações. Com o desenvolvimento das tecnologias de comunicação, sentem que já podem tentar equilibrar vida pessoal e trabalho. Mas, como enfrentam crises violentas, como a do desemprego na década de 1980, também se tornam céticos e superprotetores.

E, finalmente, a Geração Y, que também é denominada *de Millennials, Generation Next, Net Generation, Echo Boomers*, representa os nascidos a partir de 1985 até 1995. Existem divergências quanto aos anos, conforme o autor que é utilizado para explicar o grupo. Nesta pesquisa, serão adotadas essas datas referenciais para demarcar o início e fim da geração.

Com o mundo relativamente estável, eles cresceram em uma década de valorização intensa da infância, com internet, computador e educação mais sofisticada que as gerações anteriores. Ganharam autoestima e não se sujeitam a atividades que não fazem sentido em longo

prazo. Sabem trabalhar em rede e lidam com autoridades como se fossem colegas de turma. É a primeira geração a chegar à vida adulta no novo milênio (MELUCCI, 1997).

Com relação ao seu comportamento social, são a primeira geração na história humana a considerar comportamentos como *tuitar* e enviar mensagens de texto, assim como sites como o Facebook, You Tube, Google e Wikipédia, não como surpreendentes inovações da era digital, mas como parte do dia a dia de suas vidas sociais e de sua busca por compreensão (WELLER, 2010).

O bureau de pesquisa de tendências WGSN acrescentou, em 2010, outras características, sendo que algumas delas parecem ir contra boa parte dos estereótipos ligados à cultura jovem. Por exemplo, constataram que esta é uma geração mais careta: ser *nerd* passou a ser legal. Esta geração tem foco na saúde e na vaidade, menos drogas, menos bebidas, mais beleza e sexo responsável. Muitos Millennials vivem com seus pais, pois o conflito entre gerações é menor.

Relacionam-se com as marcas como uma forma de compor sua identidade, a customização dá a sensação de pertencer a um grupo e se destacar dentro dele. É uma geração obcecada por tendências e como há grande rapidez na informação, as coisas perdem e ganham relevância muito rapidamente. Segundo pesquisas, 61% dos jovens americanos não expressam interesse pelo mundo adulto. Portanto, as marcas voltadas para eles devem celebrar a juventude, pois é isso o que importa para eles.

Segundo Weller (2010), barreiras geográficas, diferenças etárias ou socioeconômicas perderam importância: a cultura e os interesses comuns os aproximam e os aglutinam. Isto que dizer que as “tribos” se formam por afinidade e identificação cultural, não importa que cada um esteja num canto do planeta. São narcisistas e acham que sabem tudo. Compartilham suas vidas pessoais na internet e não têm preocupação com o que é privado.

As pessoas da geração Y são mais estressadas, pois sofrem maior pressão da família para terem sucesso. São inseguras em relação ao futuro, pois sabem que fazer uma faculdade ou conseguir um emprego não é garantia de estabilidade, nem de sucesso. Ao mesmo tempo, no trabalho, o dinheiro não é o principal motivador, flexibilidade de horário e a liberdade de usar roupas casuais no trabalho pesam tanto quanto (WELLER, 2010).

São descrentes de regras preestabelecidas, por isso costumam ser mais empreendedores que os jovens do passado. Não ficam idealizando o futuro. Eles veem o que pode ser feito, de fato, para mudar o mundo e se mobilizam, via internet.

Voltando para o conceito desenvolvido por Karl Mannheim (1993), o autor defende que as gerações são extensões analíticas com grande importância para o entendimento de modificações na sociedade, e de maneiras agir, raciocinar de uma época. As gerações

desenvolvem lembranças específicas que, pela ação dos andamentos dos anos, podem originar mudanças sociais, assim como, implicar em uma mudança pela geração antecedente. Logo, o que arquiteta uma geração não se tangencia apenas com seu tempo biológico.

O tempo é somente um marco potencial, pois é o procedimento histórico que aborda os as pessoas de uma mesma geração, com uma faixa etária. Neste, enfatiza-se dois elementos: eventos históricos, a configuração de como esses eventos experenciado pelos distintos grupos etários, que se encontram em diferentes momentos. Esses eventos podem ser grandes (como problemas naturais), ou lentos, como processos econômicos. (PEUGOT, 2010).

Por isso, levando em conta a realidade brasileira, acreditar que no presente há apenas uma geração, marcada pelo domínio da tecnologia e pelo imperativo de suas escolhas, é algo deslocado da realidade (PEUGOT, 2010).

A inclusão do período histórico é importante pois, admite penetrar nas possibilidades e limites que se apresenta perante uma geração e grupos, constrói uma análise completa a partir de uma exame d do ambiente econômico, social e cultural. Nessa linha, também é ressaltado a importância de estudar as relações do individuo com o trabalho, e família, pois são desconexos em gerações ajudam a constituir aspectos de vivencia geracional. (WELLER, 2010).

Desse modo, vale ressaltar que uma geração não é formada somente pelo tempo biológico, nem pelas experiências, a outros pontos a ser considerados, como influencia de gerações, não somente diferenças entre elas (TOMIZAKI, 2010). Além disso, uma geração pode estar conectada aos distintos grupos etários, não apenas aos sujeitos jovens, como normalmente é estudado. Porém, é na juventude que é relevante aprofundar a discussão da geração Y, pois é um momento de transição. (PEUGOT, 2010).

Para Weller (2010), cada grupo é influenciado pela localização, formação, nível de escolaridade, etc. Ou seja, não é possível abranger em uma única vivência todas os grupos que se constroem em um momento temporal.

Ponderar que todas as pessoas que nasceram período pertencem a um único grupo é esquecer as diferenças regionais e desigualdades sociais da juventude brasileira. As juventudes brasileiras são distintas, constituindo-se necessário conhecê-las para dar a correta extensão do grupo que se está analisando.

Como adverte Tomizaki (2010), ainda que tenha ganhado evidência, a opinião de a geração Y é frágil, somente se for avaliada a partir dos opiniões sociológicas da geração. Além disso, apresenta-se fora do debate as discussões sobre as relações de trabalho da juventude da geração Y, marcada pelo avanço da formação escolar, dificuldade de entrada no mercado de trabalho e precarização das relações de trabalho/emprego

Um estudo feito pela empresa de pesquisa Bridge Research em 2010 apresentou algumas características do jovem de geração Y brasileiro. A pesquisa foi realizada em São Paulo, Rio de Janeiro e Porto Alegre, com uma amostra composta 48% de homens e 52% de mulheres das classes A, B e C com idades entre 18 e 30 anos.

Os resultados indicam que os nascidos entre 1985 e 1989 são mais responsáveis, tem maior estrutura de gastos, dão mais valor à visão da família e aos estudos e tem os valores da geração Y menos cristalizados. Já os nascidos de 1990 a 1995 são mais atrelados aos valores da geração Y, tem menor estrutura de gastos e maior envolvimento com tecnologia e inovação.

São os autores da maioria dos blogs e gestores de comunidades nas redes sociais. Para os pesquisadores isto é explicado pelo momento de valorização do jovem e da juventude e a forte influência da cultura. Os jovens não querem ser adultos, eles querem ser jovens.

No aspecto profissional, seus desejos são: ter prazer no que se faz, ter benefícios, ser remunerado, ser útil, fazer parte da sociedade e evoluir. Sentir-se ativo e feliz é parte importante, mas tem que ter um propósito maior. Ao mesmo tempo, crescer financeiramente é uma meta que deve ser alcançada rapidamente. O dinheiro é resultado do trabalho e significa independência e estabilidade.

O estudo concluiu que, no que diz respeito ao consumo, a máxima desta população é que consumir é melhor do que ostentar marcas, afirma Renato Trindade, presidente da Bridge Research.

Por fim, ressalta-se como principal característica desta geração o fato de ser imediatistas em todos os aspectos de sua vida. No trabalho, estes jovens buscam crescer e ser reconhecidos rapidamente. Comprar e ler jornais foram substituídos pela televisão e pela internet, por entregarem a informação com rapidez e qualidade. Seu principal gasto é com roupas, pois conseguem achar o que querem facilmente e com um preço que podem pagar, ao contrário de produtos eletrônicos, por que precisam esperar até conseguirem juntar dinheiro suficiente ou pedir ajuda para os pais.

4 FERRAMENTAS COMUNICACIONAIS E SUAS TECNOLOGIAS

Nesta pesquisa, concebemos que os contextos são elementos relevantes, senão fundamentais, para a investigação científica. Os processos de investigação científica estão interligados ao conhecimento acerca das dimensões macro contextuais e específicas que envolvem o fenômeno/objeto investigado, e que formam um conjunto de aspectos substanciais para o desvendar do problema de pesquisa. Para isso, iremos analisar os tensionamentos entre comunicação e tecnologia, a fim de tecer uma análise situacional, sem a qual seria impossível analisar e compreender os fenômenos/objetos.

Segundo Burke (2006), até os dias de hoje, não é presumível datar como a comunicação surgiu, mas é sensato afirmar que a evolução da comunicação sempre andou de mãos dadas como o processo de evolução do homem, desde seus ancestrais mais antigos até os dias de hoje.

A comunicação neste processo evolutivo funcionou como uma espécie de ferramenta de sobrevivência, que ao contrário de lanças e confecções de roupas, serviam para passar de um homem ao outro o conhecimento de técnicas, para que assim tal descoberta não morresse (KELLY, 2012). Também era necessário registrar sua história, e sua importância pode ser observada nas pinturas rupestres datadas do período paleolítico, que tinham o intuito de transmitir tradições, normas de sobrevivência e costumes (MATTELART, 1996).

Observando essas questões, é possível observar que as maiores descobertas do homem para seu processo evolutivo nos últimos 40 mil anos não foram as ferramentas e técnicas de produção, tampouco as armas utilizadas para caçar ou guerrear, mas sim o seu domínio dos sistemas de comunicação (BURKE, 2006).

Embora frequentemente ligada à escrita e à oralidade, a comunicação também pode ser conceituada como tudo que pode ser interpretado, ou seja, se fizermos um simples movimento corpóreo, como acenar positivamente com as mãos, este movimento é interpretado por outro indivíduo como sinal afirmativo, então, podemos dizer que houve a comunicação (MARTINO, 2014).

4.1 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

Antes de apresentar a definição conceitual de comunicação “é importante destacar que não se trata de achar a verdade ou eleger um sentido em detrimento dos vários usos do termo” (Martino, 2014, p.11), pois seu significado pode conter diversas opções válidas, que estão associados ao tema.

A etimologia do termo remonta sua origem no latim, *communicatio*, do qual pode-se separar em três elementos: *munis* – estar encarregado de – que, acrescido do prefixo *co*, expressa simultaneidade, ideia de uma ação realizada conjuntamente (MARTINO, 2014); completada pelo termo *tio*, que reforça a conceito de atividade. Segundo o dicionário Oxford (1972), comunicação é ciência ou processo de transmissão de informação, seja por meio eletrônico ou mecânico. Refere-se ao processo de compartilhar um mesmo objeto de consciência, exprimindo uma relação entre os objetos (BURKE, 2006). Esta podendo ser entre:

- Seres brutos: com transmissão de informação;
- Seres orgânicos: outros seres biológicos;
- Homem: com o mundo, com o outro e consigo mesmo.

Este último sofrendo intervenção bastante complexa da cultura neste processo, no qual a transmissão do patrimônio é feita através de gerações (Burke, 2006). Comunicar é simular a consciência de outrem um mesmo objeto mental (sensação, pensamento, desejo, afeto). E esta faz parte de um processo ubíquo e completo (MARTINO, 2014).

O que é preciso ter clareza é a existência de uma íntima relação entre os processos comunicacionais e os desenvolvimentos sociais. Isso porque a comunicação ao permitir o intercâmbio de mensagens, concretiza uma série de funções, entre as quais: informar, constituir um consenso de opinião, persuadir ou convencer, prevenir acontecimentos, aconselhar, quanto a atitudes e ações, constituir identidades, e até mesmo divertir.

Durante a década de 1960, o autor Marshall McLuhan apresentou sua teoria acerca das tecnologias comunicacionais. Para o autor, os meios tecnológicos são uma extensão do corpo humano, ampliando as capacidades do homem, ou dos próprios sistemas e instrumentos criados pelo homem, para além de si. Por exemplo: a roda seria uma extensão das pernas, a roupa seria uma extensão da pele, etc.

Para McLuhan (2014), os próprios meios tecnológicos não se detêm em suas formas físicas, materiais. O alfabeto, que seria uma extensão da linguagem humana, neste caso, teria posteriormente sua capacidade expressiva ampliada através dos meios impressos. Meio e mensagem manifestam-se em simultâneo, em que o conteúdo de um meio é sempre outro meio e nele encontramos uma mensagem.

O meio é qualquer extensão de nós mesmos, do nosso corpo ou mente ou sentidos. Noutras palavras, um meio é qualquer coisa a partir da qual surge uma mudança. Sendo assim, a mensagem não pode ser simplesmente reduzida ao conteúdo ou informação que o meio

veicula, pois, desta forma, excluiria a sua mais importante característica: o poder de mudar, moldar e influir nas relações e atividades humanas. É aí que encontramos a máxima de McLuhan (2014), sua famosa e controversa frase: “o meio é a mensagem”.

McLuhan segue dizendo que “isto apenas significa que as consequências sociais e pessoais de qualquer meio – ou seja, de qualquer uma das extensões de nós mesmos – constituem o resultado do novo estalão introduzido em nossas vidas por uma nova tecnologia ou extensão de nós mesmos” (2014, p.21)

O fato é que nem sempre percebemos a interface entre os diversos meios de comunicação e seus efeitos sobre nós, suas intervenções nas sociedades ou culturas, pois tendemos a pensar o conteúdo de qualquer mensagem como algo menos importante do que o próprio meio. Segundo Santaella (2003), “considerar que as mediações sociais vêm das mídias em si é incorrer em uma ingenuidade e equívoco epistemológicos básicos, pois a mediação primeira não vem das mídias, mas dos signos, linguagem e pensamentos, que elas veiculam”.

Na obra de McLuhan (2014), que antecedeu o advento de meios que hoje se manifestam como uma realidade global, diferentemente da sua época, hoje a interatividade dos multimídias, dada a velocidade do avanço tecnológico, são assustadoramente superiores e se tornaram verdadeiramente extensões físicas e psíquicas do homem, verdadeiros universos existenciais. Temos como exemplo maior a internet. Poderíamos dizer que, em nossa realidade atual, sem dúvida, o meio é a mensagem.

As condições e alterações propiciadas pelo meio, as quais todos os indivíduos estão submetidos, geram mudanças não só no nível de socialização e comunicação, como também, e principalmente, no estilo de vida de cada um. Para efeito histórico, o estudo das civilizações – nesse caso ocidental – é evidencia da relação entre sistemas de comunicações e de desenvolvimento civilizacional (MARTINO, 2014).

Em 1997, Dennis Stevenson, utilizou pela primeira vez a expressão “tecnologias da informação e comunicação”, mais conhecida como TIC. Ela se refere ao papel da comunicação (seja por fios, cabos, ou sem fio) na moderna tecnologia da informação. As TIC compreendem todos os meios técnicos usados para tratar a informação e auxiliar na comunicação, o que inclui o hardware de computadores, rede, bem como todo software necessário (Stevenson, 1997).

Em outras palavras, TIC consistem em tecnologias da informação, bem como quaisquer formas de transmissão de informações e correspondem a todas as tecnologias que interferem e permeiam os processos informacionais e comunicativos dos seres.

Ainda, podem ser entendidas como um conjunto de recursos tecnológicos integrados entre si, que proporcionam, por meio das funções de hardware, software e telecomunicações, a

automação e comunicação dos processos de negócios, da pesquisa científica, de ensino e aprendizagem entre outras (Stevenson, 1997).

Atualmente, os sistemas de informação e as redes de computadores têm desempenhado um papel importante na comunicação corporativa, pois é através dessas ferramentas que a comunicação flui sem barreira. Segundo Lévy (1999), novas maneiras de pensar e de conviver estão sendo elaboradas no mundo das telecomunicações e da informática. As relações entre os homens, o trabalho, as próprias inteligências dependem, na verdade, da metamorfose incessante de dispositivos informacionais de todos os tipos. Escrita, leitura, visão, audição, criação e aprendizagem são capturadas por uma informática cada vez mais avançada.

A tecnologia da informação teve uma imensa evolução e, com a tendência do mundo moderno, inovações e facilidades ainda hão de surgir. Nos dias atuais, encontramos várias tecnologias que viabilizam a comunicação, porém o que vai agregar maior peso a essas tecnologias é a interação e a colaboração de cada uma delas. Dentro desse cenário, é importante frisar uma interessante observação feita por Lévy (1999):

"A maior parte dos programas computacionais desempenha um papel de tecnologia intelectual, ou seja, eles reorganizam, de uma forma ou de outra, a visão de mundo de seus usuários e modificam seus reflexos mentais. As redes informáticas modificam circuitos de comunicação e de decisão nas organizações. Na medida em que a informatização avança, certas funções são eliminadas, novas habilidades aparecem, a ecologia cognitiva se transforma. O que equivale dizer que engenheiros do conhecimento e promotores da evolução sociotécnica das organizações serão tão necessários quanto especialistas em máquinas" (1999, p.156).

A Tecnologia da Informação (TIC) tem um papel significativo na criação de ambientes colaborativos e, posteriormente, em uma gestão do Conhecimento. No entanto, é importante ressaltar que a tecnologia da informação desempenha seu papel apenas promovendo a infraestrutura, pois o trabalho colaborativo e a gestão do conhecimento envolvem também aspectos humanos, culturais e de gestão (Silva, 2003).

4.2 COMPUTADOR

Os computadores, logo que deixaram de ser considerados simples máquinas de calcular, ou úteis acessórios de escritórios (depois dos anos 1970), eles passaram a fazer com que todos os tipos de serviço, e não somente de comunicação, tomassem novas formas. Contudo, para que isso acontecesse, eles tiveram que se tornar menores e mais baratos.

Breton (1994) defende que os matemáticos John von Neumann (1903-1957) e Alan Turing (1912-1954) são, cada um à sua maneira, os responsáveis pela criação de uma máquina

que iria revolucionar a comunicação: o computador. Ambos, Neumann e Turing, tinham com objetivo duplicar, por meios artificiais, a vida humana. Neste, como em muitos outros grandes avanços tecnológicos, o ponto de partida é no setor militar.

Porém, as máquinas construídas pelos matemáticos não foram os primeiros computadores a serem construídos. Com efeito, na mesma década, há, também a destacar os trabalhos de Nobert Wiener que, partindo igualmente do problema dos cálculos em torno do uso das peças de artilharia, viria a propor uma nova ciência: a cibernética. Como em quase todas as histórias, também a informática tem sua história anterior, muito antes do século XX.

O trabalho de medir e manter registro das existências de mantimentos, essencial para a sobrevivência de muitos povos, pode ser o princípio da história dos computadores, assim como Blaise Pascal, que em 1642 construiu uma máquina de adição mecânica que realizava a adição, e Charles Babbage (1791-1871), a quem atribui-se o mérito de ter sido o primeiro a interessar-se pelas possibilidades proporcionadas pelos computadores baseados em programas que armazenavam memória. Babbage teria desenhado um motor analítico mecânico, controlado por cartões perfurados que, todavia, nunca conseguiu implementar devido a dificuldades técnicas.

Em meados da década de 1940, existiam vários grupos, entre os Estados Unidos, a Grã-Bretanha e a Alemanha, para quem os conceitos de computador digital e de programa em memória eram amplamente familiares. Porém, foi em um período de 10 anos (1935-1945), que tais máquinas foram originalmente construídas (LAVINGTON,1980).

Na Segunda Guerra Mundial, foi a época na qual se deu o desenvolvimento dos computadores, de maneira como podemos comparar com as máquinas dos dias de hoje. O governo americano, em conjunto com a Universidade de Harvard, desenvolveu o Mark I, um computador baseado no cálculo analítico de Charles Babbage e Alan Turing.

A máquina ocupava um espaço de aproximadamente 120 m², e conseguia multiplicar dois números de dez dígitos em três segundos. Simultaneamente, e em segredo, o exército dos Estados Unidos desenvolvia um projeto semelhante, chefiado pelos engenheiros J. Presper Eckert e John Mauchly, cujo resultado foi o primeiro computador a válvulas, o Eletronic Numeric Integrator And Calculator (ENIAC), capaz de fazer quinhentas multiplicações por segundo. Tendo sido projetado para calcular trajetórias balísticas, o ENIAC foi mantido em segredo pelo governo americano até o final da guerra, quando foi anunciado ao mundo. No ENIAC, o programa era feito rearranjando a fiação em um painel (MATTELART, 2007).

Após a invenção do computador, o seu desenvolvimento foi rápido e em evolução constante. E, com a ajuda de uma outra criação, revolucionou o mundo e a sociedade. Hoje, qualquer eletrodoméstico possui, de longe, mais poder de processamento do que o mais

avançado dos computadores da década de 1940. Um celular simples, de hoje em dia, apresenta um desempenho muito superior aos primeiros computadores. O computador do século XXI, acoplado a outras tecnologias, é tão extraordinário que criou todo um admirável (ciber)mundo novo.

4.3 INTERNET

Entre 1993 e 1994, foi quando a rede até então dedicada à pesquisa acadêmica e militar foi aberta ao público que se encontrava fora desta dinâmica. Em um período de aceleração da tecnologia de comunicação, a internet trouxe consigo diversas questões que necessitam de atenção e estudos.

A origem da internet remonta a setembro de 1969. O conceito de uma rede de redes, porém, conforme o autor Mattelart (2002) observa, é anterior em, pelo menos, várias décadas à rede de informação cibernética da atualidade. Após a 2ª Guerra Mundial, os Estados Unidos procuraram uma diferente estratégia, através da ARPA (Advanced Research Project Agency), um órgão científico e militar criado em 1957 que cuidava dos avanços tecnológicos da potência ocidental e, posteriormente, da primeira rede.

No início, tratava-se de uma rede limitada, compartilhando informações entre universidades e outros institutos de pesquisa. Criada em 1962 por engenheiros do MIT (Massachusetts Institute Of Technology), localizado nos Estados Unidos, nasceu a ARPANET, a primeira rede de computadores interligada. Seu nascimento foi devido à necessidade de criar uma forma de codificação da época, para garantir a segurança do país, que estava de olho em se proteger de possíveis ataques soviéticos. “A construção da ARPANET justificou-se como uma forma de compartilhamento de trabalhos on-lines, entre os vários centros de informática interativos e grupos de investigação da agência” (CASTELLS, 2007, p.45).

O caderno de estruturas incluía, ainda, segundo o mesmo autor, a concepção de uma arquitetura flexível, descentralizada e capaz de sobreviver a um ataque nuclear. Os primeiros quatro pontos da rede eram localizados na Universidade da Califórnia em Los Angeles (UCLA), no Stanford Research Institute (SRI), na Universidade da Califórnia em Santa Bárbara (UCSB) e na Universidade do Utah, as quais ficaram operacionais em 1969. Passados dois anos, este número havia crescido para quinze, a maioria ligados a universidades.

Não demorou muito para que o conceito inicial de rede de computadores, ou de compartilhamento de recursos de processamento, evoluísse para um conceito bem mais abrangente. O passo seguinte derivou de uma primeira demonstração bem-sucedida num

Congresso Internacional em Washington, em que se visou justamente a ligação da ARPANET a outras redes. Assim, surge o Transmission Control Protocol (TCP) e, mais tarde, Inter-network Protocol (IP) daí resultando o TCP/IP, o padrão sobre o qual foi construída toda a Internet.

O TCP/IP tinha como objetivo ser o protocolo que unificaria as comunicações. Seria uma espécie de linguagem única utilizada para que dois computadores pudessem se comunicar.

Após 1975, a gestão da ARPANET foi transferida para a Defense Communication Agency e esta última viria a desenvolver uma nova rede, unificando as preexistentes nos diferentes ramos das forças armadas: a Defense Data Network (CASTELLS, 2007). Neste mesmo ano, já havia 2 mil usuários ligados à internet.

O valor da internet fora das universidades e institutos de pesquisas dependia da ampliação da consciência de suas possibilidades comerciais. Foi quando houve a necessidade de criar o primeiro provedor de serviços comerciais online, o CompuServe, que começou a operar em 1979. Após seu nascimento, surgiram outras empresas do segmento, como American On-line e Prodigy.

Porém, seu valor militar e não foi diminuído pelos interesses comerciais. Em 1983, “o Departamento da Defesa, preocupado com possíveis violações do seu sistema de segurança, decidiu criar a rede MIL-Net, destinada exclusivamente a funções militares” (CASTELLS, 2007, p.28). A ARPA-INTERNet, herdeira da ARPANET, haveria de ser convertida numa rede dedicada à investigação e a sua gestão entregue à National Science Foundation (NSF) em 1990. A NSF, que desde 1984 detinha uma rede própria, passou a partir de 1988 a usar como espinha dorsal da NSFNet a arquitetura da ARPANET. Uma vez esvaziada de propósito, obsoleta do ponto de vista tecnológico, e perdido também o seu carácter militar a ARPANET foi desmantelada.

Rapidamente a NSF, aproveitando a abertura ao domínio público da tecnologia de criação de redes, o processo de desregulamentação do setor das telecomunicações e o fato de a maioria dos computadores nos Estados Unidos possuir já, no início da década de 1990, os recursos de hardware necessários para aceder a uma rede, promoveu a privatização da internet, a qual se intensificaria com o encerramento da NSFNet em 1995 (CASTELLS, 2007).

Os ambientes desregulamentados e privados da internet fomentaram o aparecimento de investidores privados que começaram a exploração comercial do acesso à internet (os Internet Service Providers – ISP’s), construindo as suas próprias redes e pontos de acesso (gateways). A rede das redes não mais parará de crescer, beneficiando-se de sucessivos desenvolvimentos tanto nas comunicações, como nos computadores, que permitiram a disponibilização de

ferramentas e recursos cada vez mais apelativos que, por sua vez criaram mercado para novos usuários, gerando economias de escala.

A diminuição de custos, atraiu novos consumidores, processo que, por sua vez, gerou os recursos necessários para contínuos desenvolvimentos, numa progressão exponencial que não mais cessou.

Este Ciclo Virtuoso da Economia Digital (Comissão Europeia, 2010), não teria sido, contudo, possível, se uma outra revolução não se tivesse produzida. É aqui que entra Timothy Berners-Lee. “O que tornou possível à Internet a sua abrangência mundial foi a world wide web” (CASTELLS, 2007, p.31).

Em 1980, o físico inglês, desenvolvera, em sua primeira estada no laboratório europeu de alta tecnologia sediado na Suíça – Centre Européen pour la Recherche Nucléaire (CERN) – um programa de pesquisa de informação baseado numa solução não linear, isto é, em que o utilizador buscava a informação, não página a página, numa lógica sequencial, como usualmente, mas por meio de um esquema de ligações, em forma de teia, entre as diversas palavras-chave.

Tim Berners-Lee propôs um projeto global de hipertexto, conhecido como World Wide Web. Com base no trabalho anterior "Inquirição", foi projetado para permitir que as pessoas trabalhem juntas, combinando seus conhecimentos em uma rede de documentos de hipertexto⁴.

Ao pesquisar uma destas palavras-chave, a pesquisa devolveria um conjunto de resultados, dentro dos quais poderiam existir, se assim programadas, novas ligações a novas palavras, as quais remeteriam para outras e assim sucessivamente *ad infinitum*.

Com a colaboração de Robert Cailliau, um engenheiro de sistemas, juntos construíram um navegador/editor de páginas Web, dando forma ao World Wide Web, o nome que escolheram para este sistema de hipertexto (CASTELLS, 2007).

Aos já existentes Transfer Control Protocol/Internet Protocol (TCP/IP) (surgidos no contexto da ARPANet) foi adicionado o WWW. O objetivo de criar uma aplicação de hipertexto, e um sistema informático descentralizado, ao alcance de qualquer computador

⁴ Hipertexto: escrita eletrônica não-sequencial e não-linear, que permite ao leitor o acesso a um número praticamente ilimitado de outros textos a partir de escolhas locais e sucessivas, em tempo real, permitindo a este a definição interativa do fluxo de sua leitura a partir de assuntos tratados no texto sem se prender a uma sequência fixa ou a tópicos estabelecidos por um autor (Bolter, 1991). Segundo Marchuschi (2001) essas novas formas textuais afetaram o modo como escrevemos, proporcionando a distribuição da inteligência e cognição, diminuindo a fronteira entre leitor e escritor, tornando-os parte do mesmo processo e, fazendo com que a escrita seja uma tarefa menos individual para se tornar uma atividade mais coletiva e colaborativa.

pessoal, através de uma rede, ganhava forma. Para o êxito do projeto era necessário o desenho de um serviço de endereçamento. Surge deste modo o Domain Name System (DNS).

O DNS, do inglês Domain Name System (Sistema de Nomes de Domínios), tinha como objetivo ser como um sistema de tradução de endereços IP para nomes de domínios. Ele surgiu porque seria muito oneroso o usuário acessar uma página de internet tecendo o seu endereço de IP. Assim, o DNS entrou em contexto para fazer essa tradução e transformar os números de um IP em um endereço de website (CASTELLS, 2007).

Resolvidos estes desafios, em agosto de 1991, o endereço <http://info.cern.ch/hypertext/WWW/TheProject.html> (cuja versão original já não se encontra disponível) tornava-se oficialmente o primeiro site da Internet, disponibilizando o software para o browser `www318`. Vários grupos de hackers começaram então a desenvolver os seus próprios programas de pesquisa de informação.

É neste contexto que surge o Mosaic, o primeiro browser com uma orientação comercial (CASTELLS, 2007), desenvolvido por Mark Andressen e Eric Bina no Centro Nacional de Aplicações para Supercomputadores da Universidade de Illinois, e que foi disponibilizado de forma gratuita na Internet. Em 1994, foi fundada (por Jim Clark, Mark Andressen e Eric Bina) a Mosaic Communications, que viria a dar origem à Netscape Communications, empresa que comercializou o primeiro browser puramente comercial: o Netscape Navigator. Só em 1995, com a fusão do MS-DOS e do Windows no Windows 95, a Microsoft entrou para a era da internet, passando a incluir no seu novo sistema operacional (Windows 95) uma aplicação especificamente concebida para a navegação na World Wide Web: o Internet Explorer.

Desde então inúmeras aplicações foram desenvolvidas na e para a internet: motores de busca, navegadores, sistemas de segurança, etc. A internet criou oportunidades de negócio gigantescas, tornou-se um mercado colossal e, no presente, algumas das maiores empresas mundiais encontram-se, por via direta ou indireta, ligadas à economia digital.

No Brasil, a transmissão de informações despertava o interesse do Ministério das Comunicações (Minicom) desde 1975, quando baixou o decreto n.º 301 que incumbia a Empresa Brasileira de Telecomunicações (Embratel) de instalar e explorar a transmissão eletrônica de dados. Para atender instituições com grande volume de troca de informações, em 1980, o governo brasileiro criou a Transdata, uma rede constituída por circuitos privados alugada pela Embratel (BENAKOUCHE, 1997).

Com a mesma finalidade, em 1985, é criada a Renpac (Rede Nacional de Pacotes), uma rede pública visando suprir o mercado constituído pelo grande público, porém, essa rede não conseguiu despertar interesse (em dois anos de funcionamento reuniu 110 assinantes) devido

ao seu caráter extremamente técnico. Prevendo tal reação, nesse mesmo período a Embratel criou o projeto Cirandão, destinado ao público em geral e com maior característica utilitária. Este projeto se tratava de uma extensão do projeto Ciranda, criado em 1982 e restrito aos funcionários da Embratel.

Para Tamara Benakouche (1997) dois fatores estimularam o incentivo governamental ao sistema de rede no país. O primeiro deles diz respeito às finalidades de ordem estratégico-militar, já que o país estava sendo governado pelos militares e as questões geopolíticas referentes à área de telecomunicações eram estratégicas para que fosse mantida a autonomia nacional. Outro fator foi a questão financeira. As indústrias viam nisso uma possibilidade de criar um maior desenvolvimento tecnológico se estivessem em sintonia com o que estava acontecendo no mundo.

A autora comenta que relatórios publicados pela SEI (Secretaria Especial de Informática), ligada ao Minicom, colocavam o Brasil, em 1981, na mesma posição, em termos de desenvolvimento da teleinformática, em que os países de primeiro mundo estavam em 1960.

A primeira ligação da rede brasileira com o exterior ocorreu em 1988, quando o Laboratório Nacional de Computação Científica (LNCC), patrocinado pelo CNPq, se conectou à Bitnet, rede acadêmica norte-americana, utilizando a Renpac. No mesmo ano, a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) se ligou à Bitnet e à Hepnet (High Energy Physics Network) demonstrando o interesse da instituição brasileira na internet. No início do ano seguinte, a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) também se conectou à Bitnet, constituindo a terceira conexão internacional do país. Em fevereiro de 1991, a Fapesp fez seu primeiro tráfego internacional pela Internet, utilizando o Protocolo IP22 e se conectou com o Fermilab (Fermi National Accelerator Laboratory) nos Estados Unidos. A utilização desse protocolo permitiu a criação de domínios “.br.” Com isso, a instituição ficou oficialmente incumbida de administrar esses domínios.

Ao final de 1991, passados dois anos do início da internet, a rede inicial montada pelas três instituições acadêmicas, já apresentava um grande crescimento. Por meio dela, poucos estados não estavam ligados à rede. “A organização das redes brasileiras, no final de 1991, foi eminentemente cooperativa, onde cada instituição participante custeava seu enlace de telecomunicação ou para o Rio ou para São Paulo” (STANTON, 1998, p.57).

pela ONU para disponibilizar o acesso à internet através de sistema BBS⁶ (Bulletin Board System) para diversas organizações não-governamentais. O rápido desenvolvimento da rede no mundo já demonstrava aos vários setores da sociedade o potencial deste sistema de comunicação de dados. No ano de 1993, a Internet já estava aberta para a exploração da iniciativa privada em muitos países, e este segmento era o que apresentava maiores taxas de crescimento. Outro fato importante é o desenvolvimento da infraestrutura das redes em nível mundial.

Em 1995, devido ao grande aumento de usuários, a internet foi transferida para a administração de instituições não-governamentais. As primeiras iniciativas no sentido de disponibilizar a internet ao público em geral começaram com a atuação do governo federal (através do Ministério da Comunicação e do Ministério de Ciência e Tecnologia) no sentido de implantar a infraestrutura necessária e definir parâmetros para a posterior operação de empresas privadas provedoras de acesso aos usuários.

Desde então, a internet no Brasil experimentou um crescimento exponencial em relação ao acesso à internet. Atualmente 111 milhões de brasileiros têm acesso à internet⁷, cerca de 55% da população do país, e alguns fatores importantes colaboraram para que este resultado fosse alcançado, como elencado a seguir:

- Ano 2000: início da banda larga no Brasil;
- Ano 2005: operadora de celulares Vivo começa a oferecer internet 3G⁸ no Brasil;
- Ano 2006: com incentivo do governo, o mercado de computadores cresce 45% no Brasil;
- Ano 2009-2010: brasileiros aderem às redes sociais⁹;
- Ano 2011: internet 4G chega ao Brasil;
- Ano 2015: empresas com foco em tecnologia apresentam forte crescimento no país.

⁶ Um *bulletin board system* (BBS) é um sistema informático, um software, que permite a ligação (conexão) via telefone a um sistema através do seu computador e interagir com ele, tal como hoje se faz com a internet.

⁷ Relatório disponível em: <https://info.internet.org>

⁸ 3G: A tecnologia proporciona internet móvel em celulares e dispositivos móveis. Ela é responsável por aprimoramento da transmissão de dados e voz, oferecendo velocidades maiores de conexão, além de outros recursos, como videochamadas, transmissão de sinal de televisão, entre outros serviços. Disponível em: <https://3g.co.uk/guides/3g-what-is-3g-explained-in-simple-terms>

⁹ O termo rede social é uma aplicação da web cuja finalidade é relacionar as pessoas. Assim, as pessoas que integram uma rede social podem conectar-se entre si e criar vínculos.

Na escala mundial, a pesquisa apresentou um crescimento de 10% no número absoluto de usuários da internet ao redor do planeta. A Islândia ocupa a primeira posição do ranking de países com maior penetração da internet. Ao todo, 98% da população do país possui acesso à rede mundial de computadores. O Brasil ocupa o 79º lugar do ranking.

Segundo a pesquisa da empresa McAfee¹⁰, realizada no ano de 2016 no Brasil, o telefone celular é o dispositivo utilizado para o acesso individual da internet pela maioria dos usuários: 89%. Seguido pelo computador de mesa (40%), computador portátil ou notebook (39%), tablet (19%), televisão (13%) e videogame (8%). De acordo com o levantamento, 56% da população brasileira usou a internet no telefone celular nos três meses antes da pesquisa. A proporção era de 47% em 2015, e de 31% em 2014. O tipo de conexão mais utilizada nos celulares passou a ser o wifi, com 87% dos usuários, seguido pelo 3G ou 4G (72%).

Em relação aos outros países, o Brasil ficou no topo do ranking mundial quando o contexto analisado é o tempo de conexão de um usuário. Em média, o brasileiro gasta 5 horas e 12 minutos por dia em computadores e 3 horas e 55 minutos em dispositivos móveis. No ranking de países que mais acessam redes sociais, o país aparece na segunda posição, com aproximadamente 3 horas e 20 minutos por dia, atrás apenas das Filipinas.

Os altos índices brasileiros na pesquisa ocorrem em um tempo em que os dispositivos digitais, como celulares e tablets, ganham mais espaço na rotina da população que acessa a internet.

Com o objetivo de estar preparado para os próximos anos, o Ministério de Ciências, Tecnologia, Inovação e Comunicação do Brasil abriu em 2016 um projeto para mapear as tecnologias, soluções e serviços relacionados com internet disponíveis no Brasil. E uma questão que surgiu foi a necessidade de fazer um Plano Nacional da Internet das Coisas (IoT, em sua sigla em inglês). Segundo o ministério, a emergência da IoT é uma oportunidade ao desenvolvimento econômico brasileiro para modernizar a indústria e torná-la mais competitiva, para melhorar a prestação de serviços e torná-lo mais produtivo, para tornar as cidades mais inteligentes, melhorar a educação e a saúde públicas, para tornar o governo mais produtivo e menos burocrático.

¹⁰ Disponível em: <https://www.mcafee.com/us/about/newsroom/research-reports.aspx>

4.4. INTERNET DAS COISAS

A Internet das Coisas, também conhecida com IOT (*Internet of Things*) é um conceito criado por Kevin Ashton (1999), ao que seria uma infraestrutura de rede global dinâmica com capacidades de autoconfiguração, baseadas em protocolos de comunicação padrão e interoperáveis onde as "coisas" físicas e virtuais têm identidades, atributos físicos. Basicamente, trata-se do conceito de que todos os objetos computadorizados podem estar ligados entre si através do uso da internet.

A partir de qualquer lugar do mundo, a interligação de todos estes dispositivos – seja com fio ou sem (wireless) – permitiria a eles “ter seus próprios meios de coletar informações, de modo que possam “ver”, “ouvir” e “cheirar” o mundo por si mesmos. Tecnologias de sensores e RFID¹¹ (método de identificação automática com o uso de frequências de rádio, possibilitando armazenamento e recuperação remota de dados) permitem aos computadores observar, identificar e entender o mundo – sem as limitações dos dados introduzidos pelos humanos” (ASHTON, 2009).

Segundo a CERP-iot (*Cluster of European Research Projects on the Internet of Things*), a Internet das Coisas permite que pessoas e coisas estejam conectadas, independentemente de lugar e tempo, coisa ou pessoa. As tecnologias devem ter um funcionamento inteligente, para que seja possível uma mudança na própria ação, e independentemente da intrusão humana. Assim, a IoT permite que humanos e não-humanos estejam em permanente conexão de tudo e todos, respeitando os alguns preceitos listados abaixo (CERP, 2009):

- Acontecer a qualquer momento e em qualquer lugar;
- Acontecer com qualquer coisa ou pessoa e utilizando qualquer caminho e serviço;
- Ser convergente e com conteúdo;
- Ter repositórios e envolver computação;
- Ser comunicacional e conectado.

Para Atzori (2010), a Internet das Coisas é um paradigma inovador, que está crescendo exponencialmente no cenário das tecnologias e telecomunicações sem fio. A ideia básica do conceito “é a presença generalizada à nossa volta de uma variedade de coisas ou objetos – como

¹¹ RFID: sigla para *radio-frequency identification*.

etiquetas, sensores, telemóveis, etc. – que, através de esquemas únicos de endereçamento, são capazes de interagir uns com os outros e cooperar com seus vizinhos para alcançar objetivos comuns” (ATZORI, 2010, p. 01).

Para Rob Kranenburg (2012), especialista em Internet das Coisas, o conceito pode ser definido como um processo global para melhorar todos os objetos com algum tipo de endereço digital. E, para o autor, não é possível a negação de que, como espécie, a unidade cada vez mais é vista para mais conectividade, mais consciência de onde as pessoas e objetos são, e uma sinergia crescente entre todas as diferentes aplicações. Kranenburg afirma que o desafio que enfrentamos hoje não é de como podemos parar ou desacelerar essa mudança. O desafio é como que esse processo será construído de forma inclusiva e aberta.

Kranenburg (2012) defende que houve uma confluência de fatores históricos que se uniram para transformar o que antes era o domínio da ficção científica em realidade. Para ele, o primeiro fator nos leva de volta ao ano de 1974: o código de barra que mostrou às organizações que existia um padrão que era capaz de sincronizar fluxos de dados.

O segundo é a criação do RFID, tecnologia de identificação por radiofrequência. O terceiro é o armazenamento de banco de dados, necessários para coletar, armazenar e trabalhar em trilhões de 'bits' e dados. De fato, no final dos anos 1990, os custos do banco de dados foram a maior barreira para o IoT.

O quarto é IPV6, o Protocolo Internet, que ajuda a encontrar endereços de Internet. Os próximos fatores na IoT são mais intangíveis do que hardware e tecnologia. Em 1991, Mark Weiser, o pai da computação, publicou seu texto inovador, em que ele argumentou que os computadores tinham ficado menores, onipresentes e mais rápido, mas ele ainda estava acessando o seu com um teclado e um mouse. Ele queria uma interação mais intuitiva com toda a inteligência aproveitada na rede de computadores em rede. Ele estava falando sobre design e interatividade, que é o quinto fator na Internet das Coisas. E o sexto são as pessoas, os usuários.

Para o autor, o aspecto mais interessante no crescimento da Internet das Coisas remete a esse desejo humano básico de trazer à vida o inanimado. Para ele, é inevitável que com a capacidade tecnológica e a curiosa natureza humana, um mundo de Internet das Coisas não se torne realidade (KRANENBURG, 2012).

A principal força da ideia da Internet das Coisas é o alto impacto que terá em vários aspectos da vida cotidiana e o comportamento de potenciais usuários. Do ponto de vista de um usuário privado, os efeitos mais óbvios da introdução serão visíveis em ambos os campos de trabalho e domésticos (KRANENBURG, 2012).

Segundo a NIC (Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto, 2012), é importante também salientar as possíveis ameaças decorrentes da adoção generalizada de tal tecnologia. Na verdade, eles enfatizaram que na medida em que objetos cotidianos se tornam riscos de segurança da informação, a Internet das Coisas poderá distribuir esses riscos muito mais amplamente do que a internet até a hoje.

Segundo Atzori (2010), Internet das Coisas "significa semanticamente" uma rede mundial de objetos interligados exclusivamente endereçáveis, baseados em protocolos de comunicação padrão. Uma vez que a informação é gerada, provavelmente será retida indefinidamente, o que envolve a negação do esquecimento digital na perspectiva das pessoas, que representa um ambiente no qual a privacidade dos indivíduos é seriamente ameaçada de várias maneiras.

A internet mudou drasticamente a maneira como vivemos, movendo as interações entre as pessoas em um nível virtual em vários contextos, desde a vida profissional a uma nova dimensão a este processo, permitindo comunicações com e entre objetos, até as relações sociais. A Internet das Coisas tem o potencial de adicionar inteligentes, levando assim à visão de comunicações a qualquer hora, em qualquer lugar, em qualquer mídia, em qualquer coisa (ATZORI, 2010).

Além disso, enquanto nos tradicionais problemas de privacidade da internet surgem sobretudo para os utilizadores da internet (indivíduos que desempenham um papel ativo), nos cenários de IoT surgem problemas primitivos mesmo para pessoas que não utilizam qualquer serviço de Internet das Coisas (ATZORI, 2010).

De acordo com Atzori (2010), a vigilância das informações que podem circular nas redes atinge a privacidade do usuário, que deve ser protegida, garantindo que os indivíduos possam controlar quais dos seus dados pessoais estão sendo recolhidos, quem está recolhendo e quando isso acontece. Além disso, os dados pessoais recolhidos devem ser utilizados apenas com o objetivo de apoiar os serviços autorizados por prestadores de serviços. E, finalmente, os dados devem ser armazenados somente até que seja estritamente necessário.

5 VIGILÂNCIA AO PANÓPTICO

A palavra “vigilância” deriva o latim “vigilare”, que tem como sua definição “tomar conta, estar acordado”. Seu significado, nos dias atuais está ligado aos seguintes conceitos (MICHAELIS, 2017):

- Ato ou efeito de vigiar.
- Estado de quem vigia, de quem age com atenção e precaução para evitar riscos e perigos; cuidado.
- Comportamento vigilante; precaução, prudência.
- Atenção desvelada na realização ou cumprimento de algo; cuidado, diligência.

Quanto ao ato de vigiar, nos dias que antecederam a moderna vigilância – em que dispositivos de gravação de som, câmeras escondidas e satélites coletam dados –, as pessoas eram os únicos meios, e comandantes e líderes políticos tinham que coletar as informações vitais de que precisavam para sobreviver às tramas de seus inimigos (TARAPANOFF, 2006).

O processo moderno de coleta de informações tem quatro elementos: direção ou segmentação, coleta de dados, análise de dados e disseminação para os usuários da informação. Os bons analistas de inteligência sabem que nem todas as informações são "inteligência". A inteligência é restrita a informações cruciais sobre o alvo ou inimigo – sua força, localização, intenções e capacidades. Além disso, a boa inteligência tem um fator tempo. Ela deve ser rapidamente coletada, analisada e entregue em tempo para o usuário a agir sobre ele. O último passo é a disseminação. Mesmo que a inteligência seja coletada e analisada corretamente, não terá valor se o produto não for transmitido ao usuário final em tempo suficiente para ele agir sobre ele (TARAPANOFF, 2006).

Na Roma Antiga, os principais atores políticos tinham suas próprias redes de vigilância, o que lhes proporcionava informações sobre os esquemas dos poderosos. Enquanto César controlava Roma durante a guerra civil, a população da cidade se alegrava com suas vitórias e lamentava suas perdas, pelo menos publicamente. Eles sabiam muito bem que havia espiões rondando, observando tudo o que se dizia e fazia. Os mensageiros militares de César, os especuladores, mantiveram-se ocupados entregando inteligência, mas também receberam missões de espionagem. César coordenava bem seus recursos de inteligência. O político e orador Cícero (106–43 a.C.) frequentemente lamentava que suas cartas estivessem sendo

interceptadas. "Não consigo encontrar um fiel portador da mensagem", escreveu a seu amigo, o estudioso Atticus: "Quão poucos são eles que são capazes de levar uma carta bastante pesada sem iluminá-la lendo". Júlio César montou uma elaborada rede de espões para manter-se informado dos vários complôs contra ele (GOLDSWORTHY, 2016).

Na Idade Média, segundo o historiador Toby Green (2011), a Igreja Católica Romana era mais poderosa do que a maioria dos governos – e tinha uma poderosa rede de vigilância para corresponder. O bispo francês Bernard Gui foi um notável autor e um dos principais arquitetos da Inquisição no final do século XIII e início do século XIV. Durante 15 anos, atuou como chefe inquisidor de Toulouse, onde condenou mais de 900 pessoas de heresia. Bernard também ficou conhecido pelo manual de Conduta da Inquisição em Depravação Herética, escrito em 1323-24, no qual ele esboçou os meios para identificar, interrogar e punir hereges (GREEN, 2011).

Seu *Manual do Inquisidor* (cujo título oficial era "A conduta de Inquirir relativamente às depravações heréticas") foi escrito no final de sua carreira no Tribunal. O livro foi dividido em cinco partes. Nas três primeiras há uma apresentação dos procedimentos a serem tomados pelo inquisidor em sua prática; o quarto capítulo traz documentos que reiteram e afirmam o poder dos inquisidores (como bulas papais); e a quinta parte do manual apresenta alguns casos de heresia (GREEN, 2011).

O que os inquisidores queriam era basicamente informações. Sempre acreditavam que existiam conspirações que poderiam atentar contra a ordem dominante e, especificamente, visando atingir a Igreja Católica. O acusado sabia que pouco ou nenhum ganho teria se não desse as requisitadas notícias e dados buscados pelos homens que o torturavam. Esses homens que estavam sendo assediados também reconheciam que tinham que fornecer nomes que levassem o tribunal a novas prisões, acusações, interrogatórios, torturas, julgamentos e confissões. As punições não podiam parar. E a igreja precisava mostrar-se forte perante a população e novos inimigos da fé, para não perder o controle e o poder (Green, 2011).

No período Isabelino (1558-1603), o tribunal de Elizabeth I era um terreno para intrigas e espões, e o trabalho de Francis Walsingham era manter o monarca um passo à frente de seus adversários, e para isso foi intitulado para ser chefe da rede de espionagem da rainha. Em maio de 1582, Walsingham interceptou cartas escritas pelo embaixador espanhol na Inglaterra, Bernardino de Mendoza, sobre uma conspiração para invadir a Inglaterra e instalar Mary, Rainha dos Escoceses, no trono. Walsingham reuniu evidências do envolvimento de Mary em conspirações e ela foi julgada por traição e decapitada (Hilton, 2016).

Durante a Revolução Francesa, Maximilien Robespierre e sua corte assistiram a população com um olhar cuidadoso e cruelmente reprimiram a dissensão interna. Em 1793, o governo revolucionário estabeleceu 12 "comitês de vigilância" em todo o país. Eles foram autorizados a identificar, monitorar e prender qualquer antigo nobre suspeito, estrangeiros, nacionais que haviam retornado recentemente do exterior, funcionários públicos suspensos e muitos mais. Os historiadores estimam que cerca de meio milhão de pessoas foram alvo dos comitês de vigilância (HOBSBAWM, 2009).

Nos séculos XVIII e XIX, os governos realizaram vigilância com burocracia. Em toda a Europa, eles criaram departamentos chamados de "câmaras negras" para ler as cartas dos indivíduos alvo. Os escritórios, geralmente localizados em prédios de escritórios de correios, empregavam uma variedade de técnicas para abrir secretamente, copiar e fechar a correspondência, e depois encaminhar as missivas para os destinatários inocentes (HOBSBAWM, 2009).

A prática envolveu o governo britânico em escândalo em 1844, quando foi revelado que a câmara negra de Londres estava secretamente lendo o correio do autor e ativista italiano exilado Giuseppe Mazzini. Os cidadãos britânicos ficaram indignados com o fato de seu governo ter passado informações aos napolitanos, que a usaram para executar os companheiros revolucionários de Mazzini.

Foucault (2014) descreve com detalhes um importante projeto de vigilância, construído durante a época Clássica na Europa, devido às pestes que assolavam as cidades. Segundo uma ordem publicada no final do século XVII, as medidas a serem tomadas quando a praga aparecer em uma cidade: em primeiro lugar, uma estrita divisão espacial: o fechamento da cidade e seus distritos periféricos, a proibição de deixar a cidade, sob pena de morte e o assassinato de todos os animais de rua. A divisão da cidade em quartos distintos, cada um governado por um intendente. Cada rua é colocada sob a autoridade de um síndico, que a mantém sob vigilância. Se ele não cumprir o seu papel, será condenado à morte.

Em um dia marcado, os habitantes são obrigados a ficar dentro de suas casas. O próprio síndico vem fechar a porta de cada casa do lado de fora. Ele reúne as chaves e entrega ao intendente do bairro. O intendente o mantém até o fim da quarentena. Cada família deverá ter feito suas próprias provisões, mas, para o pão e vinho, são colocados pequenos canais de madeira entre a rua e o interior das casas, permitindo assim que cada pessoa receba a sua ração sem se comunicar com os fornecedores e outros residentes. Se for absolutamente necessário sair da casa, será feito por sua vez, evitando qualquer reunião. Somente os intendentes, síndicos e guardas, poderão se mover pelas ruas e também, entre as casas infectadas. Cada indivíduo é

fixado em seu lugar. E, se ele se move, faz isso com o risco de sua vida, contágio ou punição (Foucault, 2014).

Em cada um dos portões da cidade haverá um posto de observação. Todos os dias, o intendente visita o bairro a seu cargo, pergunta se os síndicos têm cumprido suas tarefas, se os habitantes têm queixas. Todos os dias, também, o síndico entra na rua pela qual é responsável, para antes de cada casa: faz com que todos os habitantes apareçam nas janelas (aqueles que vivem com vista para o pátio receberão uma janela com vista para a rua). Ele chama cada um deles pelo nome e se informa sobre o estado de cada um deles. Todo mundo trancado em sua jaula, todos à sua janela, respondendo ao seu nome e mostrando-se quando perguntado – é a grande revisão dos vivos e dos mortos.

Esta vigilância baseia-se num sistema de registo permanente: relatórios dos síndicos aos intendentos, dos intendentos aos magistrados ou ao prefeito. No início do "bloqueio", é feito o registo de cada um dos habitantes presentes na cidade. O documento tem o nome, idade, o sexo de todos e sua condição. Uma cópia é enviada ao intendente do bairro, outra ao escritório da prefeitura, outra para permitir ao síndico fazer sua inscrição diária. Tudo o que pode ser observado durante o curso das visitas – mortes, doenças, queixas, irregularidades é anotado e transmitido aos intendentos e magistrados. O registo do patológico deve ser constantemente centralizado. A relação de cada indivíduo com sua doença e com sua morte passa por representantes do poder, o registo que fazem dele, e as decisões que tomam sobre ele (FOUCAULT, 2014).

Cinco ou seis dias após o início da quarentena, o processo de purificação das casas um a um é iniciado. Todos os habitantes são obrigados a partir. Em cada quarto “os móveis e bens” são levantados do chão ou suspensos do ar, o perfume é derramado em torno do quarto e depois de cuidadosamente selar as janelas, portas e até mesmo os buracos com cera, o perfume é aceso. Finalmente, toda a casa está fechada enquanto o perfume é consumido. Quatro horas mais tarde, os residentes são permitidos entrar nas casas novamente (FOUCAULT, 2014).

Esse projeto estabelece para cada indivíduo seu lugar, seu corpo, sua doença e sua morte, seu bem-estar, por meio de um poder onipresente. Por trás dos mecanismos disciplinares pode-se ler a memória assombrosa dos "contágios", da praga, das rebeliões, dos crimes, da vagabundagem, das deserções, das pessoas que aparecem e desaparecem, vivem e morrem em desordem (Foucault, 2014).

Conforme os casos descritos anteriormente, a existência de todo um conjunto de técnicas e instituições para medir, supervisionar e controlar os habitantes, era de suma importância para os governos.

O Panóptico é a figura arquitetônica desta composição. O criador do conceito, o filósofo inglês e abolicionista da pena de morte Jeremy Bentham (1748-1832), iniciou sua introdução ao publicar o projeto para uma prisão – uma estrutura que Bentham esperava incorporasse os ideais utilitários de uma sociedade mais humana. Na Inglaterra do final dos anos 1800, havia cerca de 200 ofensas puníveis com a pena de morte incluída. Além da execução, outros métodos comuns de punir criminosos estavam enviando-os para lutar guerras ou para fazer a viagem longa e perigosa para as colônias penais na América e na Austrália (FOUCAULT, 2014).

Havia algumas prisões rudimentares na Inglaterra durante este tempo, estas eram principalmente prisões devedoras e tinham condições terríveis. Os condenados eram colocados em celas sujas e superlotadas. Para Bentham, essas primeiras prisões não eram uma alternativa aceitável à execução, à guerra ou ao exílio. Esses quartos escuros e corredores supervisionados por guardas implacáveis representavam um problema que, ele esperava, a arquitetura criativa poderia resolver (Bentham, 2000)

O objetivo dessa arquitetura era aproveitar o poder da luz. Luz que manteria a ordem na prisão, com uma abordagem mais humana do que a ameaça constante de castigo físico. Uma ideia de intenções nobres, que poderia alterar o curso da história.

O conceito de prisão do Panóptico de Bentham, de acordo com Foucault (2014), foi a forma mais antiga de tecnologia de vigilância. Em seu conceito inicial, a ideia de Bentham era construir uma prisão, com estrutura circular, que exigia que todas as celas dos prisioneiros tivessem uma janela – permitindo que a luz do sol brilhasse sobre os prisioneiros, e a sua cela daria para o interior do prédio, a onde haveria uma torre de guarda central com venezianas nas janelas – mantendo os prisioneiros impedidos de ver qualquer atividade dentro. Além disso, tubulações, que facilitariam o eco de qualquer som audível vindo das celas.

O princípio em que se baseava: na periferia, um edifício anular e, no centro, uma torre. Esta torre é perfurada com janelas largas que se abrem para o lado interno do anel. O edifício periférico é dividido em células, cada uma das quais se estende por toda a largura do edifício com duas janelas, uma no interior, correspondendo às janelas da torre, e o outro, do lado de fora, permite que a luz atravesse a célula de uma extremidade à outra. Segundo Bentham (2000), bastava, então, colocar um supervisor em uma torre central e fechar em cada cela um louco, um paciente, um condenado, um trabalhador ou um estudante. Pelo efeito de retroiluminação, poderia se observar os prisioneiros em suas celas. Eles são como tantas gaiolas, tantos teatros pequenos, nos quais cada ator está sozinho, perfeitamente individualizado e constantemente visível.

O mecanismo Panóptico organiza unidades espaciais que tornam possível ver constantemente e reconhecer imediatamente. Em suma, inverte o princípio do calabouço, ou melhor, de suas três funções – encerrar, privar de luz e ocultar – preserva apenas a primeira e elimina as outras duas. A iluminação completa e o olho de um supervisor capturam melhor do que a escuridão, que, em última análise, protegido. A visibilidade é uma armadilha (BENTHAM, 2000).

Cada indivíduo, em seu lugar, está firmemente confinado a uma célula da qual ele é visto da frente pelo supervisor, mas as paredes laterais impedi-lo de entrar em contato com seus companheiros. Ele é visto, mas não vê. Ele é o objeto de informação, nunca um sujeito em comunicação. O arranjo de seu quarto, em frente à torre central, impõe-lhe uma visibilidade axial, mas as divisões do anel, aquelas células separadas, implicam uma invisibilidade lateral. E essa invisibilidade é uma garantia de ordem (FOUCAULT, 2014).

Se os prisioneiros são condenados, não há perigo de um complô, uma tentativa de fuga coletiva, o planejamento de novos crimes para o futuro, más influências recíprocas. Se eles são pacientes, não há perigo de contágio, se eles são loucos, não há risco de cometerem violência uns contra os outros, se eles são escolares, não há cópia, sem ruído, sem tagarelice, sem perda de tempo, se eles são trabalhadores, não há desordens, nenhum roubo...

A multidão, uma massa compacta, individualidades que se fundem, um efeito coletivo, é abolida e substituída por uma coleção de individualidades separadas. Do ponto de vista do guardião, ele é substituído por uma multiplicidade que pode ser numerada e supervisionada. Do ponto de vista dos presos, por uma solidão isolada e observada (BENTHAM, 2000).

Os internos deviam viver num medo constante de serem vigiados – mesmo se ninguém estivesse na torre de guarda. O objetivo de Bentham era uma vigilância de grande eficiência. Foucault escreve: "Daí o efeito principal do Panóptico: induzir no interno um estado de visibilidade consciente e permanente que assegure o funcionamento automático do poder" (Foucault, 2014, 195).

Assim, para organizar que a vigilância seja permanente em seus efeitos, mesmo que sua ação não seja contínua, este aparato arquitetônico deve ser uma máquina para criar e sustentar uma relação de poder independente da pessoa que a exerce (FOUCAULT, 2014).

Em suma, que os presos devem ser enquadrados numa situação de poder da qual eles próprios são os portadores. Para conseguir isso, é importante que o vigiado deva ser constantemente observado por um inspetor: ou pelo menos ele deve pensar que esteja acontecendo isso, pois o que importa é que ele se sinta observado, mas não tem nenhuma necessidade de fato de ser assim.

Diante disso, Bentham (2000) estabeleceu o princípio de que o poder deveria ser visível e não verificável. Visível: o interno terá constantemente diante de seus olhos o alto contorno da torre central de onde é espionado. Inverificável: o preso nunca deve saber se ele está sendo olhado em qualquer momento, mas deve ter certeza de que sempre pode ser assim.

Para que a presença ou ausência do inspetor não pudesse ser verificada, de modo que os prisioneiros, em suas celas, nem sequer pudessem ver uma sombra, Bentham (2000) não contemplava apenas persianas venezianas nas janelas da sala central de observação, mas, no interior, partições que cruzavam o corredor em ângulos retos e, para passar de um quarto para o outro, não portas, mas aberturas em ziguezague. Para o menor ruído, um brilho de luz, um brilho em uma porta entreaberta trairia a presença do guardião. O Panóptico é uma máquina para dissociar a ver sem ser visto: no anel periférico, um é visto totalmente, sem nunca ver; Na torre central, se vê tudo sem ser visto (FOUCAULT, 2014).

Trata-se de um mecanismo importante, pois automatiza e desintegra o poder. O poder tem seu princípio não tanto em uma pessoa como em uma certa distribuição concertada de corpos, superfícies, luzes, olhares. Em um arranjo cujos mecanismos internos produzem a relação na qual os indivíduos são apanhados.

As cerimônias, os rituais, as marcas pelas quais o poder excedente do soberano se manifestava são inúteis. Existe uma maquinaria que assegura dissimetria, desequilíbrio, diferença. Consequentemente, não importa quem exerça o poder. Qualquer indivíduo, tomado quase ao acaso, pode operar a máquina: na ausência do diretor, de sua família, de seus amigos, de seus visitantes, até mesmo de seus servos (BENTHAM, 2000). Quanto mais numerosos são esses observadores anônimos e temporários, maior o risco para o preso de ser surpreendido e maior a sua consciência ansiosa de ser observada. O Panóptico é uma máquina que, qualquer que seja o uso que se queira, produz efeitos homogêneos de poder.

Uma sujeição real nasce mecanicamente de uma relação fictícia. Portanto, não é necessário usar a força para restringir o condenado ao bom comportamento, o louco para acalmar, o trabalhador a trabalhar, o aluno a aplicação, o paciente à observação dos regulamentos. Bentham (2000) ficou surpreso de que as instituições panópticas pudessem ser tão leves: não havia mais barras, não mais cadeias, não mais fechaduras pesadas. Tudo o que era necessário era que as separações fossem claras e as aberturas bem organizadas. O peso das velhas "casas de segurança", com sua arquitetura de fortaleza, poderia ser substituído pela geometria simples e econômica de uma "casa de certeza".

A eficiência do poder, sua força restritiva, em certo sentido, passou para o outro lado – para o lado de sua superfície de aplicação. Quem está sujeito a um campo de visibilidade, e

quem sabe, assume a responsabilidade pelas limitações do poder, ele inscreve em si a relação de poder em que desempenha simultaneamente os dois papéis, ele se torna o princípio de sua própria sujeição. Por este fato, o poder externo pode jogar fora seu peso físico, tende para o não-corporal. E, quanto mais se aproxima desse limite, mais constantes, profundos e permanentes são seus efeitos: é uma vitória perpétua que evita qualquer confronto físico e que é sempre decidido de antemão.

O projeto do Panóptico lançou as bases para a vigilância moderna (FOUCAULT, 2014). A transformação social que começa com o iluminismo e leva às revoluções americana e francesa é atribuída a rejeitar o absolutismo real. O filósofo Michel Foucault (1983) descreve sistematicamente esta evolução do poder em seus trabalhos. Antes, as realezas eram os visíveis na luz – com seus castelos intimidantes, grandes, ostentando em vestuário e cerimônias dramáticas. A população em geral vivia no escuro, controlada pelo medo do castigo severo. Foucault (1983) explica que isso começou a mudar com o conceito do século XVIII de reforma, não apenas punindo criminosos.

Esse sistema jurídico transformou os prisioneiros e a população em geral em pessoas visíveis. Com a passagem do "castigo monárquico" para o "castigo disciplinar", Foucault (1983) descreve um processo de punição menos brutal – um processo que substitui cada vez mais o controle através da brutalidade com controle através da vigilância.

O Panóptico, que serviu para o ponto de partida teórico para estudos de vigilância, é um conceito que derivou das letras e do desenho arquitetônico de Bentham. E, embora o conceito seja direta e indiretamente abordado em vários ensaios e livros de Foucault, sua aplicação na obra *Vigiar e Punir* (2014), trata com muita propriedade do tema da “Sociedade Disciplinar”. Implantada a partir dos séculos XVII e XVIII, consistindo basicamente num sistema de controle social através da conjugação de várias técnicas de classificação, de seleção, de vigilância, de controle, que se ramificam pelas sociedades a partir de uma cadeia hierárquica vindo do poder central e se multiplicando numa rede de poderes interligados e capilares.

O ser humano é selecionado e catalogado individualmente, não no sentido de valorizar suas particularidades que o fazem um ser único, mas para melhor controlá-lo. Para Foucault, o poder passou a ter uma importância disciplinar, sendo necessário confinar o indivíduo da sociedade em alguma instituição, como: escolas, presídios, hospitais, entre outros. Essa lógica do confinamento é a do poder e da vigilância de “um” sobre “todos”.

Foucault (2014) descreve o aparecimento de uma sociedade disciplinar que se deu pelo declínio da sociedade soberana, onde os homens eram submissos ao rei que agia de forma direta sobre o corpo do indivíduo. Nesse novo modelo de sociedade não existe mais um rei, mas

grupos que vigiam e controlam a todos. Assim, o Estado encontra a melhor forma de comandar e manipular a sociedade, moldando assim, comportamentos, atitudes e discursos.

A sociedade disciplinar tinha como referência a arquitetura do Panóptico de Bentham. Esse modelo poderia ser utilizado não somente em uma prisão, mas também na fábrica, na escola, no hospital, no hospício ou em qualquer outra instituição típica da modernidade. O modelo de organização da modernidade é o disciplinar, o do Panóptico. Foi essa estrutura que deixou de existir para dar lugar àquilo que o filósofo francês Gilles Deleuze (1992) chamou de sociedade de controle.

Segundo Deleuze (1992), foi pós o término da Segunda Guerra Mundial, que surgiram na sociedade forças que estabeleceram uma nova ordem, da sociedade de controle. Essas forças estariam alinhadas com mudanças que aconteceram por todo mundo, ligadas principalmente às inovações tecnológicas. O uso dessas novas tecnologias para o controle social seria a mais nova expressão do exercício do poder na sociedade moderna.

Os mecanismos de vigilância se aprimoram e passaram de um caráter institucional para o de vigilância geral. A proliferação de câmeras de vídeo em muitos espaços sociais, o uso de transportes, de aparelhos celulares e da comunicação pela Internet facilitaram o exercício de mecanismos de vigilância e controle cada vez mais eficientes (DELEUZE, 1992).

Uma das diferenças da sociedade disciplinar de Foucault para a sociedade de controle de Deleuze (1992) são os espaços. A primeira, enquadrada na modernidade, ocorre em esfera local (instituições, locais fechados), e a segunda, localizada na pós-modernidade, ocorre em todos os campos da vida social. Isso significa dizer que as instituições modernas não deixam de existir, mas sim que o controle extrapola seus muros e se distribui em rede por todas as relações sociais e âmbitos globais.

Dessa forma, o conceito de “sociedade de controle” proposta por Deleuze (1992) referentemente à sociedade pós Segunda Guerra Mundial, ainda se faz presente nos dias atuais. Vale observar ainda que, no âmbito da internet, estes novos dispositivos (câmeras, telefones, etc.) dão continuidade a uma tendência inaugurada na modernidade e que é permanece na pós-modernidade: a incidência do foco de visibilidade sobre o indivíduo comum.

A iminente interconectividade entre objetos em nossas casas, carros e cidades, que a era internet das coisas está trazendo (LEMOS, 1998), está alterando a forma no qual os dispositivos Panóptico são classificados. Com o advento de sistemas em rede mais amplos, os dados que transitam entre objetos, estão fazendo outros caminhos além destes, para instituições, como empresas e governos.

Com a alusão ao Panóptico, a torre central pode não existir, mas há sensores de comunicação em todos os lugares da sociedade de controle que encontraram seu modelo ideal no conceito Panóptico. O poder disciplinar que não pode ser dissociado do mecanismo disciplinar da luz e do visível, presentes nos diversos dispositivos e tecnologias dos dias atuais.

Se tomarmos como referência as análises de Foucault sobre os dispositivos de vigilância, identificamos dois elementos centrais: o olhar (as táticas do ver e do ser visto) e as técnicas de coleta, registro e classificação da informação sobre os indivíduos (BRUNO, 2008).

Além destes a informação é o segundo elemento chave dos dispositivos de vigilância. O alcance e os efeitos da observação disciplinar não poderiam contar apenas com o olhar, eles requeriam também todo um “sistema de registro intenso e de acumulação documentária” (FOUCAULT, 1983a, p. 168). Ao voltarmos a atenção para os dispositivos de vigilância contemporâneos, particularmente para a vigilância digital, vemos uma enorme ampliação das capacidades de coleta, registro e processamento de informações sobre indivíduos.

Deste modo, o poder é anônimo enquanto o indivíduo comum é exposto à visibilidade. Na medida em que, com ajuda de tecnologias, o vigiado não pode verificar se o vigilante de fato o observa, a vigilância se torna constante e independente da presença real do vigia. “E o olhar do outro deve constituir um olhar sobre si, deve abrir todo um outro campo de visibilidade que se situa agora no interior do próprio indivíduo e que deve ser ‘observado’ por ele mesmo” (BRUNO, 2004, p.110). A transição da vigilância para a autovigilância é um importante elemento da maquinaria disciplinar: a sanção normalizadora. “A classificação dos indivíduos segundo normal/anormal, só funciona, de fato, no interior dos indivíduos e enquanto estes se julgam e se concebem segundo seus valores e parâmetros” (BRUNO, 2004, 111).

Se tomarmos como referência as análises de Foucault sobre os dispositivos de vigilância, identificamos dois elementos centrais: o olhar (as táticas do ver e do ser visto) e as técnicas de coleta, registro e classificação da informação sobre os indivíduos (BRUNO, 2008).

Além destes a informação é o segundo elemento-chave dos dispositivos de vigilância. O alcance e os efeitos da observação disciplinar não poderiam contar apenas com o olhar, eles requeriam também todo um “sistema de registro intenso e de acumulação documentária” (FOUCAULT, 1983a, p. 168). Ao voltarmos a atenção para os dispositivos de vigilância contemporâneos, particularmente para a vigilância digital, vemos uma enorme ampliação das capacidades de coleta, registro e processamento de informações sobre indivíduos.

A passagem do sentimento de vigilância, do exterior ao interior, sugere dois movimentos. Em primeiro lugar, a sanção normalizadora, que traz à existência a anormalidade e orienta segundo a divisão interiorizada do normal e anormal. O segundo movimento é o de

interiorização e de identificação com o princípio, que classifica a natureza e o valor dos indivíduos, segundo bons e maus, normais e anormais (BRUNO, 2004).

Esta divisão, uma vez imposta no interior, não se dá somente entre indivíduos, mas também em seu interior, passando a reger a relação consigo mesmo. “Através da sua identificação com os valores que regem a divisão proposta pela norma, os indivíduos passam a temer, neles mesmos e não apenas no outro, o mal ou a anormalidade. Deste modo, a norma passa a ser não tanto imposta, mas até mesmo almejada” (BRUNO, 2004, p. 113).

5.1 VIGILÂNCIA NO SÉCULO XXI

No dia 11 de setembro de 2001, iniciou-se uma série de eventos que mudaria o cenário da vigilância cibernética no mundo. Na manhã daquele dia, nos Estados Unidos, dezenove terroristas sequestraram quatro aviões comerciais de passageiros.

Os sequestradores colidiram intencionalmente dois dos aviões contra as Torres Gêmeas do complexo empresarial do World Trade Center, na cidade de Nova Iorque, matando todos a bordo e muitas das pessoas que trabalhavam nos edifícios. Ambos os prédios desmoronaram duas horas após os impactos, destruindo edifícios vizinhos e causando vários outros danos.

O terceiro avião de passageiros colidiu contra o Pentágono, a sede do Departamento de Defesa dos Estados Unidos, no Condado de Arlington, Virgínia, nos arredores de Washington, D.C. O quarto avião caiu em um campo aberto próximo de Shanksville, na Pensilvânia, depois de alguns de seus passageiros e tripulantes terem tentado retomar o controle da aeronave dos sequestradores, que a tinham reencaminhado na direção da capital norte-americana. Não houve sobreviventes em qualquer um dos voos (BARBOSA, 2002).

Nesses ataques, precisamente planejados, coordenados e executados pela rede muçulmana Al-Qaeda, foi inaugurada uma nova forma de terrorismo. Foram sequestrados aviões por componentes do grupo terroristas infiltrados na população, altamente preparados. Dois destes aviões foram jogados contra as Torres Gêmeas do World Trade Center em Nova York, causando o desabamento dos imensos prédios, causando a perda de milhares de vidas, tudo televisionado para o mundo inteiro (BARBOSA, 2002).

As consequências dos ataques foram imediatas, entre o choque de toda a população americana, o fechamento do espaço aéreo americano, o socorro às vítimas, a busca aos culpados entre outras ações imediatas, entre diversas outras consequências diretas e indiretas (Barbosa, 2002).

Um dos primeiros resultados diretos foi a deflagrada Guerra ao Terror, na busca pela desarticulação da Al-Qaeda, caçada a Osama Bin Laden e todas as ações para a derrubada do Talibã no Afeganistão. Por outro lado, além de todas as consequências e resultados negativos, os ataques ocasionaram um novo paradigma para a segurança mundial, levando a uma tremenda evolução nos conceitos de segurança e vigilância em diversos aspectos e áreas. Segundo Matellart (2012) foram reinventadas técnicas, táticas e tecnologias, chegando a patamares nunca antes alcançados em diversas áreas. Esta evolução inegavelmente levou a um crescimento da técnica e tecnologia da segurança e entre elas a indústria da segurança eletrônica também teve suas consequências.

Um dos aspectos que teve o impacto imediato dos atentados foram as ações de segurança impostas em aeroportos, portos e fronteiras. Foram criados novos procedimentos de segurança entre eles a revista, fiscalização, verificação e acompanhamento de imigrantes, turistas e moradores em viagem, foram aplicadas novas tecnologias em detectores de metais, raios X, sistemas de identificação facial, análise de vídeo, controle de acesso a aeronaves e áreas críticas, segurança urbana, videomonitoramento, etc. (MATTELART, 2012).

Nos Estados Unidos inúmeras ações governamentais de integração foram realizadas para unificar os recursos, investimentos e operações entre o governo, congresso, forças armadas, agências de inteligência, forças policiais e principalmente a população. Estas ações se refletiram nos principais países, inclusive no Brasil, gerando políticas de segurança global e investimentos em setores da indústria da segurança. Esta integração foi possível através da tecnologia, internet e colaboração.

Entre outras ações a análise a vigilância das comunicações telefônicas, transmissões de dados e informações via internet passaram a ser realizadas de forma sistemática e controlada, buscando identificar a raiz de ações de planejamento, execução e divulgação de ações terroristas e criminosas.

Segundo Pezes (2010), a imensa quantidade de dados e informações não estruturadas circulantes e disponíveis em nível mundial, necessitaram de novas técnicas de gerenciamento, consolidação, identificação, classificação e administração, levando ao desenvolvimento de recursos de softwares, armazenamento e processamento avançado. Esta tecnologia foi denominada Big Data, sendo o termo que se popularizou para descrever o crescimento, disponibilidade e uso exponencial de informações estruturadas e não-estruturadas.

Os sistemas de circuito fechado de televisão, ou simplesmente CFTV passaram a ter um papel ainda mais importante para a sociedade e suas informações se tornaram parte importantíssima na consolidação de informações, investigações e técnicas de gerenciamento de

segurança pública. O videomonitoramento urbano passou a ser implantado em praticamente todas as cidades do mundo e o CFTV doméstico e comercial tornou-se parte de um sistema de informações e de inteligência policial e administrativo. Ao mesmo tempo que as tecnologias de segurança passaram por inúmeras evoluções e desenvolvimentos. Além disso, ocorreu a evolução de outras tecnologias como alarmes, controle de acesso, detecção de incêndio, rastreamento, bloqueio físico, etc. (LEMOS, 2011).

Dentre estas inúmeras evoluções tecnológicas, os analíticos de vídeo tornaram-se ferramentas de pesquisa, identificação, detecção e administração, permitindo de forma automática a aplicação de ações importantes como:

- Detecção de objetos abandonados ou esquecidos;
- Detecção de objetos ausentes ou obstruídos;
- Detecção de mudança de foco de câmeras;
- Detecção de vadiagem e movimentos suspeitos;
- Detecção de direção de movimento;
- Detecção de multidões;
- Detecção de sabotagem;
- Detecção de intrusão em área protegida, ou cerca virtual;
- Detecção de pessoas e de faces;
- Leitura automática de Placas Veiculares (LPR e ANPR);
- Identificação e leitura de texto (OCR);
- Analíticos comportamentais;
- Identificação de pessoas;
- Entre outros.

Com a queda das torres do World Trade Center, várias empresas perderam de forma total ou parcial suas informações e dados, armazenados nos prédios destruídos, gerando prejuízos incalculáveis. Como resultado, na busca por uma maior segurança de dados e informações, houve um amplo desenvolvimento das tecnologias de Datacenters, possibilitando a geração de recursos e técnicas avançadas de armazenamento de dados (Storage), gerenciamento de energia, segurança da informação, climatização, segurança, controle de acesso, alarme, backup, redundância e proteção. Foram criados grandes Datacenters com investimentos milionários, prevendo a proteção plena das informações, através da aplicação de níveis elevadíssimos de recursos tecnológicos de proteção, operação e gerenciamento de crises.

6 PRIVACIDADE

O significado do termo privacidade é bastante subjetivo, e nos dias de hoje, continua sendo muito amplo. Sua definição, segundo Roger Clarke (2006), é a habilidade de uma pessoa em controlar a disponibilidade de informações e acerca de si e se relaciona com a capacidade de existir na sociedade de forma anônima podendo se utilizar de um pseudônimo ou de uma identidade falsa. Portanto, privacidade é ter controle sobre as informações existentes sobre si e exercer este controle de forma consistente com seus interesses e valores pessoais.

José Serpa (1993) conceitua a privacidade como modo específico de vivência pessoal, isolada, numa esfera reservada, consoante escolha espontânea do interessado, primordialmente dentro do grupo familiar efetivo, ou com maior insulamento, mas sempre sem uma notória forma de participação de terceiros, seja pelo resguardo contra a ingerência ou molestamento alheio, seja pela utilização da faculdade que se lhe é atribuída para razoável exclusão do conhecimento público, de dados, ações, ideias e emoções que lhe são peculiares.

A definição de Luana Lopes Lobato (2007) é de que privacidade pode ser caracterizada como o direito que o usuário tem de querer que suas informações pessoais sejam mantidas de forma segura, sem que seja possível identificá-los enquanto navega pela web, tendo o usuário o direito de poder controlar as informações de modo a apenas revelá-las se considerar relevante.

Segundo Clarke (2006) percebe-se a importância da privacidade para o indivíduo por diferentes perspectivas:

- **Filosoficamente:** as pessoas na sociedade são consideradas como sendo muito importantes para seu próprio bem. A dignidade humana, integridade, autonomia individual e autodeterminação sustentam a noção e o significado dos direitos humanos.
- **Psicologicamente:** as pessoas precisam de espaço privado ainda que estejam em um local público. Precisam ser capazes de julgar se as outras pessoas são uma ameaça e assim executar ações para combatê-las.
- **Sociologicamente:** as pessoas precisam ser livres para se comportar e se aproximar de outras, mas sem a ameaça constante de estarem sendo observadas.
- **Economicamente:** as pessoas precisam estar livres para inovar e a vigilância diminui a inovação. As pessoas inovadoras normalmente não obedecem a algumas regras e algumas vezes só é possível quando essas mesmas pessoas têm um lugar privado para trabalhar em seus experimentos.

- Politicamente: as pessoas precisam ser livres para pensar, argumentar e agir e a vigilância nesse comportamento e expressão pode influenciar negativamente os países com democracia.

Algumas teorias explicam os direitos da personalidade e sua relação com a vida social do indivíduo. A Teoria das Esferas de Heinrich Hubmann (1950) classifica o direito de personalidade em três esferas representando três graus de manifestação da privacidade:

- Esfera Íntima: a esfera mais interna na qual se constituiu o âmbito da vida, em que o indivíduo pode se manter em total segredo diante da coletividade, ou seja, compreende-se dos assuntos mais secretos que não devem chegar ao conhecimento dos outros devido à sua natureza extremamente reservada. A proteção se dá em grau absoluto, não podendo ser limitada por nenhuma lei.
- Esfera Privada: a esfera privada ampla, que abarca o âmbito privado na medida em que não pertença à esfera mais interna, incluindo segredos que o indivíduo leva ao conhecimento de outra pessoa de sua confiança, que fazem parte da vida cotidiana, ficando excluído o resto da comunidade.
- Esfera Pública: contempla os comportamentos e atitudes acessíveis ao público e suscetíveis de serem conhecidos por todos, em relação à qual não existe qualquer tipo de reserva, ou seja, todas as questões relacionadas com as informações que a pessoa deseja excluir do conhecimento de terceiros.

De acordo com os registros históricos, os romanos não davam importância a proteção aos direitos da personalidade, mas de algumas manifestações isoladas. A intimidade só ganhou autonomia ideológica com o nascimento da burguesia e o crescimento de núcleos urbanos. A intimidade era um privilégio das classes sociais mais altas e dos indivíduos que viviam à margem da sociedade, como excluídos de toda a sorte. À medida que as condições sociais e econômicas conduziam ao desenvolvimento dos núcleos urbanos, crescia na burguesia emergente a expectativa de proteger a intimidade. Portanto, o direito à intimidade se sedimentou como uma aspiração burguesa, transformando um privilégio de poucos numa expectativa de muitos (CLARKE, 2006).

O surgimento do direito à intimidade coincide com a consagração de um privilégio de classe social e não com a realização de uma exigência natural de todos os homens. O direito à

intimidade, desenvolveu-se através de reivindicações de espaços exclusivos e excludentes. A industrialização e a formação da cultura capitalista proporcionaram a difusão da ideia de privacidade entre as demais camadas sociais, possibilitando o acesso e a divulgação de informações referente à esfera privada do indivíduo.

Após a Segunda Guerra Mundial, as ameaças institucionais à preservação da intimidade se fizeram mais presentes na medida em que se instaurou um quadro de total vigilância e controle do cidadão através da informação. E com o surgimento da Guerra Fria, vários documentos internacionais foram editados sobre a proteção da privacidade bem como conferências e seminários internacionais.

Edilson Pereira de Farias (2008) cita que o primeiro texto a proteger a intimidade foi a Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem, aprovada em Bogotá em 1948, em seu artigo 5º, que diz: “Toda pessoa tem direito à proteção da lei contra os ataques abusivos à sua honra, à sua reputação e à sua vida particular e familiar”.

No Brasil, quando a privacidade não é respeitada, o indivíduo é assegurado pela Constituição Federal, com o direito de se defender nos mesmos veículos em que foi praticado para o delito.

Nos Estados Unidos, o governo de Barack Obama apresentou diretrizes para a criação de lei que tratam a questão da privacidade dos usuários da internet (FARIAS, 2008):

- Controle – Consumidores têm o direito de controlar quais dados pessoais são coletados e como eles são usados. Os mecanismos de controle fornecido pelas empresas devem ser simples e de fácil utilização e os usuários devem ter a capacidade de suspender ou limitar a autorização de coleta de dados;
- Transparência – As políticas de segurança e privacidade de um serviço devem ser de fácil compreensão. Devem explicar quais dados são coletados dos usuários, por que são necessários, como serão usados, quando serão deletados e se serão repassados a terceiros;
- Contexto – Se empresas pretendem usar dados coletados de usuários para fins diferentes daqueles estabelecidos no momento da coleta, devem ter cuidados com as ferramentas de controle e transparência. Dados obtidos de crianças e adolescentes devem ser tratados com mais zelo ainda;
- Segurança – Os dados de consumidores devem ser tratados de maneira responsável e segura. Empresas devem avaliar os riscos de dados pessoais serem acessados sem

permissão e tomar medidas razoáveis para evitar que isso aconteça;

- Acesso – Consumidores têm o direito de acessar e corrigir seus dados pessoais. Usuários devem ter a capacidade de restringir o uso de suas informações e de solicitar que suas informações sejam deletadas;
- Coleta limitada – Empresas devem coletar apenas os dados necessários para um fim específico. Quando as informações não são mais necessárias, elas devem ser deletadas ou desassociadas do indivíduo a que se referem;
- Responsabilidade – Empresas devem manter e treinar funcionários responsáveis por aderir a esses princípios. Ao compartilhar dados coletados, devem ter garantias de que os destinatários também têm a obrigação judicial e contratual de aderir a estes princípios.

A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE)¹² publicou em 2003 algumas diretrizes relativas à política internacional sobre a proteção da privacidade e dos fluxos transfronteiriços de dados pessoais. Elas representam um consenso internacional sobre a orientação geral a respeito da coleta e do gerenciamento da informação pessoal:

- Princípio de limitação da coleta: a coleta de dados pessoais deve ser limitada e obtidos através de meios legais informando e pedindo o consentimento do dono dos dados.
- Princípio de qualidade dos dados: os dados pessoais devem estar constantemente atualizados e corretos devendo estar relacionados com as finalidades de sua utilização.
- Princípio de definição da finalidade: os propósitos da coleta de dados pessoais devem ser indicados no momento da coleta de dados e o seu uso deve ser restrito aos objetivos impostos e declarados nas políticas de privacidade;
- Princípio de limitação de uso: Dados pessoais não devem ser divulgados nem utilizados para outros fins que não sejam aqueles já especificados exceto por uma autoridade da lei ou com o consentimento do proprietário dos dados;
- Princípio de segurança: Técnicas de segurança devem ser utilizadas para proteger os dados pessoais contra riscos de perda ou acesso indevido, destruição, alteração e divulgação de dados não autorizados;
- Princípio da transparência: Deve haver uma política geral de abertura a respeito do desenvolvimento, da prática e da política referentes aos dados pessoais;

¹² Disponível em: <http://www.oecd.org/sti/ieconomy/15590254.pdf>

- Princípio de participação individual: Um indivíduo deve ter acesso aos seus dados, modificar e ter o direito de ter seus dados apagados ou retificados quando bem desejar;
- Princípio da responsabilidade: Deve haver um gerenciador responsável pelo cumprimento dos princípios descritos acima.

No ano de 2014, foi criada a lei Cybersecurity Information Sharing Act (CISA), nos Estados Unidos. A lei Cisa prevê a colaboração entre o setor privado e o público no compartilhamento de dados. Esta é a teoria por trás do texto legal. O texto legal defende ainda que a informação deve ser partilhada, independentemente de outras leis que estejam em vigor (ASSANGE, 2015).

Segundo a proposta legislativa norte-americana, o objetivo é criar canais formais para entidades privadas e entidades federais apropriadas, para compartilhar indicadores de ameaça cibernética sob procedimentos desenvolvidos pelos Departamentos de Justiça, Defesa, Segurança Interna e o Escritório do Diretor de Inteligência Nacional (ASSANGE, 2015).

A lei ainda autoriza entidades privadas – como prestadores de serviços financeiros e de comunicação, universidades, varejistas, organizações sem fins lucrativos e mesmo indivíduos – a monitorar indicadores de ameaça cibernética e a operar medidas defensivas para fins de segurança cibernética que podem ser voluntariamente submetidos a um DHS Portal e compartilhado com a agência federal relevante em tempo real.

Da mesma forma, a Cisa descreve um procedimento para entidades federais para finalmente compartilhar as informações abundantes sobre a vulnerabilidade da segurança cibernética que há tanto tempo se escondem com ciúmes através da classificação com empresas privadas – e até mesmo o público – pelo menos, quando julgarem apropriado.

A Seção 5 (A) autoriza o governo federal a "divulgar, reter e usar" os dados obtidos sob este ato para (ASSANGE, 2015):

- O propósito de responder ou, de outra forma, prevenir ou mitigar, uma ameaça iminente de morte, danos corporais graves ou sérios danos econômicos;
- O propósito de responder ou, de qualquer forma, prevenir ou mitigar, uma ameaça séria para um menor, incluindo a exploração sexual e ameaças à segurança física;
- O objetivo de prevenir, investigar, interromper ou perseguir uma infração decorrente de uma ameaça [...] relacionada a delitos graves violentos [...] fraude e roubo de identidade [...] espionagem e censura [...] [e] relacionados à proteção de segredos comerciais.

Em outras palavras, a Cisa permite que as agências federais usem dados obtidos sob os auspícios da proteção da segurança cibernética em investigações criminais inteiramente não relacionadas – potencialmente indefinidamente (ASSANGE, 2015).

Nas principais disposições do projeto de lei, teoricamente as empresas situadas no território americano serão coagidas a compartilhar com o governo, as informações de seus usuários, caso este se fosse enquadrado em caso de ameaça a segurança nacional ou cibernética

Na prática, os críticos, como Jules Assange e Edward Snowden, denunciam que se trata de mais um método para o governo espiar os seus cidadãos, invadindo a privacidade e quebrando direitos fundamentais.

“CISA representa uma nova e importante ameaça à privacidade dos cidadãos individuais. Ela estabelece as bases para as corporações alimentarem grandes quantidades de comunicações aos consórcios privados e do governo federal, uma escala de cooperação ainda maior do que a revelada por Snowden” (ASSANGE, 2015, p.78).

Segundo Assange (2015) a Cisa não irá prevenir ataques, e sim causará vigilância em massa. A maioria das informações produzidas por contramedidas é de fato falsa-positiva, desencadeando anomalias inocentes em vez de hackers mal-intencionados. Suas atividades normais do dia a dia na internet ocasionalmente desencadeiam esses falsos positivos. Quando esta informação é encaminhada para a aplicação da lei, ela coloca todos em perigo legal. Pode desencadear uma investigação, ou pode apenas tornar-se evidência sobre um indivíduo, mostrando quais sites pornográficos ele navega, por exemplo. É a vigilância em massa através de amostragem aleatória.

No Brasil, no ano de 2016, foi sancionada a lei 12.965/14 conhecida como o Marco Civil da Internet. Seu objetivo visa a orientar os direitos e deveres dos usuários, provedores de serviços e conteúdos e demais envolvidos com o uso da internet no Brasil (FILHO, 2017).

O Marco Civil da Internet é o nome popular da lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014 – conhecida por “Constituição da Internet” – e é responsável por estabelecer os princípios e garantias normativas do convívio civil na rede mundial online de computadores.

O principal objetivo do Marco Civil da Internet prevê práticas criminosas no contexto online (cibercrimes), além de prezar pelos ideais da neutralidade de rede, liberdade de expressão, da privacidade dos usuários e dos direitos humanos.

O texto presente no decreto indica procedimentos para a manutenção e proteção de dados de usuários por provedores de conexão e aplicações, além de apontar medidas de transparência na requisição de dados cadastrais pela administração pública (FILHO, 2017).

Os dados devem ser mantidos até o prazo de expiração, as autoridades que pedirem dados devem especificar indivíduos, ficando assim vetados pedidos coletivos genéricos. O provedor que não coletar dados cadastrais deverá informar isso à autoridade que fizer a solicitação e ficará desobrigada de fornecê-los.

O parágrafo 3º do artigo 10 estabelece uma exceção para as autoridades administrativas que podem ter acesso aos dados cadastrais sem autorização judicial:

Art. 10. A guarda e a disponibilização dos registros de conexão e de acesso a aplicações de Internet de que trata esta Lei, bem como de dados pessoais e do conteúdo de comunicações privadas, devem atender à preservação da intimidade, vida privada, honra e imagem das partes direta ou indiretamente envolvidas.

(...)

§ 3º O disposto no caput não impede o acesso, pelas autoridades administrativas que detenham competência legal para a sua requisição, aos dados cadastrais que informem qualificação pessoal, filiação e endereço, na forma da lei.

O parágrafo terceiro diz que as proteções trazidas pelo Marco Civil não vão impedir que o Estado tenha acesso a dados cadastrais, seja de provedores de conexão, seja de provedores de serviço – em outras palavras, autoridades do Estado poderão solicitar a empresas sem autorização judicial –, poderão ter acesso, por exemplo, aos dados cadastrais de um login que fez comentários de natureza política no Facebook, no Twitter ou num blog sem precisar da autorização de um juiz.

7 METODOLOGIA

Este capítulo é destinado à explicação e elucidação das estratégias e processos metodológicos concebidos e adotados para o desenvolvimento desta pesquisa. O capítulo se inicia com a explicação das concepções metodológicas que são tensionadas durante todo o percurso desta investigação. E, num segundo momento, traz as estratégias adotadas para a construção do conhecimento científico desta pesquisa, que se propõe a estudar o viés dos usuários das tecnologias da informação e comunicação, e como os mesmos se relacionam com os diferentes níveis de vigilância propicia pelos ambientes corporativos.

7.1 CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO

Para iniciar a investigação em questão, foi necessária a construção de um conhecimento científico pautado por reflexões metodológico-teóricas, as quais a ciência utiliza para buscar explicar a realidade. É este território em que as especialidades dos objetos vão surgindo e abrindo caminho para os tensionamentos e reflexões críticas que são necessárias para os arranjos metodológicos na fabricação do conhecimento. É o momento no qual é necessário deixa-se afetar para as possibilidades abertas, oriundas destas especificidades.

Para Bachelard (1996) as reflexões epistemológicas são indispensáveis para a construção teórica metodológica científica na pesquisa, é a base para a prática fundamentada. Na concepção do autor, o progresso da ciência não é linear, mas sim descontínuista, dialético e inacabado. A ciência nos põe em presença de revoluções e não de evoluções; o avanço da ciência se dá portanto por discontinuidades ou rupturas, em que a ruptura é um não, é uma negação a um passado de erros, e no qual “o espírito científico deve lutar sempre contra as imagens, contra as analogias, contra as metáforas” (BACHELARD, 1996, p.48).

A metodologia em pesquisa precisa se articular em profundidade com a dimensão epistemológica para fabricação dos objetos, processos e resultados do conhecimento (Bachelard, 1996). E o trabalho de pesquisa deve voltar-se ao problema, à inquietude que busca a desconstrução, ao entorno da explicação dos fenômenos, considerando suas limitações enquanto ser pensante e agente do campo científico.

A prática investigativa se estabelece através de um trabalho artesanal, que é construído e tecido através de arranjos intelectuais de vivências e experimentações empíricas do pesquisador. E suas decisões tomadas são cruciais e determinantes para o conhecimento que dela emerge (MILLS, 1995).

As escolhas metodológicas sustentam o todo fazer da investigação, e é necessário que se pense a metodologia “como um processo de construção da pesquisa, na qual o pesquisador se defrontará com a exigência de tomar decisões e realizar opções em consciência” (BONIN, 2006, p.37)

O conhecimento gerado como um todo é e sempre será constituído e situado no seu momento histórico, o que leva o desafio de pensar a ciência para além dos regulamentos normalizadores de padrões, não que seja desnecessário regras para pautar a ciência, mas é necessário considerar uma ideia reguladora de alta abstração, regulando, porém abandonando certos vieses para direcionar os esforços para territórios mais abrangentes que respondam à problemática da investigação.

Durante todo o percurso investigativo, buscou-se se revestir de inquietações e tensionamentos sobre a problemática, a fim de constituir uma ciência de modo comprometido, diante de suas limitações e desafiando a todo o caminho da pesquisa.

Foi necessário traçar respostas multimetodológicas, a fim de reconhecer a necessidade de que os métodos considerem as particularidades dos contextos, linguagem e modalidades comunicativas (BONIN, 2014). Além de colocar o pesquisador como sujeito protagonista da pesquisa e dos resultados, porque, segundo Lacerda (2013), não existe um momento em que o pesquisador atue como observador ou analista de dados. Ele é completo, complexo e parte da pesquisa.

Se afastar criticamente do senso comum, de opiniões e experiência é necessário para tecer rupturas, e deve consumir grande parte da concepção da pesquisa, porém, sua aproximação, sua experiência, são únicas e fazem da construção do conhecimento científico um território rico de informações.

É necessário considerar a “interação complexa entre o investigador e o sujeito investigado” que compartilham, mesmo que muitas vezes não se comuniquem, de um mesmo universo de experiências humanas. O que permite superar nossos preconceitos em relação ao “outro”, ao diferente, é a possibilidade de dialogar com o nativo. É nessa possibilidade de diálogo que reside a principal diferença com as ciências naturais e o seu objeto: o objeto das ciências comunicacionais é transparente e opaco, tem o seu ponto de vista, as suas interpretações, que muitas vezes colocam as do pesquisador em xeque.

O pesquisador do campo de comunicação tem uma função social para a construção e o fortalecimento das coletivas identidades. Desafiada pelas reconfigurações nas dinâmicas que conformam os objetos do campo, a pesquisa em comunicação enfrenta a necessidade de construir suas problemáticas com forte atenção à dinâmica concreta dos objetos que investiga.

Impõe-se a necessidade de realização de fortes movimentos de aproximação empírica para dar conta destes objetos “móveis, nômades, de contornos difusos” (LOPES, 2006). As ações de pesquisa implicam investir em planejamento, construção e realização de sucessivas aproximações ao concreto empírico, a partir de várias angulações possíveis – angulações que interessam ao problema/objeto em construção.

7.2 PESQUISA DA PESQUISA

Partindo do princípio de que nenhum conhecimento parte do zero, e que existem conhecimento científico anterior, foi procurado desenhar linhas metodológicas de pesquisas realizadas, aproximando as discussões dos autores já referenciados anteriormente, a agregando pensamentos de forma fundamentada.

Segundo Bachelard (1996), é importante trabalhar com conhecimentos já desenvolvidos no campo, a partir de tensionamentos e polemização crítica, extraindo aspectos que podem ser utilizados em outras abordagens, ou servir de complemento, e reconfigurando para dar conta do fenômeno de vigilância na internet.

Para dar o embasamento da pesquisa da pesquisa, foi necessário aprofundar sobre conhecimentos e estudos prévios dos diversos assuntos que tangem a problemática da investigação, e para isso foi feita uma seleção de elementos interessantes e produtivos, que tinham o potencial de trazer aporte de várias ordens para a pesquisa.

Esta fase esteve presente durante quase todo o percurso da investigação, uma vez que sempre é necessário ter descobertas constantes para se voltar para o problema e rever as óticas que a tensionam. Para início, é feita uma pesquisa referente à problemática¹³, uma análise e classificação dos resultados encontrados, que os emergem e qualificam a pensar saídas metodológicas para esclarecer a problemática.

7.3 PESQUISA EXPLORATÓRIA

A pesquisa exploratória nas áreas comunicacionais tem como finalidade proporcionar mais informações sobre o assunto que é investigado, possibilitando sua definição e seu delineamento, isto é, facilitar a delimitação do tema da pesquisa; orientar a fixação dos objetivos e a formulação das hipóteses ou descobrir um novo tipo de enfoque para o assunto.

¹³ Foram pesquisados os seguintes cenários: banco de dados da capes, Unisinos, UFRS, USP e UFRJ, e repositórios da Compós, Intercom e CIESPAL, bem como revistas da área de comunicação e vigilância.

Segundo Bonin (2012), os procedimentos para se conduzir uma pesquisa exploratória podem ser os mais diversos, desde o recurso a dados secundários até a observação direta de fenômenos empíricos que tangiam à problemática investigada. Ela é responsável por trazer contribuições importantes para a construção investigativa e aprofundamento do tema. As pistas geradas através dela ajudam e clarificam a construção e delimitação do problema, objetos e sujeitos investigados.

A pesquisa exploratória cria a oportunidade e o caminho para testar métodos, e procedimentos de acordo com o objeto de estudo, auxiliando na construção do empírico. O tensionamentos, distanciando e reaproximação potencializam a fabricação do conhecimento (BONIN, 2006; MALDONADO, 2002).

Para a construção da problemática desta pesquisa, foi-se beneficiado quando houve uma pesquisa exploratória: a aproximação do objetivo empírico auxiliou a encontrar pistas e caminhos na construção, e na determinação dos sujeitos a serem estudados. Inicialmente, este trabalho não havia delimitado quem seriam os atores a ser estudados, deixando uma gama ampla de escolhas e aproximações, que não teriam tempo hábil para ser alcançado durante o curso do mestrado. Após alguns tropeços e aprendizados, foi reinicializada esta investigação, com o objetivo de fazer uma pesquisa exploratório, e assim limitar a área de estudo e pesquisa.

Com esse panorama, foi necessário aplicar metodologia para delimitar os sujeitos a serem estudados, o que clareou os objetivos a serem seguidos no trabalho. Segundo Bonin (2008, p. 121), a metodologia pode ser refletida como a dimensão que “nor-teia, orienta, encaminha os processos de construção da pesquisa, em todos os seus níveis”. Também pode-se pensar a metodologia na pesquisa no plano da prática como um conjunto de decisões e opções particulares realizadas ao longo de um processo de investigação (LOPES, 1990).

Maldonado também considera o método como instância que, segundo ele: “[...] constrói caminhos, definindo planos, sistematizações, operacionalizações, testes, explorações, observações, experimentações, estratégias e táticas que, no caso da ciência, têm por objetivo produzir conhecimento sobre fenômenos e processos do cosmos” (2002, p.3).

Para essa etapa inicial, de delimitação, inicialmente supôs-se que seria necessário fazer uma pesquisa exploratória, porém, ao investir sobre o método, foi concluído que a mesma não poderia ser utilizada nesse momento. Segundo Nicolau (2011), a mesma exige entrevistas com pessoas que têm experiências práticas com o problema pesquisado e análise de exemplos que ajudem na sua compreensão, e neste primeiro momento seria necessário um passo anterior: descobrir quais grupos de entrevistados tinham presenciado experiências com o objeto de estudo (NICOLAU, 2011).

E, justamente, esses sujeitos que serão delimitados nesta etapa. Como uma segunda opção, foi investigada a alternativa de se utilizar uma pesquisa de opinião, que ajudaria a encontrar os sujeitos que enriquecem a problemática com foco na forte dinâmica com do objeto do trabalho.

Segundo Novelli (2011), pesquisa de opinião ou survey, possibilita a coleta de vasta quantidade de dados originados de grande número de entrevistados. Dentre seus aspectos positivos podem-se destacar a possibilidade de que a investigação do problema ocorra em ambientes reais, e a quase inexistência de barreiras geográficas para a realização de entrevistas. Para pontos de atenção, a possibilidade de interferência, e até certa manipulação do pesquisador no desenrolar da entrevista, intencional ou não, pode se dar pela formulação da pergunta, ordenação confusa das questões entre outros. Para o seu uso correto, essa metodologia necessita de planejamento, apoio estatístico e correção de eventuais problemas em tempo real.

Para o presente trabalho, foram seguidos os passos que Novelli (2011) sugere:

1) Planejamento da pesquisa: o objetivo principal a ser alcançado era localizar um grupo de entrevistados que tivessem forte dinâmica com o objeto estudado. Para isso, foi construída uma pesquisa, na qual os entrevistados se encontravam em um exercício fictício, e a partir dele, seria possível analisar rastros comportamentais com o objeto estudado neste trabalho. A pesquisa foi constituída em duas etapas: a primeira, um questionário sobre comportamento do entrevistado na internet (apêndice A), e a segunda parte (apêndice B), outro questionário, onde era apresentado um cenário fictício de vigilância na internet, e o sujeito entrevistado deveria se encontrar e responder as mesmas perguntas da primeira etapa.

2) Método de coleta: questionário na internet, enviado a candidatos anônimos, utilizando e-mail e rede social (Facebook) para a disseminação do mesmo.

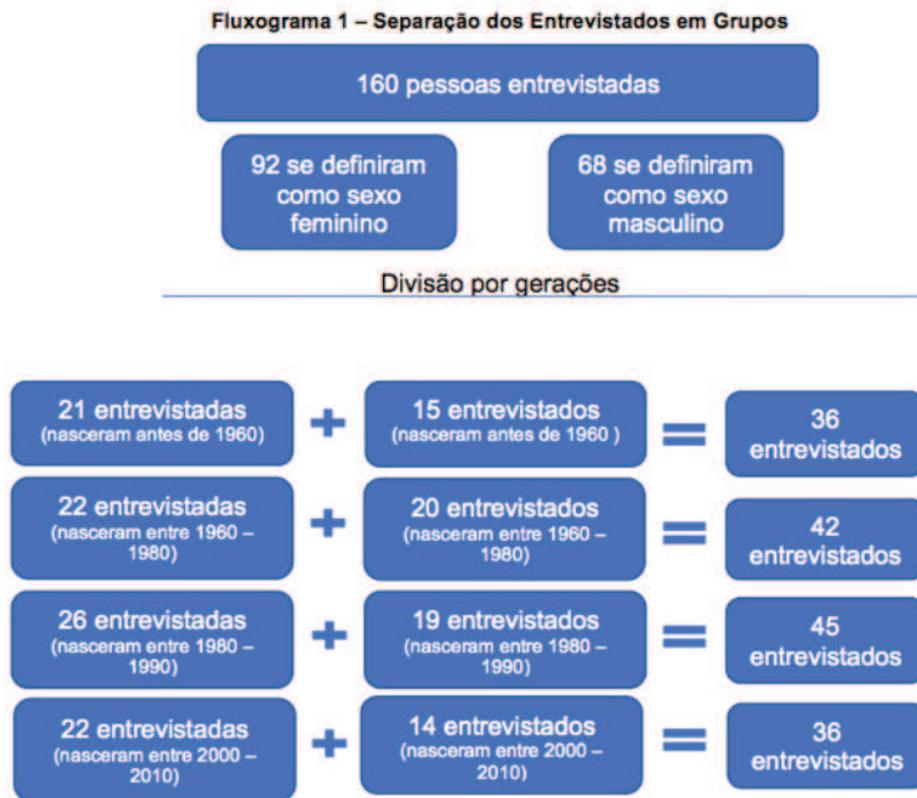
3) Identificação do universo: amostra de 160 entrevistados, sem preferência de gênero ou idade.

4) Elaboração do instrumento de pesquisa: Apêndice A/B.

5) Pré-teste do instrumento de pesquisa: foi realizado para um grupo de 10 pessoas, as quais enviaram feedback de correções e melhorias no método aplicado.

6) Realização da pesquisa: foi realizada a pesquisa no dia 01/06/2017 e finalizada no dia 10/06/2017.

Realização de análise de dados: a análise foi realizada com a ajuda de estatísticas e estudos das informações, apresentadas abaixo em um Fluxograma para uma melhor compreensão do leitor:



Fonte: A Autora (2017)

Para fins de pesquisa, após as análises das respostas, foram escolhidos os sujeitos que nasceram entre 1980 e 1990, de ambos os sexos, e que podemos denominar de geração Y ou *Millennials*, segundo o autor Sidnei Nascimento (2010).

A pesquisa exploratória foi um dos passos mais importantes nessa investigação, uma vez que foi construída no início, e acabou por mudar os rumos da pesquisa. Além de delimitar os sujeitos a serem estudados, trouxe ideias e experiências para os métodos de coletas de dados, a partir de características que os sujeitos demonstraram. Segundo Kemmis e McTaggart (1998), a reunião dos elementos auxilia no pensamento e constituição da investigação. E da constituição da investigação a metodologias e planejamento da ação.

7.4 PESQUISA METODOLÓGICA

Seguindo a linha bachelariana, assumimos nesta pesquisa que todas as decisões metodológicas precisam ser assumidas como práticas fundamentadas, reflexivas e conscientes, e suas diversas fases irão prover de elementos para o tensionamentos.

Antes de mais nada é preciso esclarecer que metodologia é entendida aqui como o conhecimento crítico dos caminhos do processo científico, indagando e questionando acerca de seus limites e possibilidades. Não se trata, portanto, de uma discussão sobre técnicas qualitativas de pesquisa, mas sobre maneiras de se fazer ciência. A metodologia é, pois, uma disciplina instrumental a serviço da pesquisa; nela, toda questão técnica implica uma discussão teórica.

É necessário iluminar que as chamadas metodologias qualitativas privilegiam, de modo geral, da análise de microprocessos, através do estudo das ações sociais individuais e grupais. Realizando um exame intensivo dos dados, tanto em amplitude quanto em profundidade, os métodos qualitativos tratam as unidades sociais investigadas como totalidades que desafiam o pesquisador. Neste caso, a preocupação básica do cientista social é a estreita aproximação dos dados, de fazê-lo falar da forma mais completa possível, abrindo-se à realidade social para melhor apreendê-la e compreendê-la.

Assim, na comunicação, como nas ciências sociais em geral, diferentemente das ciências naturais, os fenômenos são complexos, não sendo fácil separar causas e motivações isoladas e exclusivas. Não podem ser reproduzidos em laboratório e submetidos a controle. As reconstruções são “sempre parciais, dependendo de documentos, observações, sensibilidades e perspectivas” (Da Matta, 1991, p. 21). Mas, se por um lado, isso tudo não inviabiliza a observação, por outro, é preciso reconhecer que na pesquisa comunicacional não é possível ignorar a influência da posição, da história biográfica, da educação, interesses e preconceitos do pesquisador.

Se há uma característica que constitui a marca dos métodos qualitativos ela é a flexibilidade, principalmente quanto às técnicas de coleta de dados, incorporando aquelas mais adequadas à observação que está sendo feita.

A investigação qualitativa emprega diferentes concepções filosóficas, estratégias de investigação, métodos de coleta, análise e interpretação de dados. Os procedimentos baseiam-se em passos singulares na análise de dados e se valem de diferentes estratégias.

A variedade de material obtido qualitativamente exige do pesquisador uma capacidade integrativa e analítica que, por sua vez, depende do desenvolvimento de uma capacidade criadora e intuitiva. A maior dificuldade da disciplina de métodos e técnicas de pesquisa está na dificuldade de ensinar como se analisa os dados – isto é, como se atribui a eles significados

– sendo mais fácil ensinar a coletá-los ou a realizar trabalho de campo. A intuição aqui mencionada não é um dom, mas uma resultante da formação teórica e dos exercícios práticos do pesquisador. Já no desenvolvimento do emprego de metodologias quantitativas, o que se procura é justamente o contrário, isto é, controlar o exercício da intuição e da imaginação, mediante a adoção de procedimentos bem delimitados que permitam restringir a ingerência e a expressão da subjetividade do pesquisador.

Um primeiro aspecto abordado pela crítica à metodologia qualitativa diz respeito à questão da representatividade. Como essa metodologia trabalha sempre com unidades sociais, ela privilegia os estudos de caso – entendendo-se como caso o indivíduo, a comunidade, o grupo, a instituição. O maior problema, neste sentido, segundo os críticos, se encontraria na escolha do caso: até que ponto ele seria representativo do conjunto de casos componentes de uma sociedade? A indagação acerca da representatividade está relacionada às possibilidades de generalização e se baseia na noção estatística de amostra. Pensar em amostra é reportar-se a um conjunto selecionado em determinada população, da qual seria representativo. A constituição da amostra deve ser casual, aleatória. É possível, por esse ponto de vista, medir o desvio da amostra em relação à determinada população e empregar coeficientes que indicam com precisão a existência de distorções ou erros, bem como as possibilidades de efetuar uma generalização em direção à população. Entretanto, ao se trabalhar com o caso, como garantir que o indivíduo escolhido ou a comunidade selecionada, por exemplo, são representativos do conjunto do qual fazem parte? Seja como for, do ponto de vista estatístico, restarão sempre dúvidas acerca da representatividade.

É necessária a tentativa de ver o indivíduo não mais como objeto, mas como sujeito do conhecimento e da história. E o pesquisador, então, deixa de ser o intelectual preocupado com a sua trajetória profissional e reaparece como aquele comprometido com o destino da sociedade (MILLS, 1959).

As estratégias de investigação escolhidas em um projeto qualitativo têm uma enorme influência sobre os procedimentos que, mesmo nas estratégias, não são nada uniformes. A observação do panorama dos procedimentos mostra diversas perspectivas que variam desde o pensamento até perspectivas ideológicas, posturas e diretrizes procedurais sistemáticas.

Antes de apresentar os dados da pesquisa qualitativa para o leitor, foi seguido algumas questões de planejamento do procedimento, criado por Creswell (2010):

- Mencionar as características básicas dos estudos qualitativos;

- Mencionar o tipo específico de estratégia de investigação qualitativa a ser utilizado no estudo;
- Mostrar um entendimento do papel do pesquisador no estudo (histórico, passado, conexões);
- Identificar a estratégia de amostragem intencional para os locais e os indivíduos;
- Mencionar as formas específicas de coleta de dados e, esta apresentada, uma justificativa para seu uso;
- Mencionar os procedimentos para o registro das informações durante o procedimento de coleta de dados;
- Identificar os passos seguidos nas análises dos dados;
- Evidenciar a organização dos dados por parte do pesquisador;
- Inter-relacionar os temas para exibir um nível mais elevado de análise e abstração;
- Mencionar como os dados serão representados, tais como tabelas, gráficos e figuras;
- Especificar as bases para a interpretação e análise;
- Mencionar e esclarecer o resultado do estudo;
- Citar múltiplas estratégias para a validação dos dados;

Como foi mencionado anteriormente, a pesquisa qualitativa é uma pesquisa interpretativa, como o investigador tipicamente envolvido em uma experiência sustentada e intensiva com os participantes. Isso introduz uma série de questões estratégicas, éticas e pessoais ao processo de pesquisa. Com essas preocupações em mente, o investigador¹⁴ deve identificar explicitamente e reflexivamente seus vieses, valores e origens pessoais, tais como gênero, história e cultura, características que podem moldar suas interpretações durante um estudo.

Em relação aos procedimentos de coletas de dados, é o passo em que é incluído o estabelecimento de limites para o estudo, por meio de observação e entrevistas semiestruturadas, assim como um protocolo para o registro de informações.

Como a ideia de uma pesquisa qualitativa é uma seleção intencional dos sujeitos, uma discussão acerca de quatro aspectos foi realizada (MILLS, 1994): local (onde a pesquisa será realizada), os atores (quem será observado e entrevistado), os eventos (quais as observações acerca da entrevista) e processo (natureza evolutiva dos eventos realizados). Em diversos

¹⁴ Identificação do investigador será feito no capítulo 07, na análise dos dados.

trabalhos realizados previamente acerca da temática, foram realizadas diversas etapas, cada qual com o seu tipo de coleta. Na pesquisa em evidência não foi diferente¹⁵.

Durante o percurso da investigação, viu-se necessário a utilização de diferentes métodos de pesquisa de acordo com o bloco da investigação. Primeiramente, para investigar as configurações de poder no controle do comportamento dos usuários pela vigilância na internet, na visão da geração Y, e qual o comportamento do mesmo perante uma vigilância, foi visto que o método de coleta deveria ser diferente do que seria feito nos outros blocos de pesquisa. Segundo Fowler (2011), pesquisadores têm alimentado uma calorosa discussão a respeito da melhor estratégia para lidar com tópicos delicados.

Procedimentos autoadministrados são considerados melhores em certos momentos, pois não é necessário que o respondente revele para um entrevistador certos acontecimentos ou aspectos pouco louváveis de sua personalidade. Segundo o autor, o método autoadministrado em questões impressas ou digitais tem resultados mais verídicos do que os apresentados por métodos administrados por um entrevistador.

Tais resultados são associados a tópicos delicados, como uso de drogas ilícitas, comportamento sexual e temas mais sutis ligados à construção e à manutenção de autoimagem. Se as possíveis respostas pessoais são o foco de uma pesquisa, torna-se preciso encontrar um modo de obtê-las sem a presença de um entrevistador, de maneira que as respostas sejam genuínas.

A partir destas considerações, o pesquisador considerou que o tema de vigilância e comportamento acerca do mesmo poderia ser considerado um aspecto delicado, e que neste momento, a melhor maneira de realizar uma coleta de dados, seria através de uma pesquisa autoadministrada.

No bloco da pesquisa voltado para geração, sua criação de persona, e relacionamento com o objeto de estudo, foram utilizadas entrevistas face a face, em que foi feita uma entrevista interpessoal um a um. Esta envolve questões não estruturadas, e em geral abertas, que são em pequeno número e se destinam a suscitar concepções e opinião dos participantes.

7.5 PLANEJAMENTO DE AÇÕES

Após a apresentação das metodologias utilizadas na investigação, este capítulo tem como objetivo delinear as ações que foram feitas para a coleta de dados da pesquisa. Conforme

¹⁵ Será aprofundado no capítulo 06, item 6.5, sobre o planejamento das ações.

dito anteriormente, a escolha dos sujeitos, o local, o evento e o processo são definições que devem ser tomadas com cuidado e cautela, pois eles influenciam em todo o resultado da investigação, assim como o pesquisador, seu histórico, suas experiências e seus métodos escolhidos durante a pesquisa.

Seguindo os passos de Mills (1995), nesta etapa foram selecionados os sujeitos, o local de estudo, os eventos e o processo. Voltando para os objetivos do trabalho, e os tensionando o que havia sido construído até esta etapa, foi decidido que seria aprofundado um estudo sobre pessoas que pertenciam à geração Y, porém foram delimitados os anos do nascimento para limitar a análise.

Foram escolhidos sujeitos nascidos entre 1990 e 1995, que estavam atualmente na cidade de Porto Alegre, com diploma de graduação superior, e com renda familiar mensal superior a R\$ 2.000,00. Alguns sujeitos moravam sozinhos, outros com familiares. Um ponto crucial para a seleção destes sujeitos foi que todos eles trabalhavam até o momento da pesquisa em empresas na qual existia vigilância cibernética. Ou seja, ambientes de entrada controlada, câmeras de monitoramentos e tecnologias de rastreamento dentro do espaço físico.

Por causa da pertinência do objeto de estudo, e por causa da privacidade dos entrevistados, foi decidido desde o início, que em nenhuma etapa deste relatório de pesquisa seriam divulgadas informações que identificassem os sujeitos entrevistados no mundo real, ou seja, para o relatório final serão utilizados rótulos enumerados para identificar os sujeitos.

A coleta de dados foi separada em 2 etapas, cada uma delas utilizando métodos diferentes. A escolha de fazer duas etapas se deve a um dos tópicos a ser abordado (vigilância), na visão da pesquisadora, ser considerado um tópico sensível, necessitando de uma abordagem diferente do tópico sobre gerações e processos históricos. As duas etapas foram construídas com planejamento, e foco nos processos para se chegar a resultados fidedignos.

Na primeira etapa, o objetivo era encontrar indícios de como os sujeitos da geração Y se comportam em um ambiente de vigilância. Para isso, foram adotadas entrevistas autoadministradas, por um formulário na internet. Foi solicitado aos participantes que esta não deveria ser feita em um ambiente de trabalho, e deixando explícito que em suas identificações não seriam divulgadas, até porque em nenhum momento da coleta era necessário preencher um campo com nome, telefone ou empresa. Esse ambiente de privacidade foi criado para que as respostas desta fase fossem genuínas.

No apêndice X, serão encontradas as perguntas desta fase.

A segunda etapa, com os mesmos sujeitos, deveria abranger os temas sobre gerações, processos históricos e opiniões sobre vigilância e tecnologia. Para esta, foram realizadas

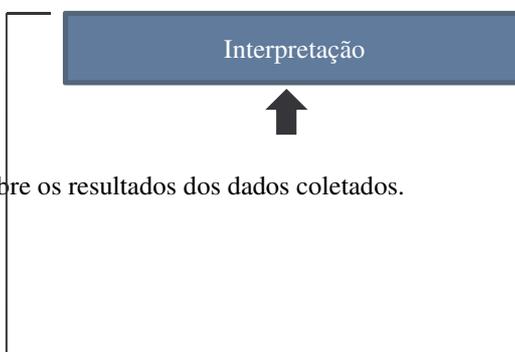
entrevistas face a face, com presença do entrevistador, em um ambiente neutro (café, restaurante, parque). No momento da entrevista, havia um protocolo a seguir, apresentado abaixo.

Os pesquisadores com frequência se engajam em observações múltiplas no decorrer de um estudo qualitativo, e para sua organização, utilizam um protocolo de entrevistas, para formular as perguntas e registrar as respostas. Este inclui os seguintes componentes:

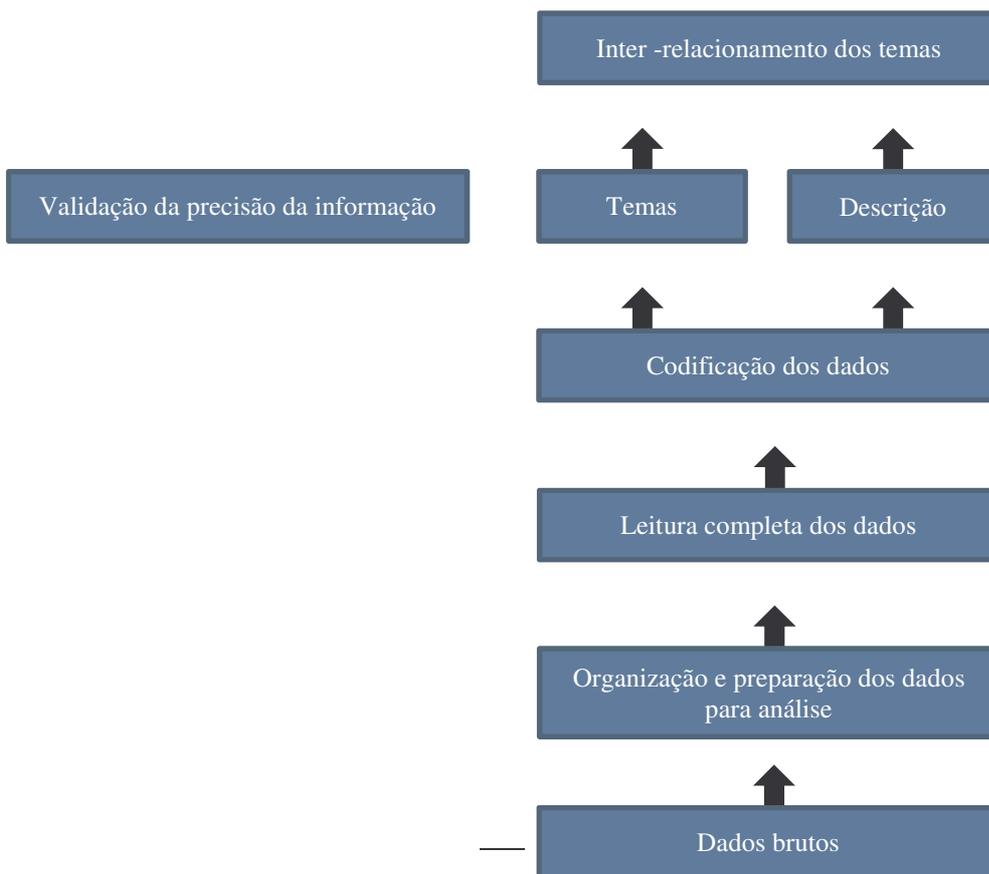
- Cabeçalho (data, local, nome do entrevistado);
- Instruções a serem seguidas para procedimentos padrões;
- As questões (normalmente utilizadas no início, para dar partida à discussão);
- Sondagem de quatro a cinco perguntas para acompanhamento e solicitação de que os entrevistados expliquem suas ideias mais detalhadamente;
- Espaço para perguntas e respostas;
- Agradecimento final.

O pesquisador deveria registrar as informações a mão, gravando-as em áudio, com transcrição da gravação posteriormente.

Após a coleta e a transcrição, é feita a análise das informações¹⁶. O processo de análise envolve extrair sentidos dos dados coletados. Esta envolve preparar os dados para análise, conduzir diferentes análises, ir cada vez mais fundo no processo de compreensão dos dados, e representar e realizar uma interpretação significativa dos mesmos. Existem diversos processos a serem escolhidos pelo pesquisador. O mais adequado e que foi aplicado, foi a abordagem linear hierárquica, apresentado por Creswell (2010). A escolha se deve pela experiência aprendida na etapa da pesquisa da pesquisa.



¹⁶ Analisadas no próximo capítulo, sobre os resultados dos dados coletados.



A figura acima sugere a abordagem linear hierárquica, construída de baixo para cima. Os vários estágios são inter-relacionados e nem sempre serão visitados na ordem apresentada.

No próximo capítulo, será possível ver a abordagem colocada em prática para a interpretação dos resultados.

8 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Primeiramente, antes da análise dos dados coletados, é importante considerar a pesquisadora como sujeito influenciador desta pesquisa, uma vez que ele carrega consigo experiências, cultura, ideologias, entre outros aspectos que acabam por influenciar a interpretação, metodologia, entre outros aspectos desta investigação.

Além do mais, é necessário ter claro que a mesma é uma das protagonistas da pesquisa e dos resultados, uma vez que não existe um momento que o pesquisador não influencia, seja em métodos, coletas, interpretação, norteamento e caminhos a serem seguidos.

Diante dos preceitos acima, é importante considerar a interação complexa entre a investigadora e o sujeito investigado, que compartilham, mesmo que muitas vezes não se comuniquem, de um mesmo universo de experiências humanas. A pesquisadora em questão nasceu no ano de 1990, e mora em Porto Alegre, o que a enquadra no universo macro de sujeitos que poderiam ser estudados. Localizando ela como componente da geração Y, outros fatores e características a fazem comum junto aos sujeitos estudados.

O distanciamento da investigadora e o ambiente de trabalho vigiado ciberneticamente em questão, é um dos limites que foi imposto, pois foi considerado anti-ético profissionalmente o mesmo ocorrer de forma diferente.

Além dos limites de coleta de dados e sujeitos a ser estudado, é clara a influência de experiência profissional e cultural diante da pesquisadora no âmbito de vigilância cibernética. Há também o fato que uma vez iniciada a investigação, qualquer meio de informação (artigos, filmes, livros, etc.) que tangencie com a temática, ela se encontra analisando e consumindo o conhecimento que aquele agrega, o que acaba por influenciar os caminhos a serem tomados diante da investigação.

Levando em consideração os preceitos acima, além de todo o material construído, teórico, metodológico entre outros, seguirá a análise de dados.

8.1 GERAÇÕES

Os dados obtidos a partir dos movimentos de investigação, foram complementares uns aos outros, de modo que pudéssemos chegar as fases finais da pesquisa com elementos concretamente construídos. E conseqüentemente uma compreensão mais apurada sobre os fenômenos que investigados.

Após a realização do movimento metodológico da pesquisa, e das análises prévias que seus resultados permitiram,- como a visualização do sujeito a ser investigado e maneiras de

encontrar as aprofundações desejadas com métodos corretos -, foram primeiramente realizadas as entrevistas autoadministradas, com a temática da vigilância. Porém, para a análise dos resultados, será exposto em ordem invertida, para que as informações sobre a geração Y agreguem nas análises sobre vigilância.

Recapitulando, os sujeitos que foram escolhidos para entrevista, nasceram entre os anos de 1989 e 1995. Os mesmos estavam morando atualmente na cidade de Porto Alegre, com diploma de graduação superior, e com renda familiar mensal acima a R\$2.000,00. Alguns sujeitos moravam sozinhos, outros com familiares. Todos eles trabalhavam, até o momento da pesquisa, em empresas na qual existia aparente vigilância cibernética. Ou seja, ambientes de entrada controlada, câmeras de monitoramento e tecnologias de rastreamento dentro do espaço (físico e digital).

Nesta primeira análise, as perguntas foram direcionadas para que os sujeitos exercitassem sobre o seu lugar na geração Y, e também opinar sobre características dessa geração. Neste movimento, todos os 10 entrevistados responderam com palavras similares, as mesmas observações. Eles a caracterizaram como: ansiosa, ambiciosas, em constante busca pelo o bem-estar pessoal - inclusive acima dos seus objetivos profissionais- , facilidade com tecnologias e conectada a maior parte do tempo. Conectada no sentido de saber de tudo o que acontece ao redor, utilizando ferramentas tecnológicas, como celular, tablet, computador, e encontrando meios para chegar na informação necessária.

Além destes atributos, alguns sujeitos demonstraram que estavam, naquele momento, refletindo sobre como essas características estavam mudando a geração Y, principalmente devido as mudanças macroeconômicas. Os anseios gerados pelo trabalho, e a busca por ambientes que trouxessem retorno motivacional, estavam mudando devido a crise econômica, enfrentada no Brasil, desde 2012. Esta, na opinião de um sujeito, estava fazendo com que a geração Y se preocupasse com estabilidade, e colocasse de lado o que antes era um de seus atributos mais fortes, a ambição profissional.

Outro atributo que foi dialogado por diversas vezes entre os sujeitos, era em torno do apego material. O que para as gerações *baby boomer* e Z era de suma importância, como comprar um imóvel ou um carro, para geração Y se transformou em estudos e viagens. O desapego de bens materiais e o redirecionamento da parte monetária para o aprimoramento e a busca de experiências foram citadas como exemplos.

Estes resultados vão ao encontro do que havia sido teorizado anteriormente, no qual segundo Weller (2010) a geração Y é insegura em relação ao futuro, pois sabem que fazer uma faculdade ou conseguir um emprego não é garantia de estabilidade, nem de sucesso (Weller,

2010). Ainda sobre os pontos analisados anteriormente, o destaque é focado para a alta qualificação e conhecimento tecnológico (TOMIZAKI, 2010).

Ao serem perguntados sobre a identificação dos mesmos nesta geração, e com os seus atributos, a resposta de todos os sujeitos foi positiva, em sua maioria com um tom de felicidade. Por mais que anteriormente as características citadas pela geração Y em alguns casos não fossem vistas como positiva (como por exemplo a ansiedade), os sujeitos não tiveram vergonha. Fazer parte deste grupo é um orgulho, como se particularidades imperfeitas fossem adequadas para esta geração.

O pertencimento a uma causa social se tornou de suma importância, pois todos os sujeitos, ao serem questionados, entraram no assunto com motivação. Ao tentarem contar sobre suas ações à pesquisadora, usaram um tom de venda e influência, para que o oposto também se descobrisse lutando pela causa. As causas citadas foram: proteção aos animais, apoio a produtos orgânicos, veganismo vegetarianismo, feminismo, causa LGBT e economia colaborativa. Em sua maioria, os sujeitos eram ativos em duas causas ou mais. Ativos é entendido como participantes de grupos, com encontros, compartilhamento de informação em redes sociais e eventuais ações em público.

Um detalhe importante é que este tópico não estava inicialmente mapeado como norteador da pesquisa. Ao ser realizado a entrevista com o primeiro sujeito, foi notado uma exaltação de pertencimento em alguma causa social, como proteção aos animais e feminismo. Visto a alteração do tom da conversa, uma vez que foi introduzido o tópico, foi decidido que este iria ser um assunto abordado nas outras entrevistas. E felizmente, foi um dado essencial para a análise de dados, e que aproximou o pesquisador aos objetivos desta pesquisa.

Nota-se que, fazer parte de uma causa social, é um fator importante para esta geração, e é possível fazer uma ligação com o sentimento de pertencimento a um grupo. Este é um fator importante, pois potencializa a idéia de ações homogêneas dentro desta geração.

Ao serem questionados sobre outras gerações, e seus relacionamentos com as mesmas, foi relatado que por divergência de opinião, e até mesmo comportamento, principalmente a geração Z, os relacionamentos eram mais complicados de se manter, e que preferencialmente eles gostavam de conviver de pessoas com as mesmas percepções e conceitos. Os entrevistados também mapearam que seus círculos sociais eram compostos em sua maioria por pessoas da mesma geração. E com opiniões parecidas em relação a assuntos como política, sociedade e temas de causas sociais, conforme citado anteriormente.

Com dois sujeitos entrevistados foi analisado que houve exaltação ao defender um círculo social composto de pessoas que pensassem de maneira parecida, mesmo que não

houvesse abertura para ouvir outros pontos de vista sobre assunto. Ao serem perguntados sobre os motivos dessa escolha, os sujeitos alegaram que nos dias de hoje as pessoas estão fechadas e que é difícil tentar argumentar sobre alguma causa, por isso a escolha de conviver com pessoas que hajam e pensem de maneira parecida. E novamente, aparece a ideia de pertencimento a um grupo.

O que para Weller (2010), pode ser visto como que cada grupo juvenil é influenciado pela região e local (rural ou urbano) em que habita, nível de instrução, curso de formação, vinculação a instituições, etc. Ou seja, um único conceito não consegue congrega todo o mosaico de vivências juvenis que se constroem em cada período histórico.

Considerar que todos os jovens que nasceram em determinado período pertençam a um único grupo, como tem sido caracterizada a Geração Y, é esquecer as diferenças regionais e desigualdades sociais da juventude brasileira. Alguns poderiam se enquadrar neste perfil, mas trata-se de uma minoria frente à grande parte de jovens que, apesar da existência de redes sociais, internet, enfim, tecnologias que deveriam aproximá-los deste modelo, por vezes, reforçam a distância que se pretende eliminar. As juventudes brasileiras são diversas, sendo necessária conhecê-las para dar a correta dimensão do grupo que se está analisando

Os acontecimentos históricos, experimentados pelos sujeitos da geração Y, seguindo a teoria de Manhein (1983) sobre gerações, foi colocado em questão. Segundo o autor, à mesma classe, grupo etário ou geração tem em comum o fato de ambos proporcionarem aos indivíduos participantes uma situação comum no processo histórico e social, que os restringem a determinadas experiências e os predis põem a um modo característico de pensamento, experiência e ação. E que produz um vínculo geracional a partir da vivência e da reflexão coletiva em torno dos mesmos acontecimentos históricos.

Para Noble (2003), levando em consideração os conceitos anteriores, pensar em geração é preciso discorrer em *coortes* históricas e lembranças coletivas. No conceito de *coorte* histórica, se constitui que os indivíduos que vivem um mesmo momento histórico, formam e constroem valores semelhantes. A imagem de lembranças coletivas coloca que pessoas com idades próximas, em fase de amadurecimento (dos 8 aos 12 anos), tenham memórias semelhantes quanto aos acontecimentos do período. Com isso, os valores que se indicam nos atos e preferências, conservar-se ao longo da vida (NOBLE, 2003). Grandes acontecimentos (guerras, crises econômicas, transformações políticas, etc.) demarcam o surgimento de uma *coorte*, que se sustenta até o aparecimento de um novo evento marcante (PEUGOT, 2010).Primeiramente, e utilizado como norteador, a primeira questão era sobre algum acontecimento geral que tenha marcado a vida do entrevistado, delimitando um acontecimento

que não tenha sido uma experiência pessoal ou familiar, mas algo que tivesse sido noticiado ou experienciado por diversas pessoas. As respostas dos 10 entrevistados foram a mesma: o ataque as torres gêmeas, em 11 de setembro de 2001¹⁷. Importante notar que o pesquisador não induziu a resposta com uma pergunta tendenciosa. O cuidado para colocar a pergunta era de suma importância, para que não gerasse uma resposta premeditada.

Os sujeitos entrevistados não hesitaram em falar sobre este acontecimento, e como o mesmo marcou. Um dos pontos que ficou nítido era que todos eles se lembram o momento exato no qual receberam a notícia. Com detalhes de hora, local e sentimento, segue abaixo a transcrição de alguns entrevistados:

Entrevistado A: “Eu tinha 11 anos, havia acabado de voltar da aula de natação, e estava na frente da televisão vendo desenho e comendo uma banana. Quando deu a chamada de urgência na televisão, fiquei olhando os acontecimentos até a hora de ir para o colégio, que era na parte da tarde. Ao chegar no colégio, era o único assunto, e todos estavam chocados e querendo saber mais informações. Mesmo que o ataque tenha sido em outro país, muito longe da nossa realidade, parecia que tinha acontecido na mesma cidade. Antes de dormir, eu chorei e rezei por aquelas pessoas que estavam lá”.

Entrevistado C: “Eu estava na padaria com a minha mãe e as pessoas se aglomeraram na frente da televisão que estava pendurada no teto. Todos estavam quietos e havia um silêncio sepulcral. Quando fomos para casa, parecia que alguém da minha família havia morrido”.

Entrevistado E: “Eu estudava na parte da manhã, só fiquei sabendo do ataque quando meu pai foi me buscar no colégio. Ele já estava escutando o rádio quando eu entrei no carro, e ficamos o caminho até em casa em silêncio. Ao chegar na casa, fomos para a cozinha almoçar e a televisão estava ligada. Ficamos todo o tempo em silêncio e, sinceramente, eu não tinha vontade de falar nada, só de tentar entender o que estava acontecendo”.

Entrevistado F: “Eu era pequena e queria ver desenho, mas em todos os canais estava passando a notícia das torres gêmeas. Eu lembro que fiquei brava, pois não conseguia ver outra coisa. Mais tarde, ao ir para o colégio, lembro de todos falando sobre como era triste, e a quantidade de pessoas que morreram. Então eu me dei conta que era mais importante do que desenho”.

O acontecimento histórico em questão, que afetou todos os sujeitos como um fato marcante, aconteceu no ano de 2001, e para os sujeitos que nasceram entre 1989 e 1995, era uma fase de amadurecimento e criação de personalidade (Noble, 2003). Além de ser um fato

¹⁷ O acontecimento foi descrito anteriormente, na página 56.

que marcou a vida de todos os entrevistados, as consequências que ele gerou podem estar envolvidas diretamente com o comportamento dos entrevistados na internet.

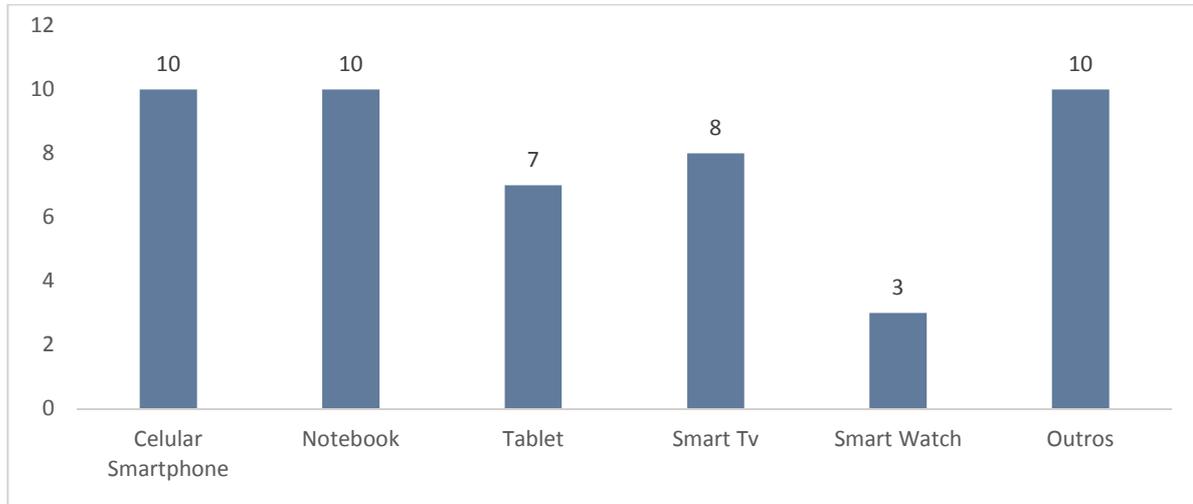
Do ponto de vista dos 10 entrevistados, houve mudanças significativas no mundo depois do “11 de setembro”. Inicialmente, a maioria falou em como a segurança nos aeroportos mudaram drasticamente, mais etapas para embarcar em um avião, e que isto estava diretamente ligado ao fato de que a principal arma utilizada no ataque em 11 de setembro foram aviões, que foram sequestrados por terroristas. Mas ao serem instigados a se aprofundar no assunto, os sujeitos envolveram outros níveis de segurança que foram modificados depois de 11 de setembro.

Circuito fechado ou circuito interno de televisão, que são sistemas de televisão que distribui sinais provenientes de câmeras localizadas em locais específicos para um ou mais pontos de visualização, foram notados como equipamentos que surgiram ou que evoluíram depois do “11 de setembro”. Em propriedades privadas e públicas, nas ruas e em escolas, em praticamente em todos os lugares, os sujeitos notaram essas câmeras de segurança.

A evolução da internet e a forma como as informações transcorrem, também foi um dos pontos que foram abrangidos nesta imersão sobre segurança. As tecnologias foram evoluindo para uma comunicação mais rápida, a onde se pode repassar uma informação em tempo real. Celulares e *smartphones* foram popularizados, e todos tem acesso a uma linha telefônica. O seu desenvolvimento não foi norteado para segurança, mas sim apropriado para a segurança como é a abordada neste trabalho. Os primeiros celulares que os sujeitos ganharam foram para se comunicar com pais, por exemplo, que era para outro tipo de segurança, o ‘controle’ dos pais sobre a vida dos filhos.

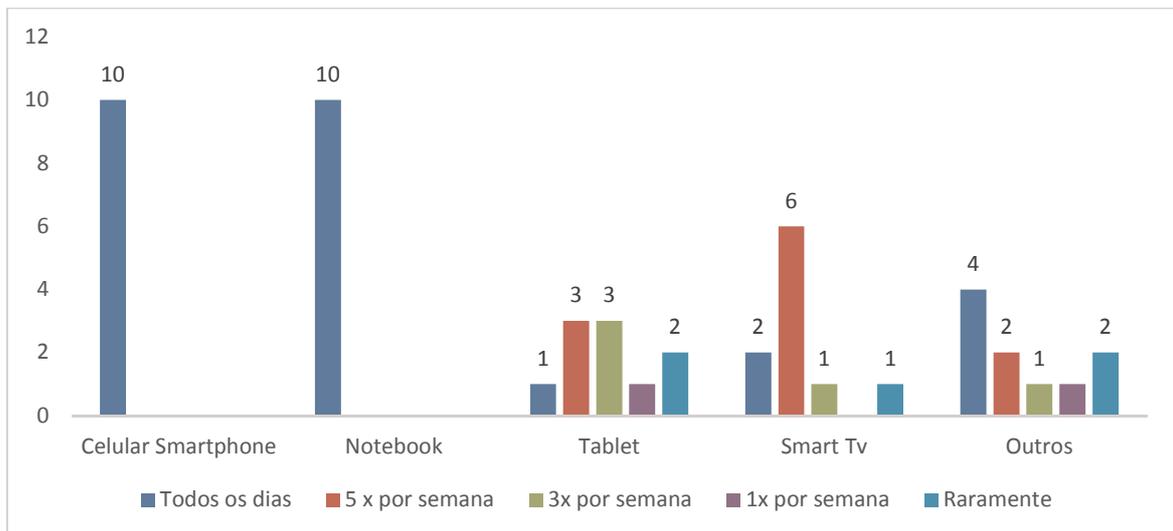
Aproveitando a questão da tecnologia, foram introduzidas as questões sobre a mesma aos sujeitos, sobre o seu comportamento, relacionamento, opiniões e usos. As respostas foram tabeladas e transformadas em gráficos, para assim ter uma melhor perspectiva dos seus resultados para análise.

Gráfico 1- Geração Y e as tecnologias.



Neste primeiro gráfico, é possível ver que diferentes tecnologias são utilizadas pelos entrevistados. Todas elas são caracterizadas por estar conectadas na internet, enviarem, transmitirem e processarem informação. Além da análise de dados estar apresentando as tecnologias e as quantidades que os sujeitos da geração Y possuem, outra informação é necessária para adentrar na observação: a sua frequência.

Gráfico 2 – frequência de uso



A frequência no qual são utilizadas essas tecnologias mostra o quanto esta geração é conectada e ansiosa por informação. E mais: ao serem perguntados o que fazem com estas tecnologias, em sua maioria, a resposta era “falar com amigos, se comunicar e ir atrás de informação”. Tanto o celular quanto o notebook são usados, todos os dias, e utilizam de diversas

ferramentas para a comunicação, e são a primeira alternativa para buscar informação e também para realizar algumas ações, como por exemplo, pagar contas, reservar lugares em restaurantes, compras, etc... Por diversas vezes é utilizado duas ferramentas com o mesmo intuito, onde um agrega o resultado do outro. Por exemplo, enviar uma mensagem do celular, um e-mail do computador e escrever na rede social para um amigo via *tablet*.

Os entrevistados consideram estas tecnologias vitais. Ao serem colocados em uma situação hipotética de ficarem sem estas ferramentas, eles caracterizaram os sentimentos como “ansiosos, e com medo de ficar para trás em algum acontecimento”, além disso, disseram que se sentiriam perdidos e que não saberiam como fazer certas ações. A respeito da internet, mais especificadamente a falta dela ou a baixa velocidade na troca de informações, os sujeitos demonstraram a raiva e o estresse como algumas emoções que se fizeram presentes durante a entrevista. É possível ver com clareza que os sujeitos consideram essas tecnologias como essenciais para a sobrevivência.

Conforme um estudo feito pela empresa de pesquisa Bridge Research em 2010, os sujeitos nascidos de 1989 a 1995 são mais atrelados aos valores da Geração Y, tem menor estrutura de gastos e maior envolvimento com tecnologia e inovação.

Adequando o resultado, para a teoria do autor Marshall McLuhan (2014), no qual os meios tecnológicos são uma extensão do corpo humano, que ampliam as capacidades do homem, ou dos próprios sistemas e instrumentos criados pelo homem, para além de si. O que é preciso ter clareza é que a existência de uma íntima relação entre os processos comunicacionais e os desenvolvimentos sociais da geração Y. Isso porque as tecnologias da comunicação ao permitir o intercâmbio de mensagens, concretiza uma série de funções, dentro as quais: informar, constituir um consenso de opinião, persuadir ou convencer, prevenir acontecimentos, aconselhar, quanto a atitudes e ações, e, de forma muito forte para os sujeitos estudados, constituir identidade.

Para os sujeitos, a Internet das Coisas é um conceito novo, porém ele enquadra as tentativas de explicar o que computador, televisão, smartphone tem em comum. A unidade cada vez mais é vista para mais conectividade, mais consciência de onde as pessoas e objetos são, e uma sinergia crescente entre todas as diferentes aplicações (KRANENBURG, 2012)

8.2 VIGILÂNCIA

Conforme citado anteriormente, a forma e o conteúdo de apresentar uma pesquisa é essencial, conforme o assunto e o objetivo da investigação. No bloco no qual o objetivo

acercava o tensionamento entre comportamento do usuário e vigilância, foi apresentada uma entrevista autoadministrada para os 10 sujeitos, os mesmos que responderam as perguntas analisadas anteriormente. Para a efetiva ação das entrevistas, esta parte foi enviada antes da entrevista de profundidade. A escolha se deve para deixar os sujeitos mais a vontade e chegar ao objetivo com mais clareza, uma vez que as respostas dadas na primeira etapa poderiam influenciar as perguntas norteadoras para a segunda etapa. Porém, para a análise de dados e seu aprofundamento, foi decidido que a análise sobre o assunto de vigilância seria feita no segundo momento, invertendo a ordem, pois conhecer o sujeito, suas motivações e opiniões sobre a própria geração, e após conhecer o seu comportamento perante um ambiente de vigilância, fazia mais sentido cronologicamente e ajudaria na construção de um exame mais abrangente.

Como a ação foi autoadministrada, será utilizada novamente o tabelamento e transformação em gráfico, para depois fazer uma análise sobre o sujeito e seu relacionamento com a vigilância.

A primeira pergunta foi acerca da ética no trabalho, com uma pergunta simples: você se considera ético no trabalho? Ela não foi aberta para considerações e opiniões mais aprofundadas. O intuito era de o indivíduo se posicionar acerca da questão. Todos os indivíduos responderam que sim, que se consideram éticos em uma atmosfera profissional.

Acerca do ambiente profissional, as perguntas que abordavam os equipamentos de vigilância como catraca, identificação na internet e crachá, todos os entrevistados responderam que trabalham em um ambiente com estes equipamentos. Além dos equipamentos, responderam que para locomoção física dentro da empresa, é necessário estar devidamente identificado, assim como para acessos a programas digitais e coleta do horário de trabalho (realizada por impressão digital em uma máquina, na entrada e saída do ambiente). Em sua maioria, a percepção desses equipamentos foi sentida em todos os ambientes da empresa, e estes consideraram que todas as ferramentas estavam conectadas na internet e que poderiam trocar informações entre si (neste momento não foi colocado o conceito de Internet das Coisas, uma vez que não seria possível aprofundar o assunto como foi feito no bloco de entrevistas de profundidade).

O bloco de perguntas sobre o comportamento do sujeito dentro da empresa, abordou questões acerca da conduta e do relacionamento do mesmo com essas tecnologias. Primeiramente, todos os 10 entrevistados disseram que utilizam a internet da empresa para ler notícias em geral e buscar informações de interesse pessoal, em sua maioria todos os dias.

Dos 10 entrevistados, 7 utilizam o computador e a internet do trabalho para acessar o seu e-mail pessoal, com frequência de 2 a 3 vezes por semana. Porém, a maioria não utiliza para acessar as redes sociais ou fazer compras em lojas virtuais, conforme abaixo:

Gráfico 3- utilização da internet para redes sociais



Gráfico 4 - utilização da internet para redes sociais



O bloco seguinte de pergunta foi acerca da opinião do sujeito sobre vigilância de maneira geral e no ambiente profissional. Esta parte específica de coleta e sua análise dos dados pode ser considerada crucial para o atingimento dos objetivos desta pesquisa, uma vez que o objeto de pesquisa é colocado em evidência.

Os entrevistados receberam um questionário, com perguntas sobre vigilância, e as opções para a resposta era objetiva, porém havia espaço para comentário se eles sentissem necessidade. A questão era sobre se eles acreditavam que a empresa tinha acesso as informações sobre o seu comportamento no ambiente profissional digital, o que abrangia a conduta digital, histórico de acesso, entre aspectos que compreendiam a vigilância virtual.

Em sua maioria, acreditavam que sim, que a empresa tinha acesso. Porém uma parte respondeu que não – 01 pessoa -, e 03 sujeitos responderam que “acho que sim, mas não tenho certeza”.

Gráfico 5 - empresa tem acesso as suas informações?



Seguindo a mesma linha de pergunta, o próximo ponto abordava acerca do recolhimento de informações sobre movimentações físicas na empresa. As respostas foram parecidas, porém um entrevistado mudou a sua postura, que antes era duvidosa, para uma resposta assertiva, conforme gráfico abaixo:

Gráfico 6 - monitoramento das movimentações físicas



O ponto que abordou repreensões acerca da conduta do entrevistado, teve resultados positivos para a pesquisa, pois mostrou que houve vigilância e que esta tinha um objetivo para a empresa. De um total de 10 entrevistados, que trabalham em empresas no qual existe evidencia de vigilância, através de câmeras, catracas, crachás, entre outros já citados

anteriormente, 4 sujeitos confessaram que foram repreendidos pela empresa, seja por notificação via e-mail, alerta digital ou por gestores.

Ainda, os que haviam respondido que sim, que foram repreendidos, foi solicitado a resposta acerca se o mesmo havia mudado o comportamento após a repreensão, e todos responderam que sim.

Seguindo a linha de pergunta, todos os entrevistados foram perguntados sobre suas opiniões acerca da vigilância. O primeiro ponto era sobre a opinião do entrevistado de estar sendo vigiado. Metade dos entrevistados respondeu que não tinha opinião se era bom ou ruim, mas achavam que era de direito da empresa; 40% disseram que era direito da empresa e que gostavam, pois se sentiam mais seguros com vigilância; e 10% não quis comentar.

Seguindo a mesma linha, o ponto seguinte de suas opiniões, era sobre se era ético a empresa vigiar os seus funcionários. As respostas foram unânimes, alegando que era direito da empresa vigiar os seus funcionários. A próxima pergunta era sobre a privacidade dos mesmos dentro do ambiente profissional. As respostas seguiram na mesma direção, afirmando que as informações que eram trocadas dentro da empresa, são de direito da mesma. Não estaria infringindo a privacidade.

Ao serem perguntados sobre o próprio comportamento, e se o mesmo seria diferente se não fossem vigiados, 9 dos 10 entrevistados responderam que sim, que provavelmente mudariam a forma de agir, principalmente na internet. Foram dados como exemplos: compras pessoais, redes sociais, ver filmes em momentos que não tivesse trabalho, sair mais cedo do trabalho, fazer mais tempo de almoço, entre outros.

Após uma análise das questões acerca da vigilância, é possível perceber que alguns sujeitos necessitaram de uma amostra de poder real da vigilância para se adequarem aos comportamentos profissionais desejados pela empresa, e outros, o simples fato de ter evidência de ferramentas de vigilância já é o bastante para a conduta ser de acordo com era imposto pelos superiores. Um ponto que faltou para aprofundamento é acerca da privacidade do usuário. As respostas não foram completas o bastante para compreender a opinião sobre o que é privacidade do usuário dentro de um ambiente corporativo. O que foi possível compreender, é que os sujeitos não consideram ter privacidade dentro destes locais.

Neste momento é possível fazer uma ligação com as teorias de vigilância, previamente detalhados, e ainda sobre o conceito de Panóptico. Este dispositivo designado para controlar e reabilitar pessoas, composto por constante vigilância é bastante parecido com o que podemos notar no comportamento dos sujeitos. Antes, uma cela solitária, um vigiado, inúmeras ferramentas para vigiar, e um vigia. Constante vigilância. Como resultado esperado, um vigiado

reabilitado, seguindo as leis e ordens do vigia. De outro lado, temos um ambiente corporativo, um funcionário, e inúmeras ferramentas de vigilância, todas interconectadas, e conectadas a empresa. Alguém controla e monitora todas as informações e pessoas, ou assim se supõe até que se prove o contrário. Bentham (2000) criou um dispositivo, no qual Foucault (1983) aprimorou e fez as ligações com as vigilâncias contemporâneas. Independente da teoria, a prática se mostra verdadeira, e as adequações dos sujeitos entrevistados mostra como é o relacionamento com estes dispositivos.

Por último, foi solicitado aos entrevistados sobre o conhecimento do Marco Civil e o que ele representava. Era uma pergunta livre, com respostas pré-selecionadas e espaço para respostas escritas. Dentre as réplicas, apareceram as seguintes palavras: neutralidade de rede, leis para regular a internet, leis para rede sociais, proteção ao usuário, cibercrime.

Conforme explicado anteriormente¹⁸, o Marco Civil é um projeto que além de regularizar a internet, possibilita o acesso a informações dos usuários via provedores. Porém, pelas entrevistas, é possível perceber que os sujeitos não colocaram nas respostas algo parecido. O ponto de privacidade ainda é vago, e seria necessário um aprofundamento com os sujeitos para compreender se eles não tem conhecimento ou o tópico sobre privacidade não foi considerado importante no Marco Civil.

Para fins de conclusões e outras tensionamentos sobre as entrevistas, será utilizado o capítulo de considerações finais para fazer o fechamento entre teorias e pesquisas de campo.

¹⁸ Marco Civil foi apresentado no capítulo 4.

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente dissertação de mestrado, intitulada *Internet como dispositivo Panóptico: geração Y e seus adequamentos*, constituiu-se em uma tentativa de iniciar uma abordagem sobre a vigilância digital e os olhares derivados dos usuários da geração Y.

Muitas concepções que antes possuíamos foram sendo transformados, no decorrer da pesquisa, em função do contato com o movimento dinâmico de formação do tensionamento. Deparamos com a pluralidade de informações, de pontos de vistas e de opiniões. Acabamos diante da potencialidade do objeto estudado, optando-se por abordar a geração Y, da cidade de Porto Alegre, e que vivenciavam um ambiente profissional vigiado.

Na medida que foi escolhemos este objeto de estudo com este acionamento, passamos a observar tudo o que dizia a respeito de vigilância, seja em redes sociais, conversas em grupos de amigos, filmes, séries, livros. Desta forma, abastecendo-se de informações e percepções de diversas fontes, almejamos recuperar historicamente as teorias associadas, dentro do contexto atual, para situar o objeto dentro de certos cenários, e também identificar usos e apropriações que remetem a essa prática.

Os objetivos propostos no início do trabalho, foram levados em consideração durante toda a trajetória, e em muitos momentos eles evoluíram para adaptar-se ao objeto estudado. Este teve seu próprio desenvolvimento e foi enriquecido por teorias, percepções e elucidações ao longo do caminho.

Para esta fase de considerações finais, reveremos os objetivos, e assim dar a eles os resultados encontrados. Iniciando pelos objetivos específicos que ajudaram a construir o objetivo geral proposto, a ordem deles foi construída para que fosse arquitetado utilizando a parábola de um prédio, no qual é preciso alinhar e arrumar o terreno, antes de colocar os pilares e edificar os andares. Assim, suas considerações seguirão a mesma ordem.

O relacionamento entre a geração Y brasileira e a Internet das Coisas, foi pautada pelas teorias da geração Y e teorias de tecnologia de comunicação, afunilando para Internet das Coisas. Segundo os conceitos de Tomizaki (2010) e Pouget (2010) já era possível identificar uma aproximação intensa entre geração Y e tecnologias. Primeiramente, a aceitação que o amadurecimento biológico da geração Y, combinado com o acontecimento histórico em volta da evolução da internet no Brasil, se mostrou um cruzamento intenso, e que é pautado pela conexão com as tecnologias e a forma no qual se relacionam com estas. Ansiosos por tecnologias, e rapidez na informação, os sujeitos entrevistados demonstraram um relacionamento com diversos tipos de tecnologia, com uma frequência de uso alto.

Porém, o intuito do trabalho era sobre Internet das Coisas, que segundo Kranenburg (2012) são tecnologias que necessitam ter energia crescente entre todas as diferentes aplicações, e que se comuniquem com os usuários e entre ferramentas conectadas. A partir desta premissa, e com entrevista aos sujeitos selecionados, foi descoberto que os mesmos não relacionavam a Internet das Coisas às tecnologias que estavam presentes no seu dia-a-dia, porém poderiam conceituar estas como Internet das Coisas. Para a pesquisadora que conduziu as entrevistas, há um desconhecimento do conceito entre os entrevistados, o que não seria um encaixe na trajetória da pesquisa, pois o objetivo era desvendar o relacionamento entre os sujeitos da pesquisa e a Internet das Coisas, independente do conceito.

Concluimos que estes constroem uma ligação forte com as tecnologias, utilizando-as como se fossem extensões do corpo, assim como esta conexão não sendo somente física, mas também sentimental. Assim como a atrelamento feito com a teoria de McLuhan (2014), no qual os meios tecnológicos são uma extensão do corpo humano, que ampliam as capacidades do homem, ou dos próprios sistemas e instrumentos criados pelo homem, para além de si; se estas tecnologias forem retiradas dos sujeitos, o sentimento seria de deteriorar um membro do corpo.

O objetivo de mapear as possíveis sensações e tensionamento da geração Y brasileira, em um ambiente de vigilância cibernética, foi um dos mais extensos e profundos em termos de suas construções. Isso se deve porque as teorias que fundamentaram esse trabalho levaram nos levaram a outro patamar de aprofundamento necessário. As teorias de Manhein (1958) sobre as gerações, e que resultou em outras teorias baseadas em estudos sobre gerações, foram essenciais para a construção dos sujeitos, das entrevistas e de suas análises.

Primeiramente, sua conexão com as gerações e a forma que a pesquisa deveria se encaminhar para desvendar a vinculação da conexão geracional que os sujeitos obtinham, e suas práticas coletivas em torno da vigilância, sejam elas concretas ou virtuais, que produziria um vínculo geracional a partir da vivência e da reflexão coletiva em torno dos mesmos acontecimentos. Entender o sujeito que trabalha com o objeto foi fundamental para que esta investigação se resulte em um trabalho concreto.

Por mais que dentro de uma mesma unidade geracional pudesse existir uma diversidade de opiniões, reações e estilos de vida, mesmo vivendo no mesmo meio social, a reação perante a vigilância no ambiente profissional foi pautada pela livre participação de diferentes indivíduos em vivência coletiva, em uma reação homogênea.

Deste saldo, é possível extrair os adequamentos da geração Y e ambientes vigiados, no qual se mostraram atentos as tecnologias de vigilância em sua volta, e possuem conhecimento sobre o papel dela no ambiente. Em suas percepções, os sujeitos não veem a vigilância como

algo maléfico, ou ainda que tivessem perdendo parte de sua privacidade. Para eles, a vigilância é necessária, assim como o poder do vigia deve se demonstrar real para que o mesmo poder tenha força dentre os sujeitos. Seguindo esta linha, para compreender essa posição dos sujeitos em relação ao objeto, é necessário entender os acontecimentos históricos que a envolvem.

Seguindo a linha de conceito de Manhein (1958), a mesma geração deve perpassar a experiência de uma situação social comum que expõe seus membros a uma fase do processo coletivo, e ainda utilizando em conjunto a teoria de *coorte* histórica de Noble (2003), que reforça um acontecimento histórico, podemos avançar para as considerações acerca do objetivo específico de compreender quais acontecimentos históricos agregaram nos possíveis comportamentos da geração Y brasileira em relação a vigilância na internet.

Deste ponto, é possível estabelecer uma prévia das teorias e citações das gerações como o ataque terrorista popularmente conhecido como 11 de setembro. Este foi um ataque que aconteceu nos Estados Unidos no ano de 2001. Foi colocado em prática uma série de ataques utilizando aviões comerciais como armas de destruição, derrubando-os contrapontos de grande movimentação de pessoas. Este foi planejado para ser televisionado no mundo inteiro, com atos que se sucediam após o impacto do primeiro avião. Conforme citado na análise das entrevistas, os sujeitos o definiram como marco histórico, com lembranças, criando a ligação da evolução de tecnologias e levando a segurança cibernética a um nível mais alto.

Este acontecimento ocorreu quando os sujeitos estavam em fase amadurecimento, entre 11 e 8 anos de idade, o que, segundo Noble (2009), se enquadra em indivíduos com idades similares, na fase de amadurecimento, com memórias semelhantes quanto aos eventos que marcaram esse período. E por esse motivo, podemos considerar este marco como influenciador para que a geração Y se relacionasse com a vigilância cibernética de forma particular. Outros acontecimentos podem ter agido de maneira a afetar o comportamento, porém não foi possível mapear estes.

O último objetivo específico, que ajudaria a construir o objetivo geral, era constituído pelo olhar de uma possível ligação do dispositivo Panóptico de Bentham (2000) com a Internet das Coisas, e utilizando a mesma como ferramenta de vigilância com os sujeitos da geração Y.

Voltando novamente a raiz do conceito de Panóptico, a ideia de Bentham era construir uma prisão, nos anos de 1800, com estrutura circular, que exigia que todas as celas dos prisioneiros tivessem uma janela permitindo que a luz do sol brilhasse sobre os prisioneiros, e a sua cela daria para o interior do prédio, a onde haveria uma torre de guarda central com venezianas nas janelas - mantendo os prisioneiros de ver qualquer atividade dentro. Além disso,

tubulações, que facilitariam o eco de qualquer som audível vindo das celas. O prisioneiro ficaria sozinho, perfeitamente individualizado e constantemente visível.

Pelo efeito de retro iluminação, poderia se observar os prisioneiros em suas celas. Eles são como tantas gaiolas, tantos teatros pequenos, nos quais cada ator está sozinho, perfeitamente individualizado e constantemente visível. A iluminação completa e o olho de um supervisor capturar melhor do que a escuridão, que em última análise, protegido (Bentham, 2000).

Daí o efeito principal do Panóptico: induzir no interno um estado de visibilidade consciente e permanente que assegure o funcionamento automático do poder" (195, Foucault, 2014). É importante que o vigiado deva ser constantemente observado por um inspetor: ou pelo menos ele deve pensar que esteja acontecendo isso, pois o que importa é que ele se sinta observado, mas não tem nenhuma necessidade de fato de ser assim.

Trazendo as análises dos sujeitos entrevistados, foi possível observar que o conceito do Panóptico se enquadra como dispositivo de vigilância, uma vez que são utilizadas as tecnologias conectadas a internet. Os entrevistados se sujeitaram a regras e normas impostas pelo fato de estarem sendo vigiados. O poder disciplinar que não pode ser dissociado do mecanismo disciplinar da luz e do visível, presentes nos diversos dispositivos e tecnologias dos dias atuais.

Se tomarmos como referência as análises de Foucault sobre os dispositivos de vigilância, identificamos dois elementos centrais: o olhar (as táticas do ver e do ser visto) e as técnicas de coleta, registro e classificação da informação sobre os indivíduos (BRUNO, 2008).

O poder é anônimo, enquanto o indivíduo comum é exposto à visibilidade. Na medida em que, com ajuda de tecnologias, o vigiado não pode verificar se o vigilante de fato o observa, a vigilância se torna constante e independente da presença real do vigia.

Porém, para a maioria dos entrevistados da geração Y, foi necessário utilizar de uma presença real, como exemplo para assim seguir as normas. Foi necessário amostrar a vigilância para que a mesma tivesse força.

Por fim, o objetivo geral deste estudo era compreender de que forma a geração Y articula com a vigilância cibernética, na era da Internet das Coisas. E esta foi aos poucos sendo aprofundada, até o nível que se encontra atualmente, com a corroboração de teorias, influências e entrevistas. Importante ressaltar que o afunilamento dos sujeitos foi necessário para iniciar o estudo, uma vez que tempo, recurso e percalços no caminho se fizeram impedidores de uma pesquisa mais abrangente. Dessa maneira, podemos considerar que a geração Y, os sujeitos entrevistados, articulam com a vigilância cibernética, em um ambiente profissional, da mesma

forma que o Panóptico tinha como objetivo inicial de enquadrar seus prisioneiros. Os sujeitos da pesquisa se enquadram em vigiados e as tecnologias como ferramentas do vigia. Em todos os cantos, em todos os momentos, eles são vigiados e catalogados, para assim os enquadrarem em normas estabelecidas pelo vigia. Assim, os vigiados obedecem, por diversos motivos citados anteriormente, e não somente o relacionamento dos mesmos com a Internet das Coisas ou por acontecimentos que marcaram essa geração, ou ainda pelo poder real sendo exercido. É mais profundo e intrínseco, a compilação e as articulações das premissas acima, os fazem sujeitos que tenham particularidades com a vigilância cibernética, e faz com que a mesma consiga atingir seu princípio de controle.

Para os próximos passos, existem diversas linhas de estudo para abranger este trabalho. Preferencialmente seguiremos na linha de entender se a geração Y está assumindo as responsabilidades do poder, se tornando também vigia, e, claro, a abrangência do estudo para outros lugares, além do ambiente profissional. Além destas, a possibilidade de ampliar este estudo encontra-se em estabelecer outras relações entre objeto e a abrangência dos sujeitos, bem como outras conexões com outros objetos.

REFERÊNCIAS

- ABRAMS, Philip. **Historical sociology**. Open Books, London (1982).
- ASHTON, Kevin. **Internet of Things**. Reino Unido: MIT, 1998. ASHTON, Kevin. **RFID**. Reino Unido: MIT, 2009.
- ASSANGE, Jules. **CypherPunks: Liberdade e o Futuro da Internet**. São Paulo, 2005.
- ATZORI, Luiz. **The internet of things: 20th Tyrrhenian workshop on digital communications**. Itália: Springer Science & Business Media, 2010.
- BACHELARD, Gaston. **A epistemologia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.
- BALDISSERA, Rudimar. **Comunicação Organizacional, Tecnologia e Vigilância: Entre a Realização e o Sofrimento**. v. 17, Brasília: E-Compós, 2014.
- BARBIER, René. **A pesquisa-ação**. Brasília: Plano, 2002.
- BARBOSA FILHO, André. **Comunicação digital: educação, tecnologia e novos comportamentos**. São Paulo: Paulinas, 2008.
- BENAKOUCHE, Tamara. Redes Técnicas - Redes Sociais: A pré-história da Internet no Brasil. **Revista USP**, Dossiê Informática – Internet, 1997.
- BENTHAM, Jeremy. **O Panóptico ou a casa de inspeção**. In: SILVA, T.T. (Org). O Panóptico. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.
- BONIN, Jiani Adriana. Nos bastidores da pesquisa: a instância metodológica experienciada nos fazeres e nas processualidades da construção de um projeto. In: MALDONADO, Efendy et al. **Metodologia de pesquisas em comunicação: olhares, trilhas e processos**. Porto Alegre: Sulina, 2006. p. 28-37.
- _____. Explorações sobre práticas metodológicas na pesquisa em comunicação. PUCRS, 2008
- BOURDIEU, Pierre et al. **A profissão de sociólogo**. Preliminares epistemológicas. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.
- BRETON, Philippe. **A Utopia da Comunicação**. Lisboa. 1994.
- BRUNO, Fernanda. Máquinas de ver, modos de ser: visibilidade e subjetividade nas novas tecnologias de informação e de comunicação. Trabalho apresentado na XIII Compós. **Anais...** São Paulo: 2014.

BURKE, Peter; BRIGGS, Asa. **História social da mídia: de Gutenberg à Internet.**

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede - Do Conhecimento à Ação Política.** São Paulo: Zahar, 2009.

_____. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais.** São Paulo: Zahar, 2013

CLARK, Richard; KNAKE, Robert. **Cyber War: The Next Threat to National.** Nova York: Harper Collins, 2010.

COMTE, Auguste. **Cours de philosophie positive,** Vol. 1-2, Paris: Hermann, 1998

CORTINA, Adela. **Cidadãos do mundo: para uma teoria da cidadania.** São Paulo: Loyola, 2005.

CRESWELL, John. **Designing and conducting mixed methods research.** Thousand Oaks: Sage, 2010

DELEUZE, Gilles. **Postscript on the Societies of Control.** Londres, 1992.

DILTHEY, Wilhelm W. **Introduction to the Human Sciences.** Vol. I, Princeton: Princeton, 1989

DUARTE, Jorge. **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação - 2. ed.,** São Paulo: Atlas, 2006.

EGGERS, Dave. **O Círculo.** São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

FARIAS, Edisom. **Colisão de Direitos - A honra, a intimidade, a vida privada e a imagem x a liberdade de expressão.** São Paulo: Sergio Antonio Fabris Editor, 2008.

FAUSTO NETO, Antônio. **Mediatização: prática social, prática de sentido.** In: Encontro Da Rede Prosul-Comunicação, Sociedade E Sentido. Unisinos: São Leopoldo, v.1, p. 15, 2006. **Anais...** São Leopoldo: Unisinos, 2006.

FERNANDES, José Pedro Teixeira. **A Ciberguerra como Nova Dimensão dos Conflitos do Século XXI.** São Paulo, 2012.

FIGARO, Roseli, et. al. **A World Wide Web da Vigilância: a Internet e os Fluxos de Poder Offworld.** Lisboa: BonD - Books on Demand, 2004.

_____. **Vigilância e Controle da Comunicação no Mundo do Trabalho: Manuais de Conduta Modelam a Comunicação.** v. 18, n. 3, 2015.

FILHO, Willis. **Marco Civil**. Brasília, 2017. FOUCAULT, Michael. **Vigiar e Punir**. Petrópolis, 2014.

FORACCHI, Marialice. **Mannheim. Coleção Grandes Cientistas Sociais**. São Paulo: Ática, 1972

FOUCAULT, Michel, **Security, Territory, Population: Lectures at the College de France**, 2007.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. Ed. Vozes, Petrópolis, 1983

FOWLER Floyd. **Pesquisa de levantamento**. Porto Alegre: Pens, 2011

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo: Atlas, 1999.

GOLDSWORTHY, Adian. **Em nome de Roma**. São Paulo, 2016. GREEN, Toby. **O Reinado do Medo**. São Paulo, 2011.

HOBBSAWAN, Eric. **A Era das Revoluções**. Rio de Janeiro, 2009.

HOWE, N., & Strauss, W. **Millennials rising: The next great generation**. New York: Vintage BOOKS, 2000

HUBMANN, Heinrich. *Das persönlichkeitsrecht*. Münster: Böhlau-Verlag, 1950,

JAPIASSU, Hilton. **Introdução ao pensamento epistemológico**. 6 ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1991.

KETTLER, David. **Karl Mannheim**. Mexico: Fondo de Cultura Economica, 1989

KRANENBURG, Van. **The Internet of Things**. 1st Berlin Symposium on Internet and Society. Berlin, 2011.

LAKATOS, Eva; MARCONI, Marina de Andrade. **Técnicas de Pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2001.

LATOUR, Bruno. **Networks, Societies, Spheres** – Reflections of an Actor-Network Theorist, 2010.

LAVINGTON, Simon. **Early British Computers - The Story of Vintage Computers and the People Who Built Them**. Manchester. Manchester, 1980.

LE MOS, André. **Cibercultura: tecnologia e vida social na cultura contemporânea**. São Paulo, 2010.

LÉVY, Pierre. *As Tecnologias da Inteligência*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1993; LION, David. **Surveillance power and everyday life**. Oxford, 2010

LOBATO, Luanna Lopes. **Avaliação dos Mecanismos de Privacidade e Personalização na Web**. Universidade Federal de São Carlos. UFSCAR 2007 LOPES, Maria Immacolata V. **Pesquisa em Comunicação: formulação de um modelo metodológico**. São Paulo: Loyola,

MALDONADO, Alberto Efendy. A perspectiva transmetodológica na conjuntura de mudança civilizadora em inícios do século XXI. **Perspectivas metodológicas em comunicação: desafios na prática investigativa**. João Pessoa: Editora UFPB, p. 27-54, 2008.

_____. Perspectivas transmetodológicas na pesquisa de sujeitos comunicantes em processos de receptividade comunicativa. *Panorâmica da investigação em comunicação no Brasil*, v. 1, p. 17-40, 2014.

MALDONADO, Alberto Efendy. Pesquisa em comunicação: trilhas históricas, contextualização, pesquisa empírica e pesquisa teórica. _____. **et al. Metodologias da Pesquisa em Comunicação: olhares, trilhas e processos**. Porto Alegre: Sulina, 2011.

_____. Produtos midiáticos, estratégias, recepção: a perspectiva transmetodológica. **Ciberlegenda**, Rio de Janeiro, n. 9, p. 1-23, 2002. Disponível em:

_____. **Produtos midiáticos, estratégias, recepção. A perspectiva transmetodológica**. Ciberlegenda. Rio de Janeiro, 2009

MANNHEIM, K. **El problema de las generaciones**. Espanha, Revista Española de Investigaciones, 1928.

_____. **O problema da juventude na sociedade moderna**. Vol. I Rio de Janeiro, Zahar, 1968.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **O hipertexto como novo espaço de escrita em sala de aula**. In: *Linguagem e Ensino*, vol. 4, nº 1, 2001.

MARTÍN, Jesús. **Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia -**

MARTINO, Luiz. **Teorias da comunicação: conceitos, escolas e tendências - 14. ed.**, Petrópolis: Vozes, 2014.

MATTELART, Armand. **A Mundialização da comunicação**. Portugal, Lisboa: Instituto Piaget, 1996.

_____. **De Orwell al cibercontrol**. Barcelona: Gedisa, 2015.

_____. **História da sociedade da informação**. São Paulo: Loyola, 2002.

_____. **Sociedade do conhecimento e controle da informação e da comunicação.** In: Encontro Latino de Economia Política da

_____. **Um mundo vigilado.** Barcelona: Paidós, 2009.

_____. **História das teorias da comunicação** - 5. ed., São Paulo: Loyola, 2002.

MCLUHAN, Marshall. **Os Meios de Comunicação: Como Extensões do Homem.** Cultrix, 1974.

MELUCCI, Alberto. **Juventude, tempo e movimentos sociais.** São Paulo, Revista Brasileira de Educação. 1997.

MILLS, C. Wright. **A imaginação sociológica.** 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

NASCIMENTO, Sidnei. **Geração Y - O Nascimento de uma Nova Versão de Líderes.** Rio de Janeiro: Integrate, 2010.

NICOLAU, Marcos. **Pesquisa na Internet: implicações, criatividade e rigor científico.** 2011.

NOBLE, Stephanie. **Cohort segmentation: an exploration of its validity.** Nova York, Journal of Business Research, 2003

NOVELLI, Ana Lucia Romero et al. **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação.** 2. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

_____. **Pesquisa de opinião.** In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (Org.). *Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação.* São Paulo: Atlas, 2011.

ORTIZ, Renato. **Cultura Brasileira e Identidade Nacional.** São Paulo: Brasiliense, 1985.

ORWEL, George. **1984.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1973.

PALFREY, John; GASSER, Urs. **Born digital: understanding the first generation of digital natives.** Nova York: Basic Books, 335 p., 2008.

POUGET, Pierre. **Intégrer et manager la Génération Y.** Paris, Editions Vuibert, 2010

SANTA MARIA, José Serpa de. **Direitos da personalidade e a sistemática civil geral.** Campinas: Julex, 1993.

SANTAELLA, Lucia. **Semiótica aplicada.** São Paulo: Thomson, 2003

SERPA, José. **A privacidade e o princípio de proteção de indivíduos.** São Paulo, 1993.

SILVA, Fabiano. **Cultura organizacional e tecnologia de informação: um estudo de caso em organizações universitária**. Revista ACB, São Paulo, 2003 SNOWDEN, Edward. **Citizenfour**. Estados Unidos: 2014.

STANTON, Jeffrey. **An empirical assessment of data collection using the Internet**. Syracuse University, 1998

STEVENSON, Dennis. **New British Curriculum**. Oxford. 1997

STILLMAN, David. **O Y Da Questão - Como a Geração Y está Transformando o Mercado de Trabalho**. São Paulo, 2014.

TARAPANOFF, Kira. **Inteligência, informação e conhecimento em corporações**. UNESCO, 2006

THEODORSON, George. **A modern dictionary of sociology**. London: Methuen, 1970.

TOMIZAKI, Kimi. **Transmitir e herdar: o estudo dos fenômenos educativos em uma perspectiva intergeracional**. Educação & Sociedade, 2010

WELLER, Wivian. **Karl Mannheim: Um pioneiro da Sociologia da Juventude**. Rio de Janeiro, Zahar, 2010.

WIENER, Nobert. **Cybernetics: Or Control and Communication in the Animal and the Machine**. Paris: Mass. 1948.

WOLF, Mauro. **Teorias das comunicações de massa - 6. ed.**, São Paulo: Martins Fontes, 2012.

YIN, Robert. **Estudo de Caso**. São Paulo, Bookman, 2002.

APÊNDICE A – PANORAMA DE TRABALHOS ACADÊMICOS

Assunto	Palavras-chaves	Evento	Autor	Título	Ano
Vigilância	Vigilância, vigilância na internet, vigilância de informações, Panóptico, tecnologia e vigilância, 1984, Orwell, sociedade disciplinar,	COMPÓS	<i>Fernanda Glória Bruno</i>	Mapas de crime: vigilância distribuída e participação na cibercultura	2009
Vigilância	Vigilância, vigilância na internet, vigilância de informações, Panóptico, tecnologia e vigilância, 1984, Orwell, sociedade disciplinar,	COMPÓS	<i>Rudimar Baldissera</i>	Comunicação organizacional, tecnologias e vigilância: entre a realização e o sofrimento	2014
Vigilância	Vigilância, vigilância na internet, vigilância de informações, Panóptico, tecnologia e vigilância, 1984, Orwell, sociedade disciplinar,	COMPÓS	<i>Suzana Kilpp, Marcelo Bergamin Conter, Álvaro Constantino Borges</i>	Câmeras e espelhos em Big Brother Brasil: enunciações e pragmática	2007
Vigilância	Vigilância, vigilância na internet, vigilância de informações, Panóptico, tecnologia e vigilância, 1984, Orwell, sociedade disciplinar,	Intercom	Gabriella Martins da Silva Praç	O PANÓPTICO TELEVISIVO: VIGILÂNCIA E VISIBILIDADE NOS REALITY SHOWS	2010
Vigilância	Vigilância, vigilância na internet, vigilância de informações, Panóptico, tecnologia e vigilância, 1984, Orwell, sociedade disciplinar,	Intercom	Sara Silva Martins (1984: ARQUÉTIPO DE SOCIEDADE ESPETACULAR DISCIPLINADA	2010

Vigilância	Vigilância, vigilância na internet, vigilância de informações, Panóptico, tecnologia e vigilância, 1984, Orwell, sociedade disciplinar,	Intercom	Paulo Jefferson Pereira Barret	VIGIAR E PUNIR: A INTERNET E AS REDES DE PODER PARTICIPATIVO NA ERA DA GLOBALIZAÇÃO	2012
Vigilância	Vigilância, vigilância na internet, vigilância de informações, Panóptico, tecnologia e vigilância, 1984, Orwell, sociedade disciplinar,	Intercom	Gabriela Dalila Bezerra Raulino	PARTICIPAÇÃO NAS REDES DIGITAIS COMO VIGILÂNCIA E TRABALHO	2015
Vigilância	Vigilância, vigilância na internet, vigilância de informações, Panóptico, tecnologia e vigilância, 1984, Orwell, sociedade disciplinar,	Intercom	Roseli Figaro	ESTUDOS DE COMUNICAÇÃO, LIBERDADE DE EXPRESSÃO E CENSURA NA PERSPECTIVA DO MUNDO DO TRABALHO	2015
Vigilância	Vigilância, vigilância na internet, vigilância de informações, Panóptico, tecnologia e vigilância, 1984, Orwell, sociedade disciplinar,	Intercom	Angélica Fonsêca de Freitas	VISIBILIDADE E VIGILÂNCIA NA INTERNET:UM ESTUDO SOBRE O PODER E O ESPETÁCULO NO CONTEXTO DA BOA FORMA	2015

Vigilância	Vigilância, vigilância na internet, vigilância de informações, Panóptico, tecnologia e vigilância, 1984, Orwell, sociedade disciplinar,	ULEPICC	Ignacio M. López Sandoval	Acceso a la información pública y las TIC's: Un Ejemplo de Política Pública en México de 2004 a 2012	2013
Vigilância	Vigilância, vigilância na internet, vigilância de informações, Panóptico,	ALAIC	Jorge Carlos Medina Palma	Ética, Libertad de Expresión y Derecho a la Comunicación	2014
	tecnologia e vigilância, 1984, Orwell, sociedade disciplinar,				
Vigilância	Vigilância, vigilância na internet, vigilância de informações, Panóptico, tecnologia e vigilância, 1984, Orwell, sociedade disciplinar,	ALAIC	Juan Carlos Pérez	Modelo psico-socio-cultural para el análisis del uso y apropiación TIC. Caso de estudio: diplomado en competencias educativas para escuelas de tiempo completo del estado de Tlaxcala, México	2016
Vigilância	Vigilância, vigilância na internet, vigilância de informações, Panóptico, tecnologia e vigilância, 1984, Orwell, sociedade disciplinar,	ALAIC	Rose Mara Vidal de Souza Maria de Jesus Daiane Rufino Leal	O jornalismo de dados e a vigilância sobre os governos	2013
Vigilância	Vigilância, vigilância na internet, vigilância de informações, Panóptico, tecnologia e vigilância, 1984, Orwell,	UFRGS	Marco Zimmer	O Panóptico esta superado?Um panorama sobre a vigilância eletrônica	2009

	sociedade disciplinar,				
Tecnologia	Internet das Coisas, TICS	ALAIC	Sandra Mara Garcia Henriques henrisandra@gmail.com Liana Gross Furini lianagrossfurini@gmail.com	Ubiquidade e Mobilidade: percepções sobre a ubiquidade das conexões através da Internet das Coisas	2016
Tecnologia	Internet das Coisas, TICS	COMPOS	<i>Fátima Cristina Regis Martins de Oliveira, Leticia Perani Soares</i>	Comunicação e entretenimento na cibercultura: repensando as articulações entre lúdico, cognição e tecnologia	2014
Tecnologia	Internet das Coisas, TICS	ALAIC	<i>Henrique Antoun</i>	Cooperação, Colaboração e Mercado na Cibercultura	2014
Tecnologia	Internet das Coisas, TICS	ALAIC	Jorge Alberto	Hidalgo Toledo LA GLOBALIZACIÓN DE LA SOCIEDAD DE LA INFORMACIÓN	2013
Tecnologia	Internet das Coisas, TICS	ALAIC	Pablo Zamora, Maximiliano Peret, Darío Machado, Sebastián Magallanes	Tecnologías de la Comunicación y la Conectividad. Usos, consumos y su aplicación al periodismo digital en la ciudad de Olavarría.	2012
Tecnologia	Internet das Coisas, TICS	ALAIC	TIC en emisoras comunitarias	TIC en emisoras comunitarias	2012
Tecnologia	Internet das Coisas, TICS	INTERCOM	Nirave Reigota Caram;osé Luis Bizelli	LIMITES E POSSIBILIDADES DA INOVAÇÃO PARA	2012
				APRENDER NA ERA DO CONHECIMENTO	
Tecnologia	Internet das Coisas, TICS	INTERCOM	Jose Anderson Santos Cruz	ENSINO SUPERIOR NA ERA DIGITAL: O USO DAS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NA PÓS-GRADUAÇÃO – MEIOS E FINS	2014
Tecnologia	Internet das Coisas, TICS	IEE	J Gubbi, R Buyya, S Marusic, M Palaniswami	Internet of Things (IoT): A vision, architectural elements, and future directions	2013
Tecnologia	Internet das Coisas, TICS	Seminários Internacionais Museu Vale,	Andre Lemos	A comunicação das coisas. Internet das Coisas e teoria ator-rede	2013

Tecnologia	Internet das Coisas, TICS	Simpósio em tecnologias digitais e sociabilidade,	Talyta Singer	Tudo conectado: conceitos e representações da Internet das Coisas	2012
------------	---------------------------	---	---------------	---	------

APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO 1

O questionário abaixo foi apresentado aos entrevistados, com o objetivo de definir o público a ser aprofundado na pesquisa. O instrumento para a aplicação desta entrevista foi a internet.

1. Quantos anos você tem?
2. Qual sexo você se define? Feminino Masculino
3. Qual sua profissão?
4. Você mora sozinho ou com mais pessoas?
 - Sozinho
 - Com minha família
 - Outro:
5. Em quais dispositivos você acessa a internet?
 - Celular
 - Computador pessoal
 - Computador do trabalho
 - Tablet
 - Outro:
6. Quantas vezes por dia você acessa a internet?
 - Menos de 30 minutos
 - Até 2 horas diárias Até 4 horas diárias
 - Até 6 horas diárias Mais de 6 horas
 - Não acesso diariamente
 - Outro:
7. Acessa quais tipos de conteúdo?
 - Redes Sociais
 - E-mail
 - Site de conteúdo
 - Vídeos
 - Outro:
8. Se acessa a redes sociais, você tem o costume de postar fotos?
 - Sim
 - Não
9. Se você respondeu sim, quais os tipos de fotos?
 - Paisagens
 - Viagens
 - Comida
 - Selfie

- Fotos com amigos
 - Fotos com família
 - Outro:
10. Você costuma fazer check-in de lugares em redes sociais, ou marcar os lugares que você esteve?
- Sim
 - Não
11. Você compartilha textos de ideologias políticas e/ou religiosas?
- Sim
 - Não
 - Talvez
12. Você costuma ficar com a sua conta de rede social conectada?
- Sim
 - Não
 - Às vezes
13. Em qual dispositivo você acessa as redes sociais?
- Celular
 - Computador pessoal
 - Computador do trabalho
 - Tablet
 - Outro:
14. Você costuma utilizar GPS para se locomover?
- Sim
 - Às vezes
 - Não
15. Você costuma deixar o GPS do seu celular ligado?
- Sim
 - Não
 - Às vezes
15. Você costuma utilizar aplicativos de transporte (uber/cabify)?
- Sim
 - Não
 - Às vezes
16. Você utiliza algum serviço de banco online (aplicativo, site, etc.)?
- Sim
 - Não
 - Às vezes

17. Você acredita que tem privacidade das suas informações na internet?

- Sim
- Não
- Não sei

APÊNDICE C - QUESTIONÁRIO 2

O questionário abaixo foi apresentado aos entrevistados, como uma segunda parte da entrevista. O instrumento para a aplicação desta entrevista foi na internet.

Cenário fictício:

Imagine o seguinte cenário fictício: O governo de Marte criou uma lei, no qual ele pode ter acesso a todas as informações da internet, sem precisar pedir permissão a empresas, usuários, etc. E fazer uso dessas informações com o intuito de fazer o bem para a sua população.

Marciana é diagnosticada com diabetes. Ao pesquisar e conversar com diversos médicos, lhe foi recomendada que utilize o tratamento revolucionário para a cura de sua doença, que o sistema de saúde público oferece de maneira gratuita, e que planos particulares cobram 1 milhão de marcos marcianos.

Porém ao solicitar o tratamento, o governo lhe recusa. Eles afirmaram que por diversas vezes, Maria postou fotos em redes sociais, comendo doces, tomando refrigerante, e não cuidando de sua saúde. E seu GPS do celular acusou que ela não praticava exercícios. Agora, se imagine vivendo em marte, e responda as perguntas a seguir:

1. Você acessaria a internet?
 - Sim
 - Não
 - Talvez
2. Se você escolhesse utilizar a internet, quais dispositivos você acessaria?
 - Celular
 - Computador pessoal
 - Computador do trabalho
 - Tablet
 - Outro:
3. Quais tipos de conteúdo acessaria?
 - Redes sociais
 - Site de conteúdo
 - Blogs
 - Vídeos
 - Outro:
4. Se você acessasse as redes sociais, você postaria fotos?

- Sim
 - Não
 - Talvez
5. Se você respondeu sim, qual os tipos de fotos?
- Paisagens
 - Viagens
 - Comida
 - Selfie
 - Fotos com amigos
 - Fotos com família
 - Outro:
6. Você iria fazer check-in de lugares em redes sociais, ou marcar os lugares que você esteve?
- Sim
 - Não
 - Talvez
7. Você compartilharia textos de ideologias políticas e/ou religiosas?
- Sim
 - Não
 - Talvez
8. Você deixaria a sua conta de rede social conectada?
- Sim
 - Não
 - Talvez
9. Você iria utilizar GPS para se locomover?
- Sim
 - Não
 - Talvez
10. Você iria deixar o GPS do seu celular ligado?
- Sim
 - Não
 - Talvez
11. Você utilizaria algum serviço de banco online (aplicativo, site, etc.)?
- Sim
 - Não
 - Talvez
12. Você se sentiria seguro na internet?
- Sim
 - Não
 - Talvez
 - Outro:

APÊNDICE D

Olá, você irá participar de uma pesquisa, elaborada pela aluna Julia Pacheco, do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Unisinos. Todas as informações deste questionário serão utilizadas somente para fins acadêmicos.

E fique tranquilo, em momento algum será solicitado informações a respeito de sua identidade. Qualquer dúvida ou sugestão, favor entrar em contato pelo e-mail juliadreherpacheco@gmail.com

Desde já, muito obrigada.

1. Em que ano você nasceu?

2. Qual sexo você se define?

As perguntas abaixo são referentes somente ao ambiente de trabalho profissional:

4. Você trabalha em um ambiente que tem câmeras de vigilância?

5. Para entrar no seu trabalho, você passa por alguma catraca?

5. Como você insere seu ponto de horas?

6. É necessário dar credenciais (crachá, cartão, token, login ou senha) para ligar o computador?

7. É necessário dar credenciais que te identifiquem (crachá, cartão, token, login ou senha) para abrir o e-mail profissional?

8. É necessário dar alguma credencial (crachá, cartão, token, login ou senha) para abrir algum software da empresa?

09. Ao ir para outros ambientes físicos da empresa, é necessário utilizar as credenciais que te identifiquem?

As perguntas abaixo são referentes a costumes e opiniões pessoais.

10. Você utiliza internet do trabalho para olhar notícias gerais?

11. Se sim, com que frequência?

12. Você utiliza internet do trabalho para procurar assuntos de interesse pessoal?

13. Se sim, com que frequência?

14. Você utiliza internet do trabalho para entrar em seu e-mail pessoal?

15. Se sim, com que frequência?

16. Você utiliza internet do trabalho para fazer compras pessoais?

17. Se sim, com que frequência?
18. Você utiliza internet do trabalho para entrar em redes sociais?
19. Se sim, com que frequência?
20. Você utiliza internet do trabalho para pagar suas contas no banco online?
21. Se sim, com que frequência?
22. Você acredita que a empresa tem acesso às informações em relação ao seu comportamento na internet?
23. Você acredita que a empresa tem acesso às informações de suas movimentações físicas dentro da empresa?
24. Você já sofreu alguma repreensão na empresa, a respeito de utilização pessoal dos ambientes da empresa?
 - 24.b Você acredita que mudou o seu comportamento após a repreensão?
25. Você se sente vigiado?
26. Qual sua opinião sobre estar sendo vigiado?
27. Você conhece o Marco Civil? Se sim, na sua opinião, qual é o papel do Marco Civil?

APÊNDICE E

Nome do entrevistado: _____

Data: _____ **Local:** _____ **Ferramenta de registro:** _____

Instruções: entrevista de profundidade, seguindo perguntadas norteadoras pré-estabelecidas neste documento. Necessário atenção ao distancia do entrevistador perante o entrevistado, não mostrando reação ou exemplos para assim não induzir as respostas.

Perguntas norteadoras:

1) Gerações:

- a) Ano que nasceu;
- b) Renda;
- c) Mora sozinho/família?
- d) Cidade local/cidade atual;
- e) Faculdade? Pós graduação?
- f) Viagens nacionais/internacionais;
- g) Fala outra língua?
- h) O que é a geração Y?
- i) Quais suas principais características?
- j) Quais as características positivas
- k) Quais características negativas?
- l) Você se considera desta geração? Por que?
- m) Qual o seu circulo social?
- n) Você faz parte de algum grupo de ativismo?
- o) Você tem lembrança de algum acontecimento histórico que marcou sua vida?
- p) A onde estava?
- q) Por que te marcou?
- r) Que mudanças você considera que são consequências deste acontecimento?
- s) O que você considera tecnologia?
- t) Quais você tem? E qual a frequência de uso?
- u) Qual a sua relação com a tecnologia?
- v) Situação hipotética: estar sem tecnologia

- w) Você sabe o que é Internet das Coisas?
- x) Você considera que usa Internet das Coisas?